



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

ANA CAROLINA FERNANDES SANTOS ARAUJO

A CONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE DA MULHER NEGRA NA MONOGAMIA

Salvador

2023

ANA CAROLINA FERNANDES SANTOS ARAUJO

A CONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE DA MULHER NEGRA NA MONOGAMIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia do Departamento de Educação (CAMPUS I) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Orientadora: Profª Drª Meire Pereira Checa.

Salvador

2023

ANA CAROLINA FERNANDES SANTOS ARAUJO

A CONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE DA MULHER NEGRA NA MONOGAMIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia do Departamento de Educação (CAMPUS I) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Salvador, 14 de dezembro de 2023

Banca examinadora

Meire Pereira Checa – Orientadora

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Professora Assistente do Departamento de Educação (DEDC) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

José Bonifácio do Amparo Sobrinho

Mestre em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Professor Substituto do Departamento de Educação (DEDC) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Josiane Fernandes Lopes

Especialista em Gestão e Orientação Educacional pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Professora Substituta do Departamento de Educação (DEDC) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho tratou de um tema sensível e ainda pouco explorado que envolve uma parte significativa da população do país que também me inclui: mulheres negras. Para isso perpassou por violências, vulnerabilidades e particularidades da nossa realidade e construir algo assim é, antes de tudo, dolorido. Os atravessamentos e experiências aqui dispostos exigiram esforços e uma dedicação os quais eu não conseguiria cumprir sem ajuda.

Portanto, inicialmente quero agradecer a orientadora Meire Pereira Checa, que abraçou a temática desde o início, me ofereceu suporte, referências e acolhimento. Posso dizer que de fato fui orientada e pude absorver um pouco do vasto conhecimento da Dr^a Checa. Muito obrigada professora, você é incrível!

Ao pesquisador e escritor Rhuann Fernandes que me convidou para a defesa do seu mestrado e me disponibilizou seu livro gratuitamente para colaborar com essa pesquisa. Você enriqueceu demais esse trabalho!

Agradeço imensamente aos meus namorados e amigos, afetos que trilharam esse caminho comigo, aliviando um pouco da carga que envolveu produzir esta pesquisa e estar na reta final da formação acadêmica. Especialmente Wesley, que assumiu diversas responsabilidades para não me sobrecarregar, além de amparar as crises de ansiedade e Adelmo que me acolheu, fichou textos e me auxiliou em atividades da universidade para que eu pudesse me dedicar a essa pesquisa. À Jonatas e Sol que me tiraram de casa, me deram carinho e comidas gostosas para aquecer o coração. As minhas amigas Crislaine e Amanda com as quais compartilhei dúvidas, estresses e ansiedades. Amo vocês!

À minha avó Adelma que nunca deixou de acreditar em mim e nem de mandar áudios longuíssimos para me fortalecer durante essa jornada, lembrando o quanto me acha inteligente e capaz, além de compartilhar diversas receitas e métodos para que eu me sentisse melhor.

Ao meu avô Eduardo Cândido que nos deixou em agosto e, infelizmente, não estará nessa reta final a qual ele desejou tanto participar. Confesso que foi difícil continuar sem o senhor, mas sei que está olhando por mim a todo momento e tenho me esforçado para permanecer te orgulhando. A bença meu vô.

À minha família que sempre incentivou meus estudos e valorizou minhas conquistas, pois enxergavam a minha capacidade antes mesmo de mim.

À minha psicóloga Leonara que possibilitou que eu não abandonasse tudo quando ficou muito complicado, pois com o auxílio dela hoje sou capaz de colocar os pés no chão, avaliar e reavaliar antes de tomar uma decisão.

À UNEB que é a representação física de onde posso chegar, me viu crescer tanto e possibilitou que eu fosse ainda mais longe, conhecer pessoas incríveis, evoluir intelectualmente e acessar novos espaços.

A todas contribuições, obrigada!

O corpo funciona como marca dos valores sociais e nele a sociedade fixa seus sentidos e valores. – Isildinha B. Nogueira (NOGUEIRA, 1999).

ARAUJO, Ana Carolina Fernandes Santos. **A construção da afetividade da mulher negra na monogamia.** (Monografia) - Curso de Psicologia, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

Esta monografia se debruça em pesquisar o processo de construção da afetividade de mulheres negras brasileiras dentro da monogamia. O embasamento teórico pautou as mudanças do papel da mulher dentro da família com a constituição do modelo monogâmico a partir da perspectiva interseccional. Também, foram consultados dados demográficos para a compreensão de conceitos e fenômenos essenciais, bem como, fontes complementares a temática referente ao tema em tela. O objetivo geral delineado é compreender como a monogamia afetou(a) a construção da afetividade do público mencionado e para isso foram delimitados os seguintes objetivos específicos: Identificar como a mulher negra vivencia sua afetividade; entender a concepção do que é a monogamia para as participantes deste estudo; analisar como esse processo impacta a vida afetiva de mulheres negras em relacionamentos conjugais. A abordagem metodológica adotada é de cunho qualitativo, optando pelo método exploratório e interseccional. Foi utilizada enquanto instrumento uma entrevista semiestruturada. O público que participou da pesquisa foram cinco mulheres negras aleatórias de cinco gerações diferentes. Como resultado, observou-se que as participantes demonstram afeto através do cuidado por meio do servir e possuem dificuldade em reconhecer outras formas de afeto. Além disso, elas também identificam tanto na família quanto na religião uma constante manutenção da submissão feminina. Em contraponto, a formação acadêmica surge como ferramenta significativa para retomada da autonomia feminina. Esperamos que a contribuição desta pesquisa venha promover cuidados dentro da psicologia referentes à construção da afetividade nas mulheres negras.

Palavras-chave: Afetividade. Mulheres Negras. Gênero. Raça. Monogamia.

ARAUJO, Ana Carolina Fernandes Santos. **A construção da afetividade da mulher negra na monogamia.** (Monografia) - Curso de Psicologia, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2023.

ABSTRACT

This monograph is dedicated to investigating the process of constructing the affectivity of Brazilian Black women within monogamy. The theoretical basis focused on changes in the role of women within the family with the constitution of the monogamous model from an intersectional perspective. Additionally, demographic data were consulted for the understanding of essential concepts and phenomena, along with complementary sources related to the theme. The general objective outlined is to understand how monogamy has affected the construction of affectivity in the mentioned public and for that purpose, the following specific objectives were defined: To identify how Black women experience their affectivity; comprehend the conception of what monogamy is for the participants in this study; analyze how this process impacts the affective life of Black women in marital relationships. The adopted methodological approach is of a qualitative nature, opting for an exploratory and intersectional method. A semi-structured interview was used as the instrument, and the participants in the survey were five random Black women from five different generations. As a result, it was observed that the participants express affection through care by serving and have difficulty recognizing other forms of affection. Furthermore, they also identify both in the family and in religion a constant maintenance of female submission. By contrast, academic education emerges as a significant tool for the resumption female autonomy. We hope that the contribution of this research will promote care within psychology regarding the construction of affectivity in Black women.

Keywords: Affection. Black women. Gender. Race. Monogamy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPSINEP	Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
Cedra	Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CRP-03	Conselho Regional de Psicologia da Terceira Região
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBHM	Liga Brasileira de Higiene Mental
MNU	Movimento Negro Unificado
OMS	Organização Mundial da Saúde
SciELO	Scientific Electronic Library Online
PePSIC	Periódicos Eletrônicos em Psicologia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MONOGAMIA, GÊNERO, RAÇA E CLASSE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO PAPEL DA MULHER NEGRA NAS RELAÇÕES CONJUGAIS	13
2.1 A Subjugação Feminina como Mantenedora da Monogamia	17
2.2 A Escassez Afetiva de Mulheres Negras: Cruzamentos entre Racismo, Misoginia e Classismo no Brasil	19
3 RACISMO CIENTÍFICO E PSICOLOGIA: UMA HISTÓRIA DE CUMPLICIDADE	31
4 EXECUÇÃO METODOLÓGICA	35
4.1 Caminhos Metodológicos Percorridos.....	39
5 QUEM SÃO E O QUE DIZEM?.....	42
5.1 A Vivência da Afetividade da Mulher Negra: “Eu tenho que me amar primeiro. eu tenho que me amar em segundo e em terceiro”	44
5.2 As Mulheres Negras e a Monogamia: “Não é bem uma escolha”	54
5.3 O Modelo Monogâmico Impactando os Relacionamentos Conjugais de Mulheres Negras: “Todos os homens se beneficiam dos homens violentos”	59
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO: O QUE MUDOU E O QUE PERMANECEU	65
6.1 Afetividade como Obra em Progresso com Alicerces Fixos na História Pessoal.....	65
6.2 Vínculo Inevitável: Submissão Feminina em Pauta	69
6.3 Reconfigurando: A Experiência Pessoal e Mudanças Sociais Impactando o Papel da Mulher na Monogamia.....	74
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS.....	86
APÊNDICE A - Entrevista Semiestruturada.....	94

APÊNDICE B - Termo livre e Esclarecido.....	96
APÊNDICE C - Termo de Confidencialidade	98
APÊNDICE D - Termo de Autorização para Gravação de Voz e/ou Registro de Imagens (Fotos e/ou Vídeos)	99
APÊNDICE E - Termo de Compromisso do Pesquisador	101
APÊNDICE F – Termo de Autorização Institucional da Proponente	102
APÊNDICE G – Declaração de Concordância com o Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa.....	103
APÊNDICE H – Parecer Consubstanciado do CEP	104

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa pretende investigar o processo de construção da afetividade de mulheres negras brasileiras na monogamia. O contexto que envolve o estudo decorre do fato que pessoas negras saíram oficialmente da escravização no Brasil com a assinatura da Lei Áurea em 1888, após 353 anos de um período de violência tanto física quanto simbólica, se inserindo tardiamente na monogamia enquanto sujeitos, teoricamente, dignos de construir famílias. Porém, não há uma discussão ampla de como os papéis previamente designados para essas pessoas, principalmente mulheres negras, afetou o processo de construção da afetividade dentro da monogamia.

Justifico a escolha desse estudo no âmbito pessoal por me reconhecer como uma mulher negra, bissexual e não-monogâmica que construiu seu afeto de forma adoecida. Por isso me empenho nessa pesquisa a destrinchar o que envolve essa construção, a fim de colaborar com as discussões que facilitem o entendimento do processo de formação da afetividade de mulheres negras, dado que ainda carecemos de informação e empenho referente a esse assunto. No âmbito social é importante impulsionar essa discussão a fim de possibilitar construir outros modos de constituição da afetividade da mulher negra na sociedade, promovendo uma maior qualidade de vida. Já o âmbito acadêmico carece de informações referentes a afetividade feminina negra e esta pesquisa visa colaborar para o conhecimento desta temática historicamente invisibilizada, inclusive dentro da psicologia, que deveria estar a par dos fatores que envolvem a subjetividade de um segmento significativo da população brasileira. Ademais, outras áreas acadêmicas, como as ciências sociais, podem utilizar das informações dispostas para endossar as discussões de gênero e raça no contexto do país.

Tendo em vista a invisibilidade de informações sobre a construção da afetividade da mulher negra na sociedade brasileira decorrente de uma complexidade de fatores históricos, sociais, políticos e culturais apresentamos o problema desta pesquisa: Como a monogamia afetou(a) a construção da afetividade da mulher negra? Para isso, o objetivo geral dessa pesquisa é compreender como a monogamia afetou a construção da afetividade da mulher negra, e os objetivos específicos são: identificar como a mulher negra vivencia sua afetividade; entender a concepção de monogamia

para essas mulheres; analisar como o processo de construção afetiva impacta a vida de mulheres negras em relacionamentos conjugais

Para o embasamento teórico, contribuiu para este trabalho Friedrich Engels (2019), com a compreensão do conceito de monogamia e sua função social na subjugação feminina; Rhuann Fernandes (2022), que abordou o contexto brasileiro da escravidão e seu impacto no imaginário social contemporâneo, investigou o conceito de monogamia nos dias atuais e discutiu seu impacto na vida das pessoas negras; Ana Cláudia Lemos Pacheco (2008), que destrinchou a afetividade de mulheres negras e suas solidões, assim como bell hooks (2010) e outras pensadoras negras, que ajudaram a entender especificamente sobre a construção da afetividade feminina negra.

Essa pesquisa está organizada da seguinte forma: O primeiro capítulo, que se trata da introdução ora apresentada. O segundo capítulo, no qual se encontra a discussão referente ao papel da mulher negra em relacionamentos conjugais, perpassando pela história da monogamia considerando os fatores de raça, gênero e classe. O terceiro capítulo, por sua vez, pontua o papel da psicologia historicamente frente a questões raciais e sua colaboração ao racismo científico. Já no quarto capítulo se descreve todo o percurso metodológico e as aplicações técnicas necessárias para a realização da pesquisa. Ademais, o quinto apresenta as participantes dessa pesquisa e suas histórias. O sexto se trata da discussão teórica das categorias de análise que surgiram em campo. Enquanto isso, o sétimo e último capítulo trás as considerações finais dessa pesquisa. Por fim, segue as referências e apêndices.

A expectativa é contribuir com a propagação de informações tocante aos processos de construção do âmbito afetivo de mulheres negras, podendo fornecer subsídios para intervenções psicossociais mais sensíveis ao contexto cultural, sendo, conseqüentemente, mais adequadas e efetivas.

2 MONOGAMIA, GÊNERO E RAÇA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO PAPEL DA MULHER NEGRA NAS RELAÇÕES CONJUGAIS

O tema “solidão da mulher negra” é muito bem conhecido no Movimento Negro, sendo, inclusive, explorado por escritoras e pesquisadoras como Ana Claudia Pacheco, Djamila Ribeiro, Claudete Alves e bell hooks. No entanto, há uma certa incompletude, já que ao navegar por pesquisas referentes ao tema dificilmente se encontra uma que mencione a palavra “monogamia”. Muito se diz sobre matrimônio, romance, celibato, preterimento, família e por mais que todas essas coisas tenham ligação direta com a monogamia ela só é abordada de forma indireta, quase como se fosse um fantasma que atravessasse cada pesquisa sem se revelar diretamente e nem ser nomeado. Na pesquisa de Pacheco (2008, p. 106), uma das entrevistadas, Clementina, diz a seguinte frase:

Eles falam da violência contra a mulher, do padrão de beleza branco, mas no fundo eles fazem a mesma coisa, vão atrás... no movimento social há homens negros que namoram com negras, mas são poucos, mas quando o assunto é casar [...] porque para transar é com as mulheres negras, mas quando é pra ter um envolvimento mais sério, pra casar, pra conviver no mesmo teto é sempre com a mulher branca.

É evidente nesta declaração que o casamento tem um significado distinto e mais relevante do que um relacionamento de namoro, assim como morar juntos, que, embora não tenha sido mencionado por Clementina, ambos geralmente implicam em constituir uma família. Todos esses elementos fazem parte da monogamia e, aparentemente, mulheres negras não estão sendo inclusas nos ritos monogâmicos de relação. Apesar dos frequentes debates em torno dessas questões dentro do próprio ativismo negro, como visto em Pacheco (2008) e hooks (2010), não é comum encontrar questionamentos diretos sobre esse sistema e qual o seu papel na inclusão ou exclusão da possibilidade de pessoas negras serem vistas como dignas de afeto.

Historicamente construiu-se uma concepção negativa acerca da afetividade feminina, sendo-lhe atribuída maior ênfase a características ligadas à emoção e irracionalidade, distanciando-se da ideia de ordem e cultura e tendo seu valor reduzido à capacidade reprodutiva. Enquanto o homem, na tradição judaico cristã, é visto pela inteligência e racionalidade, retratando a superioridade masculina em detrimento a inferioridade feminina (Olegário; Aquino, 2013). Assim, a forma da mulher construir sua subjetividade baseado no discurso dominante influencia diretamente o modo de vivenciar a afetividade e, conseqüentemente, a vida amorosa e familiar (Olegário;

Aquino, 2013). De tal modo que se estabeleceu estereótipos em torno da afetividade feminina que permanecem até hoje.

Essa “gramática amorosa”, entretanto, sempre se constituiu a partir de discursos diferenciados para homens e mulheres. Assim, por serem associadas à natureza, as mulheres eram vistas como naturalmente belas, frágeis, doces, submissas, sedutoras. Aquelas que revelassem atributos opostos eram antinaturais. No entanto, características negativas, como a perfídia e a amoralidade, eram consideradas atributos naturais das mulheres, o que criava uma visão profundamente ambígua do ser feminino (Olegário; Aquino, 2013, p. 3)

Contudo, a visão naturalizada da construção histórica da afetividade feminina não abarca todas as mulheres, socialmente os atributos de frágil, de bela e dócil são reservados a raça branca.

[...] frágeis, histéricas e infantilizadas. Delas, esperava-se um comportamento sacro, mas, daqueles cujos tons de pele serviam para justificar os “achados científicos” esperava-se outra coisa... Promiscuidade se apresentava como característica que as contrapunham daquelas outras. Foram demonizadas, hiperssexualizadas, animalizadas e adjetivadas fortes (Curi; Ribeiro; Marra, 2020, p. 161).

Portanto, existem construções distintas de afetividade entre mulheres negras e brancas. Necessita-se investigar como essa discrepância afetou a vida afetiva das mulheres negras, uma vez que elas não foram colocadas no papel de dignas de cuidado, como atribuído à mulher branca. Contrariamente, o lugar reservado para mulheres negras foi o de desumanização. Assim, o papel atribuído à mulher dentro da monogamia não foi o mesmo para brancas e negras, devido à construção histórica diferenciada da feminilidade e da afetividade para cada grupo (Curi; Ribeiro; Marra, 2020).

Se faz importante destacar que o conceito de monogamia aplicado neste estudo vai além da definição difundida no senso comum que se baseia na quantidade de relações, partiremos da ideia de que “[...] a monogamia é muito mais do que mero preceito moral da vida cotidiana – ela é, na verdade, um aspecto decisivo da organização da sociedade de classes” (Lessa, 2012, p.10). Ou seja, monogamia não é apenas um modelo relacional baseado na livre escolha de se relacionar exclusivamente com uma pessoa, mas sim uma estrutura imposta socialmente. Além de tudo, tornou-se uma ferramenta essencial no projeto de colonização por parte dos cristãos, como destaca Moreira:

Apesar das adaptações e transformações culturais e religiosas que também ocorriam no campo missionário, a exigência do casamento cristão tridentino

visava liquidar, simultaneamente, com a poligamia dos grandes chefes e com a dissolução dos casamentos indígenas que grassavam entre homens e mulheres, impondo a monogamia e a indissolubilidade matrimonial e provocando a médio e longo prazo modificações profundas na sociedade tupinambá (Moreira, 2018, p.39).

O uso da palavra “poligamia” nos faz automaticamente associar que os indígenas Tupinambás vivenciavam um formato de relacionamento afetivo igual ou, pelo menos, similar ao monogâmico, apenas com mais pessoas, porém ambos os padrões em quase nada se pareciam, já que os ideais indígenas não partiam do cristianismo, então não levavam em consideração o conceito de pecado (Núñez; Oliveira; Lago, 2021). Ou seja, características tão comuns nas relações monogâmicas, inclusive atualmente, como o ciúme; a hierarquização; o valor ético atribuído ao ato de conter impulsos afetivos e sexuais para o vínculo com apenas uma pessoa, se afastando da chamada promiscuidade; a supervalorização da durabilidade do enlace, bem demarcada pela frase “até que a morte nos separe”; entre outras características cruciais da monogamia não se encontrou, conforme os colonizadores, como uma prática em outros povos, de modo que acentua a violência que simbolizou a imposição da monogamia (Núñez; Oliveira; Lago, 2021).

Neste contexto, a monogamia e a indissolubilidade matrimonial exigida pelos missionários quebravam alguns dos principais elos de colaboração existentes na sociedade multicomunitária tupinambá. Além disso, esse tipo de intervenção na organização familiar indígena tornou-se uma política de longa duração no Brasil, pois perdurou nos séculos seguintes em razão da prevalência da Igreja e dos valores católicos na sociedade colonial e pós-colonial brasileira. (Moreira, 2018, p. 39).

Os cristãos não demonstravam qualquer perplexidade com a prática desumana de genocídio físico e cultural que exerciam contra os indígenas, mas emitiam seus valores morais e religiosos em relação a liberdade afetiva e sexual dessa população (Núñez; Oliveira; Lago, 2021). Essa imposição também foi estendida aos escravizados, tendo em vista que muitos deles vinham de partes de África em que a maneira de se relacionar e a organização social também não tinham muitas semelhanças com a monogamia.

[...] fora da África a interpretação sobre família é ocidental e tem a perspectiva patriarcal. Porém, considerando que este tipo de relação não é parte da cultura pré-colonial africana, ela vem se firmando a partir da colonização, conformando-se na modernidade como uma imposição de gênero na África, constituída a partir da linguagem de domínio da língua inglesa. [...] Ainda são visíveis na África, comunidades que deixam rastros de culturas plurais, matriarcais, matrilineares, e, também, ambíguas nas relações de gênero. Numa comparação do feminismo global ou euro-americano com o africano são os diferentes significados de gênero no contexto da reprodução, família

e casamento, em nada é similar a conjuntura teórica ocidental, na qual enterra a mulher na submissão pela reprodução. [...] Além disso, no casamento, no modelo de poligamia (muito comum na África), a posição ocupada pela mulher difere da ocidental e tem importância sociopolítica, econômica e cultural como, por exemplo, na função de prover alimentos, no sentido de providenciar e não necessariamente cozinhar. (Calheiro; Oliveira, 2018, p. 98-99)

Sendo assim, entendemos que a monogamia se estabeleceu no Brasil como um conceito europeu e cristão do que deveria ser considerado família, determinando papéis de gênero e influenciando diretamente a organização social. Isso só pôde ser feito a partir do processo de incutir, de forma impositiva, nos povos existentes na terra e os trazidos à força tais ideais, o que conseqüentemente marginalizou quaisquer outras formas de construir relações, famílias e, portanto, sociedades (Núñez; Oliveira; Lago, 2021). Essa marginalização facilitou a visível prosperidade do modelo monogâmico, que ainda hoje domina as esferas sociais e legais, sendo tido, basicamente, como o único o modelo de relacionamento com aceitação social (Núñez; Oliveira; Lago, 2021).

O início conturbado da história da monogamia no Brasil pode ter causado danos de longo prazo na forma de construir e pensar a afetividade. Especialmente em um país que se organizou a partir da escravidão, a construção da afetividade negra foi afetada de maneira significativa.

Vimos, brevemente, que a monogamia se estabelece de forma distinta a partir dos gêneros, então torna necessário investigar quais papéis designaram a mulheres negras e como esses papéis afetaram a construção da sua afetividade.

No contexto atual, podemos apresentar que o público negro no Brasil ainda se vê vítima das conseqüências de um processo de abolição onde não houve apoio do Estado para a população recém liberta. Hoje, as mulheres negras, precisam se preocupar com sua própria integridade física e de seus filhos, uma vez que 63% das casas chefiadas por elas estão abaixo da linha da pobreza segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). A mulher brasileira sofre com os índices de violência contra a mulher e feminicídio, sobretudo a negra ocupa 62% das vítimas de feminicídio e mais de 70% das vítimas em outros tipos de assassinatos violentos segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022).

[...] o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou

seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (Munanga, 2004, p. 8)

Dado o caráter diverso dessas vulnerabilidades, além da compreensão do que é o Racismo Estrutural necessita-se entender o conceito de Interseccionalidade, a lente analítica utilizada nesse estudo:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002 *apud* Akotirene, 2019, p. 42).

A discussão tratada ao longo desta seção apontou o tipo de relacionamento monogâmico calcado na visão ocidental e católica, sinalizando outras formas existentes em diferentes grupos étnicos-culturais que, subjugados a escravização, lhes impuseram este modelo relacional que reverbera atualmente na vida afetiva de mulheres negras. Na próxima seção trataremos da subjugação feminina como artifício para a manutenção da monogamia, bem como a estruturação desse sistema, do papel delegado as mulheres negras e de seu sofrimento

2.1 A subjugação feminina como mantenedora da monogamia

Pinho (2008) afirma que, desde a idade média, a sexualidade feminina é socialmente reprimida, mas nem sempre prevaleceu essa regra geral, uma vez que não havia motivo para tal repressão. Em períodos anteriores, as mulheres podiam exercer sua liberdade afetivo-sexual sem preocupações relacionadas à paternidade biológica e seus filhos eram reconhecidos como de todos os homens pertencentes aquele grupo social (Engels, 2019). Da mesma forma, as crianças eram reconhecidas como filhos por todas as mulheres, independentemente de quem as tivesse gerado, mesmo que elas pudessem distinguir seus filhos biológicos entre os demais (Engels, 2019). Por isso, a única filiação considerada era a *gens* feminina, ou seja, a descendência comum reconhecida nos grupos consanguíneos era matriarcal, característica alterada com o tempo quando surge a monogamia como garantia da

paternidade dos filhos, advinda com a ideia de propriedade, de bens e o repasse da herança para seus descendentes (Engels, 2019).

A falta de conhecimento dos homens acerca da sua capacidade reprodutora e a certeza de que as mulheres ficavam grávidas dos deuses, foi o que impediu o homem de romper definitivamente com o poder feminino e ela ainda tinha um domínio e um poder de decisão frente aos seus grupos. No período neolítico o homem percebe sua função biológica reprodutora e passa a controlar a sexualidade feminina. Neste período surge então o casamento, onde a mulher passou a ser propriedade do homem e a herança através da descendência masculina. Este período ocorreu por volta de 10.000 ou 8.000 a. c. (Pinho, 2008, p. 4).

Apesar da roupagem romântica atual, a monogamia surgiu como uma estratégia econômica de proteção de bens, sendo a primeira formação familiar a não se apoiar em condições naturais (Engels, 2019), na verdade, Engels a define como um formato de família baseada na dominação masculina, dado que, com a expansão do domínio de rebanhos e terras, o homem se tornou o único proprietário dos bens e o matrimônio grupal foi gradativamente consumido, dando lugar ao matrimônio por pares. Como resultado, o homem passou a ter mais poder sobre sua esposa e filhos. Contudo, não havia certeza quanto ao repasse da herança aos seus filhos legítimos, devido ao reconhecimento somente da *gens* materna (Engels, 2019). Então, para tornar a paternidade indiscutível e, assim, fazer o repasse da herança, subjugou a mulher à fidelidade, válida somente para ela, dando início à derrocada do direito materno, considerada “a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (Engels, 2019, p.74).

O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação. Essa posição humilhante da mulher, que aflora principalmente entre os gregos do período heroico e, mais ainda, do período clássico, foi gradativamente floreada e dissimulada e, em parte, revestida de formas atenuadas; mas de modo algum foi eliminada (ENGELS, 2019, p. 75).

Embora nem todos os homens fossem burgueses detentores de terras com herança para repassar, a figura masculina como símbolo de poder permeou até mesmo as classes sociais mais baixas (Engels, 2019) e, na Idade Média, a Igreja contribuiu para justificar esse domínio a partir do divino (Pinho, 2008). Dessa forma, houve a repressão e demonização da sexualidade e liberdade da mulher, pois a estrutura construída contava com a manutenção da servidão feminina (Engels, 2019) e boa parte disso ocorre através da fidelidade, legitimação da violência e trabalho doméstico. O padrão estabelecido impõe a mulher o controle da própria sexualidade

e a tolerância do adultério masculino, bem como, lhe cabe a obrigação de cuidar da casa, filhos e marido, abdicando de sua própria vida em prol da manutenção familiar de forma gratuita (Andrade, 2015). Segundo Engels (2019), para assegurar a fidelidade, a violência doméstica recai sobre a população feminina pela ideia de posse masculina perpetuada desde o surgimento da monogamia: “A fim de assegurar a fidelidade da mulher e, portanto, a paternidade dos filhos/filhas, a mulher é submetida incondicionalmente ao poder do homem: quando ele a mata, está apenas exercendo seu direito” (Engels, 2019, p.76).

A subjugação social feminina não é um mero acaso ou resultado de uma suposta ordem natural, como muitas vezes se perpetua. Pelo contrário, a imposição estruturalmente permite a dominação masculina. A subjugação contribuiu para a manutenção do patriarcado e do capitalismo, sendo a monogamia um instrumento fundamental para sustentar tal domínio.

Destarte, nessa primeira parte, podemos compreender o papel geral da mulher dentro da monogamia e a importância desse sistema para a manutenção do patriarcado e capitalismo. No entanto, não devemos descrever a função feminina de forma hegemônica, como se aplicasse a toda mulher. Assim, na próxima seção trataremos do papel reservado para a mulher negra nessa estrutura para, em seguida, examinar o impacto em sua afetividade. Por isso, a seguir tratar-se-á sobre o entendimento da dinâmica entre raça, gênero e classe na monogamia.

2.2 A escassez afetiva de mulheres negras: cruzamentos entre racismo, misoginia e classismo no Brasil

A trajetória da escravidão no solo brasileiro encerrou, oficialmente, com a assinatura da Lei Áurea em 1888, contudo, a lei por si só não libertou essa população das consequências de séculos de abusos culturais, sociais, físicos e psicológicos. Após 135 anos do fim da escravização no país, ainda hoje lidamos com os sintomas desse período, pois o racismo continua perpassando diversas camadas da vida de pessoas negras. Por isso, para entender a construção da afetividade negra, retornaremos a esse trecho tão sombrio de nossa história.

No processo de formação da composição da família nuclear no Brasil, a população negra escravizada, obviamente, não foi incluída como participante dela, tampouco teve espaço para exercer seu próprio modelo relacional enquanto se

constituía o sistema monogâmico, pois só lhe cabia a função de servir. Além disso, a formação familiar dos negros escravizados sofria diretamente a influência pelo poder da classe dominante branca, desde a sua captura em suas terras natais até a autoridade dos proprietários que detinham o controle sobre suas vidas e podiam vendê-los, assassiná-los ou submetê-los a qualquer tipo de abuso, desfazendo famílias inteiras.

A família moderna contém em seu cerne não só a escravidão (*servitus*) mas também a servidão feudal, já que desde o início tem relação com os serviços agrícolas. Ela contém em miniatura todos os antagonismos que mais tarde se desenvolveriam na sociedade e em seu Estado (Marx, 1848 *apud* Engels, 2019, p. 76).

Segundo Fernandes (2022), a escravização só pôde ser legitimada através da instituição da ideia de que os negros eram intrinsecamente inferiores aos humanos-brancos. Essa noção permitiu a validação de atos de violência tanto simbólica quanto concreta, tendo em vista a desqualificação da raça negra como ser humano. Para validar essa crença, a pseudociência embasou um determinismo biológico que supostamente explicava, além das diferenças físicas, as mudanças comportamentais e sociais. No século XIX Francis Galton criou a abordagem, denominada Eugenia, a qual o Brasil aderiu, incutindo estereótipos ainda presentes na atualidade, como a ideia de que brancos possuem maiores recursos cognitivos, enquanto negros são fortes fisicamente, selvagens e impulsivos criminal e sexualmente (Maciel, 1999).

O movimento eugenista, ao procurar "melhorar a raça", deveria "sanar" a sociedade de pessoas que apresentassem determinadas enfermidades ou características consideradas "indesejáveis" (tais como doenças mentais ou os então chamados "impulsos criminosos"), promovendo determinadas práticas para acabar com essas características nas gerações futuras. Todavia, esse quadro não era aplicado apenas a indivíduos, mas, principalmente, às raças, baseando-se num determinismo racial (se pertence a tal raça, será de tal forma) fazia com que a hierarquia social fosse traduzida por hierarquia racial (Maciel, 1999, p. 1).

Assim, tudo que está relacionado à vivência negra enfrentou um processo extremamente árduo de degradação, desvalorização e apagamento, tanto em termos físicos quanto simbólicos. Em contraponto, se construiu o ideal de brancura baseado nos ideais europeus que deveriam guiar, futuramente, a construção da identidade brasileira, concedendo sistematicamente privilégios à branquitude, considerada o melhor da espécie humana e da sociedade (Maciel, 1999). Contudo, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a branquitude se viu confrontada com o chamado problema racial brasileiro e o medo da ascensão dos negros que agora

viviam em áreas urbanas (Maciel, 1999). Assim, intensificou-se o projeto de embranquecimento social, que buscava a aniquilação das populações não-brancas. No entanto, estavam de frente a uma população já muito miscigenada, algo repudiado pelos eugenistas, que viam o mestiço como fruto direto da degeneração humana. Podemos ver um exemplo disso no posicionamento de Renato Kehl, um médico brasileiro que atuou na presidência da Comissão Brasileira de Eugenia, considerado uma autoridade no assunto no país:

Se no Brasil, pelo caldeamento de sangues resultarmos mestiços acima referidos, e se estes, com o continuar do mesmo tendem, progressivamente, a desaparecer, é porque a raça branca sendo superior, prevalece sobre a inferior. Não discutamos se o ponto de vista desta superioridade é simplesmente social, segundo a opinião de Alberto Torres, ou étnica. Comprovado está que os mesmos são inferiores, representando produtos quase híbridos, faltando-lhes, apenas, a infecundidade, para receberem essa designação integral. O mestiço representa o produto de fusão de duas energias hereditárias diversas, quase antagônicas, fusão de cromossomos quase irreconciliáveis e que só a benevolência da natureza permitiu se associarem. (Kehl, 1935, p.242 *apud* Maciel, 1999, p. 132)

Com a disseminação da ideia de que haveria a possibilidade de diluir a negritude brasileira e dar espaço para a ascensão ariana, se incentivou a aceitação de imigrantes brancos e a barragem de imigrantes não-brancos, com a crença que qualquer resquício de negros, indígenas e asiáticos sumiriam do país com o tempo (Maciel, 1999). No Congresso Universal das Raças ocorrido no início do século XX, em 1911, na cidade de Londres, o representante do governo brasileiro, João Baptista de Lacerda chegou a afirmar que em menos de um século não haveria mais negros no Brasil (Souza; Santos, 2012). Destarte, o movimento eugenista brasileiro se empenhou em fazer produções intelectuais defendendo seus ideais, além de criar grupos como a Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) que contava com uma grande participação de médicos e grandes figuras brasileiras como Monteiro Lobato (Souza, 2013). Outras iniciativas foram tomadas, desde as mais “brandas”, como o 1º Congresso de Eugenia (1929) e, na mesma época, Concursos de Eugenia, assim como as mais violentas como o incentivo da esterilização forçada dos considerados indesejados (Maciel, 1999).

A "eugenia negativa" consiste em um segundo aspecto do ideal eugênico que se ocupa, basicamente, em diminuir o número de indivíduos não eugênicos ou disgênicos com a limitação do casamento e/ou procriação destes. Esta vertente da doutrina propunha maior controle, neste caso governamental, sobre o casamento e a reprodução. Este controle se daria através de exames pré-nupciais e estudos genéticos, assim como pela supressão, em alguns casos, da imigração e miscigenação, sendo proibida então a reprodução em

casos de idade materna avançada, consanguinidade do casal, dentre outros motivos que abarcam também questões raciais (Souza, 2013, p. 24).

Também havia manicomialização como estratégia de higienização, a banalização das mortes desses indesejados e o incentivo das prisões, já que, segundo a teoria eugenista, pessoas negras tinham um natural inclino para o crime e atribuía-se comumente as palavras “tarados”, “vadios”, “criminosos”, “malandros” para se referir a negros e outras populações marginalizadas (Maciel, 1999). Com o endosso desse pensamento, o médico Nina Rodrigues difundiu a higienização no Brasil. A influência da higienização culminou no genocídio, chamado de Holocausto Brasileiro, que teve como protagonista o Hospital Colônia, em Barbacena (MG), onde, durante 80 anos, vitimou mais de 60 mil pessoas.

Desde o início do século XX, a falta de critério médico para as internações era rotina para o lugar onde se padronizava tudo, inclusive os diagnósticos. [...] a estimativa é que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental. Apenas eram diferentes ou ameaçavam a ordem pública. Por isso, a Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos o todo o tipo de indesejados, inclusive os chamados insanos (Arbex, 2013, p. 23).

Apesar de carregar o nome “hospital”, a Colônia não servia a tal propósito devido a muitos dos seus pacientes nem possuírem problemas psiquiátricos ou clínicos, de modo que funcionava como uma espécie de campo de concentração onde pessoas indesejadas socialmente se amontoavam e sofriam com eletrochoque como método punitivo, além de espancamento, fome, frio, doenças, entre outras violências que, frequentemente, resultavam na morte (Arbex, 2019). Nada obstante, a brutalidade não se encerrava no falecimento dos “degenerados”, uma vez que, vendiam seus corpos para faculdades e, em caso de excesso de mortes, os derretiam no ácido em frente aos demais pacientes para que pudessem comercializar a ossada, ou os enterravam em valas comuns juntamente a outras dezenas de corpos, como pode ser visto no documentário que inclui mais informações, intitulado “Holocausto Brasileiro”, produzido em 2016, sendo adaptado do livro de Holocausto Brasileiro de Daniela Arbex (2013).

Concomitantemente à ascensão dos ideais eugênicos no Brasil, a população negra, recém liberta da condição de escravidão, buscava construir suas famílias, entretanto dentro de um sistema colonizado, que protegia os bens da classe dominante branca, que, não muito antes, também incluía esses ex-escravizados como

parte dos bens (Gusmão, 2016). Tal contexto, favorecia a permanência do estresse e sofrimento referente a luta constante pela sobrevivência (hooks, 2010). Enquanto isso, a monogamia se encontrava bem estabelecida no território nacional, ocupando o lugar de única forma possível de se construir relações e passando pelo recente processo de institucionalização (Vieira; Silva, 2015).

“O Decreto de 3 de novembro de 1827 considerava o casamento como um sacramento e, como tal, regulava-o por regras do direito canônico, com determinação expressa da observância das disposições do Concílio Tridentino sobre o tema. Trata-se de período da história em que houve um silenciamento do poder instituído em relação ao matrimônio do povo em geral. Por isso, as questões referentes ao casamento no que diz respeito à plebe ficavam sob a responsabilidade do poder eclesiástico. Neste período, o casamento apenas era enfocado como sacramento, instituto de índole religiosa, cujos aspectos civis careciam de regulamentação pelo Estado.” (Vieira; Silva, 2015, p. 24)

Entretanto, como sabemos, o casamento civil ganhou aparato legal e, até hoje, o Brasil permanece sem reconhecer a contração de relacionamento conjugal entre mais de duas pessoas, se institucionalizando enquanto país monogâmico apenas dois anos após a abolição oficial da escravidão, em 1890 (Vieira; Silva, 2015):

A validade jurídica do enunciado da indissolubilidade matrimonial permaneceu íntegra, mesmo quando o Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, instituiu no Brasil o casamento civil, de modo que, mesmo havendo atuação estatal sobre a matéria, o preceito religioso que diz “não separe, pois, o homem o que Deus uniu”, prevaleceu durante muito tempo, mais propriamente, até 1977, quando foi instituída a lei de divórcio e o matrimônio passou a ser passível de dissolução, sob o ponto de vista legal. [...] o referido decreto, pela primeira vez no Brasil, vincula o casamento à instituição familiar. Desse modo, tanto a família quanto os filhos constituídos ou vinculados ao ideal de casamento passaram a ser considerados legítimos. Este último decreto, portanto, embora “inovador” para os padrões da época, chancelou o casamento como único instituto hábil para legitimar o nascimento dos filhos, espelhou a sociedade patriarcal então vigente, centrado na figura do marido como provedor e detentor de honras e méritos e manteve o casamento como instituto indissolúvel, conforme mencionado no parágrafo anterior (Vieira; Silva, 2015, p. 29).

A população negra não permanecia alienada sobre o direito de contrair matrimônio, mesmo antes da abolição e institucionalização da monogamia, inclusive o casamento cristão constituía a única forma de escravizados terem uma formação familiar reconhecida e, de certa forma, se protegerem.

Outro ponto que merece destaque trata-se da ênfase dada ao estado civil do escravo e as ressalvas contidas na Lei do Ventre Livre: “convindo fazer-lhe sentir que sendo o dito escravo casado e tendo d’este casamento um filho, não pode por venda ser separado de sua m.er, como é expresso no Art. 4.º § 7.º da lei n.º 2040 de 28 de setembro de 1871”. A esse respeito, a referida lei orientava: “Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é

proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de 12 anos, do pai ou da mãe”. Utilizamos a referida fonte documental para evidenciar que a luta pela manutenção dos laços familiares, amparados na Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, não foi exclusividade das genitoras. Tal evidência sugere que os pais também utilizaram o judiciário como arena de disputa pela liberdade e manutenção do vínculo familiar (Gusmão, 2016, p. 5).

Portanto vemos, mais uma vez, a monogamia posta como a única forma possível de se construir família, inclusive para pessoas negras. Porém, por seu caráter cristão e colonizador, a monogamia designou papéis subalternos para a população negra que permanecem, como servidão e objetificação. Sendo a mulher negra o principal alvo da hiperssexualização e abuso durante o período de escravidão, por exemplo, mesmo que seu senhor fosse casado. Ao sair desse contexto escravocrata, o olhar de objetificação a acompanhou, não sendo vista como alvo de cuidado, mas de violência e servidão como exemplifica o ditado “Branca para casar, mulata para fornicar e preta para trabalhar” usado como título por Pacheco (2008) em sua tese. A mulher negra foi vítima frequente ao ser usada como “amante” e abusada para a satisfação dos desejos sexuais do homem branco, já que, conforme a lógica da escravidão, o corpo dela o pertencia (Pacheco, 2008). De tal modo, se reafirmou desde o início da consolidação da monogamia a atribuição de fidelidade, exclusivamente, ao gênero feminino. Opostamente, ao gênero masculino não havia repreensão a esse comportamento (Engels, 2019).

O homem branco, como o colonizador heterossexual, ocupou o lugar discursivo do macho penetrador e civilizador, ativo sexualmente e produtor de história e cultura, reservando para negros, índios, mulheres e "perversos" sexuais, o lugar passivo de objeto da dominação e do disciplinamento, assim como o lugar da sexualidade indomável, abjeta e perigosa, num paradoxo claro, que revela a estrutura da contradição sexual, na formação de corpos coloniais (Fernandes, 2022, p.158 *apud* Pinho, 2008, p. 273).

O impacto desse período se manifesta, muitas vezes, de forma mais concreta no campo simbólico do que no material (Souza, 2017), afetando a qualidade de vida de pessoas negras de maneira mais profunda do que normalmente nos atemos, para assim fazer uma manutenção silenciosa dos privilégios da classe dominante a fim de fazê-los parecer naturais (Fernandes, 2022). Isso pode ser observado a partir da estratégia, supracitada, de disseminação da ideia de que negros são essencialmente emocionais e impulsivos, enquanto brancos são mais racionais e controlam as emoções, o que lhes daria a capacidade de controlar os negros (Fernandes, 2022). Portanto, além da rejeição do próprio fenótipo negro se estabelece a repulsa ao “jeito negro” de ser, incutindo nos negros a busca da extinção desses traços e

consequentemente a aproximação com a branquitude (Fernandes, 2022). Ou seja, embranquecer-se vai além de parecer fenotipicamente branco, envolve uma suposta essência que te torna superior e, consequentemente, humano. Mas quando isso não é alcançado resta aos que permanecem negros a repressão emocional, o desprezo a si e, consequentemente, aos que parecem consigo (Fernandes, 2022). Dessa forma, o racismo atua fortemente no âmbito simbólico de pessoas negras.

É necessário entender quão enraizado está o racismo na nossa sociedade para perceber a importância de levá-lo em conta ao falarmos da afetividade da pessoa negra. No que tange as mulheres negras, durante a escravização, seu principal papel era o doméstico, assumindo diversos papéis na Casa Grande como faxineiras, cozinheiras, amas-de-leite, copeiras, lavadeiras, costureiras entre outras funções referentes à manutenção familiar, mesmo as escravizadas que vendiam alimentos na rua, por exemplo, geralmente também tinham funções domésticas (Graham, 1992 *apud* Pereira, 2011).

[...] o sistema escravista sobreviveu da exploração econômica dos escravos e, também, das escravas. Sobre estas últimas, haveria uma conjugação da exploração econômica e sexual, o que a transformaria em “pau para toda obra”; objeto de venda e compra, amas-de-leite e objeto de desejo dos senhores que saciavam suas taras por meio de ataques e estupros contra o corpo da mulher negra/mestiça (Pacheco, 2008, p. 60).

Esses abusos sexuais legalmente amparados, frequentemente, culminavam em gestações, adicionando mais um papel a essas mulheres: incubadora de escravizados (Santos; Haack, 2018). Algo tão violento, muitas vezes, fazia com que elas optassem em matar seus próprios filhos do que os manter nessa realidade cruel e, por mais que o ato fosse extremo, significava a retomada do poder de escolha que ela havia perdido durante o estupro (Santos; Haack, 2018).

Isso nos permite entender a forma como cada mulher lidou com o fato de as estruturas de poder incidirem sobre seus corpos e seus fetos e sobre aqueles que não lhes pertenciam legalmente, mas eram extensões de si mesmas, pois tinham sido gerados pelo corpo mulher-escravizada. [...] Dessa forma, os infanticídios podem ser interpretados como atos dialógicos sobre sensibilidades femininas – ou humanas – na História. Assim, as diferentes mulheres escravizadas que cometeram infanticídios podem tê-lo significado de modos distintos em si mesmas, de acordo com a forma como vivenciaram o sentimento da maternidade diante das combinações interseccionais (Santos; Haack, 2018, p. 255).

Nesse contexto, com a designação desses papéis, se estabelece a imagem da mulher negra como servil, culminando na continuação desses encargos após a abolição da escravidão, só que agora de forma atualizada através do emprego

doméstico que acabou por se tornar um dos principais meios de sobrevivência dessa mulher, onde permaneceu igualmente, ou pelo menos de forma muito similar, a dinâmica escravizada-e-senhor (Pereira, 2011). Ainda hoje, podemos ver como os trabalhos domésticos continuam a ser a principal forma de exploração da mão de obra da população feminina negra. Segundo o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese, 2022) 65% das empregadas domésticas são mulheres negras, em sua maioria possuem mais de 40 anos e ganham menos de um salário-mínimo. Agora esse público deve cuidar da sua própria família e servir as famílias dos patrões, em troca de remuneração e condições precárias de trabalhos, se tornando as principais responsáveis pela manutenção das necessidades básicas do proletariado.

Ademais, outro fenômeno que atesta o caráter escravista do trabalho doméstico diz respeito ao abuso sexual dessas empregadas. Portanto, permanece atual seu caráter sexista, racista e classista¹, dado que seu alvo reproduz a relação escravizada-e-senhor e tem como principais alvos, não por coincidência, as mulheres negras (Corossacz, 2014). Ou seja, a mulher negra foi enquadrada socialmente sob a ótica escravista da serva e da “mulata sexual”, o que culmina na construção de uma identidade derivada da colonização que estrutura sua emocionalidade e se dissemina no imaginário social brasileiro, legitimando a desumanização de pessoas negras como marca direta de séculos de opressão (Fernandes, 2022).

Diante disso é difícil imaginar onde e como essas mulheres encontram espaço para experimentar afeto em suas vidas. Pois, aprender a dar ou receber afetividade, depois de séculos de negação desse exercício nos relacionamentos, se apresenta como uma tarefa árdua e quase que impossibilitada pelo sistema imposto. Destarte, tal debate é de caráter emergencial, diante de um segmento da população vulnerável afetiva e psicologicamente por herança de um passado escravocrata e o entrecruzamento do racismo, sexismo, condição socioeconômica e outras vulnerabilidades sociais que são recorrentes no contexto social e cultural do país.

¹ [...] “para além do preconceito racial tão discutido no Brasil, há outro que está pautado na posição social dos indivíduos, conforme seu acesso à renda, poder aquisitivo, padrão de vida e nível de escolaridade. Em outras palavras, no Brasil também existe o chamado preconceito de classe social (RIBEIRO, 2011, [s. p.]).”

Considerando que as mulheres negras são impactadas não apenas pelo racismo, mas também são alvos frequentes de misoginia², caracterizada pela aversão ao feminino, além do próprio classismo, se torna crucial examinar como essas intersecções suprimem a capacidade dessas mulheres de dar e receber amor e, até mesmo, de se sentirem dignas o suficiente para tal. Destaca-se aqui a palavra cruzamento, visto que se entende que mecanismos de opressões não se somam, mas se atravessam, não só reprimindo os sujeitos como também os produzindo a partir de suas interseccionalidades, sendo mais complexo do que a mera adição de formas diferentes de dominação, mas sim, exigindo a compreensão das relações sociais como construções simultâneas em diversas dimensões (Benítez; Mattos, 2019). Ainda de acordo com Benítez e Mattos (2019), para a aplicação da interseccionalidade é intrínseco compreender que construções sociais como raça, classe, sexo e gênero, não podem ser avaliados distante do contexto social e histórico do indivíduo, pois é a partir dessa interação que podemos identificar o momento que um desses signos surge como marcador principal e o impacto que provoca.

Doravante, a partir do momento que a mulher negra adentra a estrutura da monogamia burguesa, recai sobre ela a maior parte do peso das responsabilidades e sujeições do feminino. O resultado disso pode ser facilmente observável ao se analisar que maridos e ex-maridos são autores de 90% dos crimes de feminicídio segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), sendo que a mulher negra totaliza, atualmente, 62% do público vitimado (2022). Apesar do recorrente cenário de violência, o adoecimento afetivo faz com que, muitas vezes, a mulher negra se mantenha em relacionamentos abusivos, porque além da pouca acessibilidade à informação e serviços de segurança pública, o medo da solidão afetiva-social-sexual se apresenta maior do que o medo da violência (Silva, 2021). Esses são os resquícios da escravização na história do país, que durou quase quatro séculos, enquanto políticas de reparação começaram a ser aplicadas recentemente, datando apenas a partir de 2001³.

² Para aqueles que se interessados em ler a respeito indicamos POLITIZE! Misoginia: o que é, como identificar e combater, encontra-se disponível *on-line*.

³ As declarações e programas de ações adotadas a partir da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Durban, na África do Sul em 2001, estão disponíveis online.

Á vista disso, devemos indagar: quem cuida da mulher negra? E não é distante da realidade deduzir que nem ela possui tempo ou preocupação em exercer o autocuidado. Conseqüentemente, estereótipos como o de “guerreira” recai sobre esse público, o que justifica a ausência do zelo, já que, teoricamente, representa a força capaz de suportar as adversidades e, portanto, não precisa receber cuidado, apenas cuida, de modo a dar conta da sobrecarga de atividades e responsabilidades que lhe é atribuída, havendo uma naturalização do papel social que exerce. Todavia, a lógica racista desumaniza a mulher negra e legitima variados tipos de violências a ponto de haver 50% mais chances de não receberem anestesia local para a realização de episiotomia⁴, por exemplo (Leal *et al.*, 2017), que se trata de uma incisão na região do períneo realizada em partos normais.

Portanto, muito além de um sentimento, o amor se estabelece como um fator indispensável no processo de cura da afetividade da mulher negra, uma vez que a carência de afeto impede a vivência de uma vida completa e segura.

O amor precisa estar presente na vida de todas as mulheres negras, em todas as nossas casas. É a falta de amor que tem criado tantas dificuldades em nossas vidas, na garantia da nossa sobrevivência. Quando nos amamos, desejamos viver plenamente. Mas quando as pessoas falam sobre a vida das mulheres negras, raramente se preocupam em garantir mudanças na sociedade que nos permitam viver plenamente (hooks, 2010, p. 5).

Segundo hooks (2010), reprimir emoções caracterizou uma estratégia de sobrevivência dos escravizados. Um negro que se permitisse sentir naquela época provavelmente não sobreviveria. Entretanto, por mais que a escravização (legalizada) tenha findado, o instinto de sobrevivência permaneceu, então, como faziam os escravizados, seguimos reprimindo nossos sentimentos e repassando isso como algo positivo, “coisa de gente forte”, nos impedindo de expressar amor uns pelos outros ou o fazendo de forma adoecida e colonizada (hooks, 2010).

Contudo, ainda no esforço de sobreviver, buscamos adentrar ao “mundo branco” na procura de aceitação, o que pode perpassar pela tentativa de estabelecer vínculo conjugal com pessoas brancas, por exemplo (Fanon, 2009). Dado que, historicamente, aprendemos a nos odiar e sermos odiados, o processo de abertura para receber afetividade e para dá-la a quem se parece conosco é extremamente

⁴ Para mais informações consultar: SAÚDE ABRIL. O que é a episiotomia e quando ela deve ser feita no parto? Saúde Abril, [SI], 22 set. 2021. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/o-que-ea-episiotomia-e-quando-ela-deve-ser-feita-no-parto/>. Acesso em: 03 maio 2023.

dolorido. Dessa forma, Fanon (2009) discute como, na tentativa de se afastar da negritude, suas mazelas sociais e afetivas, pessoas negras buscam penetrar esse “mundo branco”, a fim de que recaia sobre ela a brancura e todos os privilégios que a acompanha. Ademais, hoje já não é comum a pressão explícita para que pessoas negras busquem se embranquecer a partir de relações inter-raciais, o que não significa que tal incentivo não tenha tido consequências, como pode ser observado nas frequentes discussões em movimentos sociais negros sobre a chamada “palmitagem”. Para entender melhor a expressão:

[...] inicialmente utilizada por mulheres negras brasileiras para se referir a homens negros cisgêneros, heterossexuais que estão envolvidos afetivo-sexualmente com mulheres brancas, principalmente, por elas estarem numa situação de privilégio em relação à opressão de gênero. Contudo, observo que o seu uso vem sendo multiplicado para diversas outras situações, que não envolvem diretamente relações afetivo-sexuais. Por exemplo, para definir uma prática de pessoas negras que mantem relacionamentos inter-raciais, demarcando uma forma de inserir-se em locais embranquecidos. De modo geral, o que está em jogo é o apagamento das características negras como efeito das relações com brancos (Coelho, 2020, p. 13).

Ou seja, ainda são notadas diversas formas de atravessamentos históricos da afetividade negra por conta do racismo, a ponto de ainda gerar debates acalorados sobre o tema em movimentos sociais negros atualmente. Todavia, raramente essas discussões esbarram na possibilidade de que, na tentativa de entrar nesse “mundo branco” pontuado por Fanon (2009), tenhamos remodelado profundamente toda a nossa forma de exercer a afetividade e reproduzido, mesmo em relações chamadas de afrocentradas, as bases de uma estrutura criada por pessoas brancas para pessoas brancas, causando danos de longo prazo à toda nossa subjetividade. Sendo assim, como trazido por hooks (2010), a opressão distorceu nossa capacidade de amar, mas é no amor que se encontra a chave para vivermos plenamente.

No entanto, frente a possibilidade de termos uma parcela significativa da população profundamente afetada no seu campo simbólico por mazelas sociais historicamente impostas e invisibilizadas, é de suma importância compreender a atuação da psicologia diante disso. Por isso, na próxima seção abordar-se-á o papel a psicologia teve no período de ascensão de conceitos supremacistas brancos no Brasil e qual sua conduta atual perante as singularidades que envolvem o cuidado psicológico de pessoas negras, principalmente mulheres.

3 RACISMO CIENTÍFICO E PSICOLOGIA: UMA HISTÓRIA DE CUMPLICIDADE

Como trazido anteriormente, o pai da eugenia, Francis Galton, tinha entre as suas ocupações: naturalista, estatístico e de suma importância a de psicólogo (Masiero, 2005). Por isso, dentre as tentativas de “melhorar a raça humana”, estavam as teorias de “higiene mental”, tidas por Galton e outros eugenistas como essenciais para que o ser humano atingisse seu ápice racial (Mansanera; Silva, 2000). Nessa época, a psicologia apresentava-se como uma ciência embrionária e não podemos ignorar a influência que a perspectiva ideológica circundante teve sobre o desenvolvimento científico desse campo de conhecimento no país (Mansanera; Silva, 2000).

No Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) foram criadas dez resoluções que deveriam dirigir as ações públicas para a disseminação da eugenia designando a psicologia: “a seleção da população desejável para o país, segundo as peculiaridades naturais dos povos que aqui aportavam” (Masiero, 2005, p.203). Nesse período, já atuava uma das principais criações do movimento eugênico brasileiro, a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada por Gustavo Riedel em 1923 que tinha como objetivo aproximar a população do padrão psicológico eugênico (Mansanera; Silva, 2000). A partir disso, nascem os saberes psicológicos eugenistas, que perpassavam os estudos sobre inteligência, personalidade, causas da loucura, comportamento, entre outros, sempre relacionando a raça do indivíduo como fator crucial e abordando possibilidades de “melhoramento” (Masiero, 2005). “Estes termos refletem perfeitamente a apropriação e utilização dos pressupostos das teorias raciais pela medicina, antropologia, sociologia e psicologia. Por outro lado, refletem também uma certa psicologia dispersa pelas teorias raciais” (Masiero, 2005. p.200).

Uma das principais atuações da psicologia para difundir a higiene mental recaiu no âmbito educacional, no qual capacitava professores para que, desde a pré-escola, avaliasse a criança a partir da concepção da eugenia, tendo como foco identificar aquelas que pudessem se tornar futuros adultos inabilitados socialmente (Mansanera; Silva, 2000). Lembrando que, esse indivíduo mentalmente adequado segundo a eugenia, “[...] deveria ser branco, racista, xenófobo, puritano, chauvinista e antiliberal.” (Mansanera; Silva, 2000, p.123). Além de ter como alvo a criança, a eugenia também buscava mobilizar a mulher, lhe atribuindo a responsabilidade de “consertar” as inadequações de comportamentos, hábitos e vícios do marido:

A “mulher-mãe”, com seu carinho e afetividade, iria educar os filhos contra as degenerações sociais; a “mulher-professora” complementar a educação recebida em casa sobre os perigos dos vícios; a “mulher-noiva”, pela sua paixão, conseguiria estancar o mau comportamento do noivo causado pelas más companhias; a “mulher-esposa”, pelo seu amor e carinho, conseguiria muito do seu marido, evitando que o mesmo caísse no vício do álcool. A mulher, enfim, deveria ser uma aliada dos progressos higienistas e eugenistas [...].” (Mansanera; Silva, 2000, p.128).

Destarte que uma parcela esmagadora alvo da eugenia tratava-se da população negra, tendo em vista o seu crescimento após a escravidão. Logo, se tornou foco da nascente psicologia brasileira que compartia da perspectiva eugênica. Consequentemente, a mulher descrita como essencial para colaborar com o “movimento patriótico” da eugenia representava a mulher branca, apenas ela poderia se enquadrar nos papéis como o de “mulher-esposa”, “mulher-noiva” e “mulher-professora”, assim como a “maternidade adequada” só poderia ser ofertada por ela. Essa concepção baseada no Higienismo associou-se à Eugenia, passou a combinar a defesa da herança genética e a estabelecer um padrão de conduta familiar, ou seja, o ambiente influenciava diretamente a formação de um indivíduo (Checa, 2021). Consequentemente, famílias que não se encaixavam nos critérios desse ideal eugênico e higiênico, como famílias negras e pobres, não deveriam existir, uma vez que, teoricamente, não teriam capacidade de criar indivíduos adequados que pudessem formar futuras "boas famílias" (Checa, 2021).

Portanto, a psicologia, que deveria ter o papel de acolher aqueles que estão em sofrimento psíquico, na verdade iniciou sua história no país como arma de opressão e continuou nesse papel até o final da ditadura militar (Silva, 2017). Em vista disso, a responsabilidade histórica que o Brasil carrega em relação aos descendentes daqueles que foram escravizados abrange também o campo da psicologia, que deve se empenhar em garantir qualidade de vida para as pessoas negras, de acordo com o que foi estipulado na Resolução nº 18, publicada em 2002 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Essa resolução estabelece diretrizes para a atuação dos(as) psicólogos(as) em relação ao preconceito e discriminação racial. Além disso, é fundamental que a prática profissional esteja alinhada com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), promovendo respeito e bem-estar independentemente de raça, gênero, classe social ou qualquer outra forma de demarcação social. Contudo, o exercício dessas obrigações pode ser desafiador, tendo em vista que, mesmo atualmente, o profissional de psicologia se constitui como sujeito atravessado pela estrutura social que é machista, racista e classista, não

estando isento de reproduzir tais opressões na atuação clínica, social ou escolar. Ademais se houver a consideração sobre o histórico da psicologia nas políticas raciais em todo o país, nos séculos XIX e XX, não tem como se afastar desse período sem nenhuma sequela.

[...] parte dos instrumentos utilizados pela psiquiatria no começo do século, com objetivos eugênicos e de controle social, guardam afinidades com algumas técnicas utilizadas atualmente, ainda que com propósitos ligeiramente diferentes, principalmente as medidas psicológicas de inteligência, os psicodiagnósticos e as técnicas de avaliação da personalidade. Sem contar as ideias presentes em nossa cultura sobre as características psicológicas, muitas vezes infamantes e estigmatizadoras da composição cultural brasileira: os sírio-libaneses são avaros, os mestiços preguiçosos, os orientais retraídos, mas inteligentes; imagens que parecem transportadas integralmente da ciência do século XIX, para este início de século (Masiero, 2005, p. 204).

Deste modo, é mais que necessário reconhecer nossa colaboração na legitimação do racismo, para então, sair da posição de convivência. Com esse propósito, a psicologia vem buscando se afastar dos estigmas raciais interiorizados desde o início de sua história. Assim, foram criadas iniciativas como a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP) em 2010, além de referências técnicas como a “Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os” (2017) do CFP. Nessa cartilha, encontramos informações relevantes que revisitam a história do racismo científico e da psicologia no Brasil para melhor compreensão sobre os impactos psicossociais e subjetivos do racismo na pessoa negra, destacando o papel do psicólogo enquanto profissional da saúde mental diante dessa realidade. Desse modo, o profissional pode ser sensibilizado para a realidade e possíveis práticas danosas, ganhando um olhar mais apurado ao entrar em contato com a pessoa negra ao longo de sua atuação profissional.

Da mesma forma, o Conselho Regional de Psicologia da Terceira Região (CRP-03) desenvolveu Guias de Referências em Psicologia e Relações Raciais (2015) onde reuniu diversas produções de psicologia na área de relações raciais que incluem bibliografias, sites, documentários, entre outros. Assim, é possível acessar de modo categorizado produções que abordam variados aspectos da negritude, ofertando conteúdo de qualidade para a capacitação de psicólogos. Destaco a importância da multiplicidade de produções na área, que denota um crescente interesse dos profissionais nas especificidades da subjetividade negra no geral e, também, da mulher negra que foi frequentemente citada nessas cartilhas, tendo as singularidades da imbricação de raça e gênero destacadas.

Isto posto, observamos o início de um caminho onde a psicologia busca se afastar da sua origem racista e se retratar com a população negra, porém ainda há uma longa estrada a ser percorrida, dado a recência dos fatos aqui descritos e sua baixa repercussão, uma vez que estruturou parte essencial da história da psicologia. Ainda assim, durante o processo formativo em psicologia, raramente entramos em contato com o tema, causando estranhamento. Neste sentido, cabe sinalizar a relevância das instituições de ensino superior não cooptarem com o apagamento histórico racista da psicologia.

Dessa forma, podemos compreender a influência da eugenia na história da psicologia no Brasil, assim como a colaboração da mesma para tal, sendo inicialmente utilizada como uma ferramenta de opressão significativa, perpetuando estigmas raciais e de gênero ainda não totalmente superados atualmente. Entretanto, há esforços contemporâneos da psicologia para se distanciar desse passado racista, reconhecendo a responsabilidade histórica e buscando uma prática mais inclusiva e sensível às questões raciais.

A próxima seção tratar-se-á dos caminhos metodológicos percorridos para a execução dessa monografia, desde a construção bibliográfica à pesquisa de campo.

4 EXECUÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia dessa pesquisa se baseou em uma abordagem qualitativa, realizando uma análise da afetividade feminina negra a partir de seu percurso histórico. Leva-se em consideração o universo simbólico e a contextualização do objeto de estudo, com o objetivo de compreender “[...] o funcionamento organizacional, os movimentos sociais, os fenômenos culturais e as interações entre as pessoas, seus grupos sociais e as instituições” (Medeiros, 2012, p. 1).

Para isso, foi utilizado o método exploratório, cujo caráter empírico se mostra ideal para o desenvolvimento de hipóteses e a construção da familiaridade do pesquisador com o objeto estudado. Essa abordagem se revela adequada para esta pesquisa, uma vez que a temática escolhida é pouco explorada, tornando necessário coletar informações e dados preliminares que possam orientar pesquisas futuras mais aprofundadas (Lakatos; Marconi, 2010).

Dessa forma podemos responder o problema e objetivos dessa pesquisa que visa compreender como a monogamia afetou(a) a construção da afetividade da mulher negra, identificando como a mulher negra vivencia sua afetividade; entendendo a concepção do que é a monogamia para essas mulheres e analisando como esse processo impacta a vida afetiva de mulheres negras em relacionamentos conjugais.

O projeto de investigação foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) através da Plataforma Brasil, e após o parecer de aprovação nº 6.294.321 (APÊNDICE H) deu-se início a pesquisa de campo.

Nesta investigação utilizou-se como instrumento formulários, que se tratam de questionários, para a pré-seleção do público-alvo. Essa etapa é essencial para definir se o candidato se enquadra ou não no perfil base buscado pela pesquisa (Scott, 1998). Também se utilizou da entrevista semiestruturada (APÊNDICE A). Considerando que o objeto deste estudo aborda a afetividade, tendo em vista a flexibilidade desse instrumento que permite que o roteiro pré-elaborado seja ajustado de acordo com o diálogo, possibilitando a inclusão de perguntas que possam surgir durante a entrevista, que se façam necessárias. Esse processo torna a pesquisa mais dinâmica e enriquecedora (Fontanella *et al.*, 2006).

Contudo, durante toda a entrevista, foi levada em consideração a colocação de Bourdieu (1998), tomando o devido cuidado para diminuir qualquer tipo de violência

simbólica ou coerção social que pode surgir na relação entrevistador-entrevistado, já que o entrevistador pode ser lido como uma figura de autoridade. “A violência simbólica é desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que as animam e sobre a qual se apoia o exercício da autoridade” (Vasconcellos, 2002, p. 80). Dessa forma, medidas como a aproximação linguística entre entrevistador e entrevistado e demonstrações de interesse e escuta por parte do entrevistador são necessárias para evitar causar qualquer tipo de constrangimento ao participante, para que ele possa se sentir seguro a fim de evitar a violência simbólica (Boni; Quaresma, 2005). Conforme destaca Vasconcellos “[...] violência simbólica aparece como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas linguísticas e outras” (2002, p.81). Portanto, durante o curso da entrevista redobrou-se a atenção com a finalidade de não exercer a violência simbólica.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <<sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que continuam para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a «domesticação dos <<dominados>> (Bourdieu, 1998, p.11).

Os benefícios, por sua vez, envolvem a oportunidade de dar voz a essas mulheres que, frequentemente, são silenciadas na sociedade e, a partir do que for trazido por elas, enriquecer a discussão acadêmica, principalmente na área da Psicologia, em torno das especificidades da subjetividade feminina negra.

A pesquisa de campo contou com a participação de cinco mulheres negras adultas, representando distintas gerações. Para atingirmos tal objetivo, na seleção das participantes definiu-se uma diferença etária de em torno dez anos, iniciando por vinte anos até os sessenta anos de idade. De modo a oportunizar explorar diferentes contextos histórico-cultural e o impacto na construção afetiva das participantes. Enquanto critérios de inclusão estabeleceu-se os seguintes: ser do gênero feminino, negra, ter tido experiência ou estar em um relacionamento monogâmico e manifestar o desejo de participar da pesquisa. Sendo que os critérios de exclusão implicaram em: não ser do gênero feminino, não ser negra, não estar dentro das faixas etárias delineadas e não ter tido em sua trajetória de vida um relacionamento monogâmico, além de não desejar participar da pesquisa.

Durante a escrita desta monografia houve o levantamento das produções científicas publicadas, sobre o tema em tela, em diferentes sítios, tais como: Google Acadêmico; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); Scientific Electronic Library Online (SciELO); Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) entre outras bases de dados acadêmicos de domínio público que se relacionem com o problema investigado.

Ao fazer o levantamento de produções foram utilizados dois descritores para a pesquisa, sendo o primeiro: “afetividade da mulher negra”, o qual revelou diversas pesquisas referentes ao tema. Foram selecionadas as dez primeiras produções elencadas nos principais resultados do Google Acadêmico, sendo uma tese, um livro e oito artigos acadêmicos. Desses, seis eram pesquisas bibliográficas e quatro pesquisas de campo. Todos possuíam em comum a discussão sobre a solidão afetiva da mulher negra e por mais que debatessem características inerentes à monogamia, como constituição de família e casamento, apenas três citaram a palavra “monogamia” ou “monogâmica(o)” e nenhum se propôs a investigá-la. Por sua vez, o segundo descritor referiu-se a “mulher negra na monogamia”, o qual não revelou nenhuma produção tratando exclusivamente desse tema. Da mesma forma, houve a seleção de dez produções, sendo duas teses e oito artigos acadêmicos, dos quais nove abordavam a temática de poliamor ou não-monogamia e um tratava especificamente da monogamia. Desses, seis eram pesquisas bibliográficas e quatro pesquisas de campo. Felizmente, seis deles abordavam questões raciais e de gênero, mas apenas três se aprofundaram.

Para garantir fidedignidade ao depoimento das participantes as entrevistas foram gravadas, seguidas de transcrição com o auxílio do aplicativo *Notta ai*. Neste sentido, Bourdieu (1998) se tornou uma referência durante a transcrição na busca de se ater aos sentidos dos depoimentos das participantes. As transcrições e gravações foram analisadas de maneira sistemática posteriormente, facilitando a investigação e preservando os dados da pesquisa.

Uma transcrição de entrevista não é só aquele ato mecânico de passar para o papel o discurso gravado do informante pois, de alguma forma o pesquisador tem que apresentar os silêncios, os gestos, os risos, a entonação de voz do informante durante a entrevista. Esses “sentimentos” que não passam pela fita do gravador são muito importantes na hora da análise, eles mostram muita coisa do informante. O pesquisador tem o dever de ser fiel, ter fidelidade quando transcrever tudo o que o pesquisado falou e sentiu durante a entrevista. O autor também considera como dever do pesquisador

a legibilidade, ou seja, aliviar o texto de certas frases confusas de redundâncias verbais ou tiques de linguagem (né, bom, pois é, etc). Este autor também considera como um dever do pesquisador tomar o cuidado de nunca trocar uma palavra por outra, nem mesmo mudar a ordem das perguntas. Portanto considera-se ideal que o próprio pesquisador faça a transcrição da entrevista (Boni; Quaresma, 2005, p. 78).

Além disso, o compromisso ético envolveu dispor às participantes o capítulo após o tratamento das informações obtidas nas entrevistas, possibilitando-as confirmar se seu conteúdo corresponde ao sentido que quiseram atribuir em suas falas, evitando equívocos e mantendo a ética.

Ademais, a pesquisa esteve em conformidade com a resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, protegendo a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar das participantes da pesquisa, sendo tudo feito com o Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) das participantes (APÊNDICE B), a fim de proteger suas identidades e privacidade no processo de divulgação dos resultados. Destaco que o desenvolvimento da pesquisa envolveu riscos como: a possibilidade do desencadear emoções negativas na entrevistada dada a sensibilidade do tema e, por isso, o Serviço de Psicologia da UNEB foi indicado como possibilidade de atendimento e acolhimento em caso de necessidade. Também, outro risco se referiu ao desafio de garantir a representatividade e a diversidade entre as participantes da pesquisa, o que pode ter ocasionado a predominância, não proposital, de determinadas características em comum entre as entrevistadas.

A análise do material coletado partiu de uma perspectiva interseccional, dada a necessidade de entender como os entrecruzamentos de determinadas características sociais interferem no processo de construção da afetividade, principalmente dada a diferença geracional entre as entrevistadas, sendo a raça, o gênero e a classe os principais marcadores analisados nesse estudo. A interseccionalidade é essencial para se afastar da ideia universal de ser mulher, permitindo uma análise mais sensível, complexa e menos hegemônica, ressaltando os diversos atravessamentos que cotidianamente, ao longo da vida, mulheres negras têm que enfrentar para empreender em suas conquistas, de modo a tornar visível os marcadores sociais que as atravessam.

Ao trabalharmos com métodos que colocam os corpos – e os marcadores sociais que os atravessam – em debate, as relações de poder que são acionadas por esses marcadores e suas intersecções precisam ser analisadas em sua especificidade e complexidade. Em outras palavras, é

importante buscar responder à pergunta: *como os marcadores sociais da diferença articulam-se no campo pesquisado?* (Benítez; Mattos, 2019, p. 86).

A partir de Benítez e Mattos (2019), conclui-se que a imprescindibilidade do método interseccional nesta pesquisa se deu por conta do intuito de compreender como construções sociais simultâneas interferem na construção da identidade, evitando a redução do indivíduo a uma faceta única e impedindo a estereotipagem. Como "as opressões e os privilégios articulam-se e não aparecem de maneira cristalizada, ou separada" (Benítez; Mattos, 2019, p. 81), o estudo buscou acentuar ou sobressair outros marcadores sociais ao realizar a pesquisa de campo e sua análise, tais como classe, identidade de gênero e escolaridade, evitando uma postura reducionista que invisibilizaria a complexidade das relações de opressão e privilégio. Dessa forma, foi possível alcançar todos os objetivos postos no terceiro parágrafo desse capítulo, enriquecendo e ampliando a área de pesquisa da psicologia, podendo, futuramente, estimular o aprofundamento da temática em tela.

4.1 Caminhos metodológicos percorridos

O início da pesquisa se deu por meio da rede social da pesquisadora⁵, a fim de selecionar cinco mulheres negras em diferentes faixas etárias. Para atingir o objetivo elaborou-se cinco formulários online com as mesmas perguntas direcionados a grupos etários diferentes. As perguntas visavam estabelecer um perfil-base condizente a obter a adesão a pesquisa do público delineado na pesquisa: mulheres negras que estejam em um relacionamento monogâmico em diferentes faixas etárias.

Para atingir o objetivo elaborou-se cinco formulários online com as mesmas perguntas direcionados a grupos etários diferentes. As perguntas principais possuíam alternativas que visavam estabelecer um perfil-base e, portanto, incluíam consultas sobre idade, gênero, raça, estado civil, histórico de relacionamento amoroso monogâmico. As perguntas abertas solicitavam o local de residência (para determinar a possibilidade de entrevista presencial) e informações de contato. A divulgação do instrumento para seleção das participantes permaneceu disponível na rede social da pesquisadora por 24 horas ou a inscrição máxima de trinta pessoas.

⁵ Cabe destacar que o público participante desta pesquisa é aleatório, por isso não implicou em obter autorização de qualquer instituição. Os formulários foram dispostos na rede social Instagram, através do perfil @eta.nega.

Em relação ao processo seletivo das participantes houve uma diferença de adesão, sendo que os grupos etários de 20, 30 e 40 anos atingiram o limite de trinta inscritas antes do previsto. Enquanto isso, os grupos da faixa de idade de 50 e 60 anos encerraram, respectivamente, com dez e sete inscritas ultrapassando o período de 24 horas. Tal diferença na quantidade e rapidez das inscrições foi atribuída à menor presença do público dos 45 aos 65 anos nas redes sociais da pesquisadora, correspondendo à apenas 6,3% do total de seguidores. Outra informação relevante se refere a todas inscritas serem mulheres cisgêneros e em sua maioria heterossexuais.

Em função do elevado número de inscritas a seleção das participantes compreendeu: primeiro, a ordem de inscrição e segundo, o atendimento dos critérios de inclusão tais como: ser do gênero feminino; ter a faixa etária corresponde por formulário, sucessivamente 20, 30, 40, 50 e 60; ter tido um relacionamento monogâmico e desejar participar da pesquisa. Após o fechamento da inscrição procedeu-se a análise dos formulários no período de uma semana, selecionando as cinco participantes.

No contato inicial com cada participante envolveu a explanação oral sobre a pesquisa e disponibilizou-se o TCLE (APÊNDICE B) e o Termo de Autorização de Gravação de voz e/ou imagens (APÊNDICE D) para cada uma delas, juntamente com explicações adicionais sobre a pesquisa. Após a confirmação da compreensão da pesquisa e esclarecimento sobre os dois documentos acima citados, ocorreu o envio por e-mail para efetivar as assinaturas antes da realização das entrevistas.

Todas as entrevistas foram realizadas online por meio da plataforma Google *Meet* devido a localização de moradia das entrevistadas ou mediante a disponibilidade de suas agendas durante o período de 26 de setembro à 13 de outubro de 2023.

No final da entrevista com cada participante apresentou-se uma lista de nomes retirados de grandes figuras femininas negras, tais como: Tereza de Benguela, Rosa Parks, Maya Angelou, Luíza Mahin e Maria Felipa, a fim de que houvesse a escolha do pseudônimo, garantindo o sigilo das identidades ao mencionar os depoimentos na seção de análise de pesquisa.

Buscou-se fazer a transcrição logo em seguida ao fim da entrevista. Por contar com o recurso audiovisual, foi possível revisar os relatos para ouvir entonação,

pausas, além de rever expressões e gestos das participantes de forma a retratar com maior fidelidade o sentido de suas falas, se afastando de uma mera transcrição mecanizada. Também foram feitas supressões de vícios de linguagem e redundâncias, de forma a não afetar a compreensão nem o sentido dos relatos (Boni; Quaresma, 2005).

As categorias de análise emergiram dos relatos a partir de discursos ou características recorrentes entre as entrevistadas, sendo agrupados de forma que seja possível investigar e entender o que foi trazido a luz dos objetivos da pesquisa (Duarte, 2004). Desta forma, as categorias que surgiram se referiam a relação da mulher negra e afetividade; submissão feminina no relacionamento monogâmico, assim como a opressão exercida nas instituições Família e Religião frente a libertação do acesso ao conhecimento acadêmico; Além da influência da experiência da trajetória de vida na construção dos seus relacionamentos, levando em consideração como as mudanças históricas e da posição da mulher na sociedade alterou seu papel na relação monogâmica, de forma a compreender a diferença geracional das participantes.

A estrutura da análise desta investigação compôs a seção que segue, no qual deu-se voz as histórias das depoentes sobre a construção da afetividade e a ideia referente a monogamia.

5 QUEM SÃO E O QUE DIZEM?

Esta seção apresenta as protagonistas dessa pesquisa, além de dar voz as suas narrativas, com foco nas histórias afetivas, dores, amores e lições que elas carregam. Cinco mulheres negras tão diferentes entre si, mas com histórias e percepções que se assemelham em diversos aspectos, representando os diversos cruzamentos com os quais se deparam como mulheres negras. Dessa forma, foram entrevistadas cinco mulheres negras na faixa etária entre 23 à 62 anos que serão apresentadas em ordem cronológica, da geração mais velha a mais nova.

A investigação possibilitou capturar a construção da afetividade e como a influência social, cultural, formativa social e história individual culminam em escolhas pessoais e impactam a experiência do relacionamento monogâmico. A trajetória investigativa abrangeu cinco gerações, portanto capturou-se, de forma tímida mais perceptível, as mudanças históricas sobre o papel social da mulher na sociedade, visto nos depoimentos das participantes.

Inicialmente far-se-á uma apresentação de cada participante.

Tereza afirmou ser mulher cisgênero, preta, de 62 anos que nasceu e cresceu em Minas Gerais. Ela é heterossexual, monogâmica, casada há trinta anos, mãe de quatro filhos e declarou amar a maternidade. Se formou no Ensino Superior em pedagogia e hoje se considera classe média baixa. Católica, mas já não frequenta a igreja por não se sentir bem lá, associa isso à hipocrisia que vivenciou nesse espaço. Sobre a experiência no casamento respondeu: “Olha, altos e baixos, né? Não é fácil, mas a gente vai levando” (TEREZA).

Rosa declarou-se mulher cisgênero, negra, de 55 anos que nasceu em Recife (PE) e, atualmente, reside em Santa Catarina. Ela se definiu como heterossexual, monogâmica; teve quatro casamentos e duas filhas. Ama a maternidade, mas que nem sempre foi assim. No momento se encontra em processo de divórcio. Se formou no Ensino Superior em pedagogia, deu continuidade aos estudos realizando três pós-graduações: em supervisão escolar, educação inclusiva, gênero e diversidade. No âmbito socioeconômico se considera classe média. Em termos de religião já foi Cristã e atualmente é Candomblecista. Declarou descontentamento com ambas as religiões, devido a presença do machismo. Ao descrever, de forma geral, sua experiência nos

casamentos respondeu: “Ah, isso, uma merda, né? Pra mulher todo casamento é uma merda. Sempre. [...]” (ROSA).

Maya, se autointitula mulher cisgênero, se autodeclara preta, tem 42 anos, nasceu na cidade de São Paulo, mas cresceu e vive no interior do Estado. Ela é heterossexual, monogâmica e divorciada. Também é mãe e enfatiza que ama sua filha, mas não a maternidade. Formada no Ensino Superior em Arquitetura. Se descreveu como uma trabalhadora que alcançou a classe média. Não foi criada imersa em nenhuma religião e permaneceu assim. Pontua que agradece por isso. Ao ser questionada sobre como descreveria de forma geral sua experiência no casamento respondeu: “[.] A festa deu bom, depois disso nem tanto” enquanto ria (MAYA).

Luíza afirmou ser mulher cisgênero, se autodeclara preta, tem 35 anos, nasceu em Minas Gerais, mas vive no Espírito Santo. Luíza é heterossexual e monogâmica. Já teve longos relacionamentos, mas nunca se casou. Ainda não está certa sobre seus planos referentes a maternidade. Formada no Ensino Superior em Química. Se descreve como pertencente à “classe D”, mas que por uma guinada recente teria alcançado a classe média. Católica, no entanto, não está frequentando a Igreja. A descrição dela sobre sua experiência em relacionamentos amorosos respondeu: “[...] ah, foram legais, eu acho que trago coisas positivas de cada um deles” (LUÍZA).

Felipa se declarou mulher cisgênero, preta, com a idade de 23 anos, nasceu e cresceu no interior da Bahia e hoje vive na capital do Estado. Felipa afirmou ser heterossexual e monogâmica. Teve poucos relacionamentos e nunca se casou. Não tem filhos e conta que já relacionou a construção de uma família com felicidade, mas que hoje não pensa assim. Está se formando no Ensino Superior em Gestão de Recursos Humanos. Sobre sua classe social, afirmou só utilizar duas categorias, rico ou pobre, e que se enquadra na segunda. Hoje não tem religião, mas cresceu no catolicismo. Ao descrever sua experiência em relacionamentos amorosos citou: “[...] adolescente, né? Adolescente é tudo muito a flor da pele. É tudo muito intenso, é tudo muito. Agora tem uma diferença, é algo mais tranquilo, é algo mais respeitoso. [...]” (FELIPA).

Após a apresentação das participantes dessa pesquisa, agora iremos conhecer seus depoimentos e visões sobre afetividade e monogamia a partir de suas próprias histórias.

5.1 A vivência da afetividade da mulher negra: “Eu tenho que me amar primeiro. eu tenho que me amar em segundo e em terceiro”

Para identificar como a mulher negra vivencia sua afetividade, as entrevistadas foram convidadas a compartilhar como enxergam o impacto da raça e do gênero na afetividade e o que contribuiu para essa construção. Além disso, exploraram a relação com as próprias emoções, autoestima e como recebem e dão afeto. Também definiram afetividade e trouxeram lições aprendidas ao longo da vida como mulheres negras.

Sobre o impacto do gênero e raça na vida afetiva responderam:

Não, acho que não. Até porque esse primeiro relacionamento era um homem branco e o meu marido já é pardo. E assim, eu nunca tinha... Aliás, eu tive... Não problemas, assim que eu lembro, por exemplo, minha mais velha ela é branquinha, apesar da minha negritude, foi mais a família do pai e a minha família, na minha família tem pessoas da pele clara [...]. Então, quando ela nasceu, que eu ia levá-la ao pediatra [...], a mulher perguntou, “por que que não foi a mãe dela que veio trazê-la?” [...] Se a gente pode chamar racismo, foi só esse fato. Aí eu fiquei assim, “gente, (por) eu ser negra não poderia ter uma filha de pele clara?” Falei “não, porque ela não pôde, então eu vim trazer”. Pra não criar aquele... [risos]. [...] Não é negar, é aquela coisa assim, “não tô afim de dar explicação”, evitar a fadiga (TEREZA).

Completamente. Assim que eu cheguei aqui, as “brancaidas” falavam assim: “os caras, nossa, que beleza exótica”. E os caras me paqueravam muito. Eu achava que era porque eu era linda e maravilhosa. E eu sou. Mas era porque eu acho que tem um fetiche, acho não, tem um fetiche sobre a mulher negra. Que a mulher negra é quente, mais gostosa, sei lá, que a gente transa mais. É uma coisa ainda racista que vem do tempo da escravidão. Mas os caras queriam namorar no sigilo, não queriam me levar para conhecer a mamãe e o papai, porque eu era negra, sou negra. Quando eu estava na igreja, eu fiquei tão perturbada da minha mente que eu alisei meu cabelo, cara, tu acredita nisso? Eu me perdi tanto. Eu me perdi tanto de mim. Fiquei tão sem saber quem eu era que eu alisei meu cabelo, eu queria me encaixar. [...] Não [afetou] só na afetividade, ser mulher negra... porque nós somos lá a ponta de tudo. Numa sociedade onde a mulher negra se sente confortável, toda a sociedade está funcionando, porque já diz, quando a mulher negra se move, move toda a sociedade. Cara, aí eu pirei, eu comecei a ler autoras negras, comecei a ler Djamilia Ribeiro e ali parece que fez assim, ó [levou as mãos à cabeça e fez um movimento de expansão] “puuuuf!”. Daí foi libertador, foi empoderado, foi tudo (ROSA).

Não. Hmm, talvez tenha, sei lá..., mas eu acho que não, pelo seguinte: Às vezes eu fico refletindo, quando eu ouço o termo “solidão da mulher negra” me dá uma arripiada, não sinto que conversa muito comigo. Vou te dar uma reflexão recente que tive a partir de um texto que eu li que falava sobre isso. Eu acho que pra mim, talvez, não tenha sido tão forte, porque a partir do momento em que eu passei a frequentar espaços negros, eu não tive essa

dificuldade, [...] talvez quando você está em espaços brancos, você seja mais rejeitada, mais preterida. Eu, como passei a frequentar espaços negros, acho que eu não tive... Não enxergo problemas quanto a isso (MAYA).

Com certeza, hoje consigo observar isso com muito mais tranquilidade, frieza que realmente eu não era a pessoa mais feia da sala. Não era a pessoa mais feia do [instituição escolar], mas talvez não tivesse atributos para chamar atenção daquelas pessoas, daqueles rapazes que estavam ali. Era sempre amiga, alguém que estava ali, tinha amigos, obviamente, que recebia carinho na forma de amizade, mas que nunca fui, tipo, ficava sempre preterida. As outras pessoas eram tidas para namorar ou para ficar. [...] Assim, não me chegou a causar muito sofrimento, porque eu acho que o meu foco sempre foram outras coisas. Óbvio, queria ter um relacionamento, mas eu queria estudar, eu queria fazer mestrado, eu queria fazer doutorado, então toda a minha energia, ela estava destinada ao que eu queria para a minha vida familiar e profissional. Então, meio que ficava de *stand by*. Bom, se isso aqui acontecer, ok, legal, mas se não acontecer, pelo menos eu tenho uma outra parte da minha vida aqui que pretendo que seja um sucesso (LUÍZA).

Depende. [...] Bom, eu nunca fui uma pessoa de buscar relacionamento, depois de uma fase da minha vida. Então, não era algo que me incomodou, de tipo assim “ah... eu quero ter alguém e tal”. Nunca tive essa... Depois de um tempo, claro, depois da fase dos 16 anos pra cá. Eu não tinha essa necessidade de estar com alguém, de ter alguém. Então, eu nunca pensei pela perspectiva de tipo assim, “ah, eu ser uma mulher preta tá influenciando na minha vida afetiva”, na questão dos meus relacionamentos (FELIPA).

Há uma variação nas respostas, duas afirmam que a raça influenciou na sua vida afetiva, duas que não e uma que não tem certeza. As que afirmam trazem experiências atravessadas pela rejeição, tentativas de adequação e ambas pontuam a importância dos estudos em suas vidas, seja como uma forma de se sentir bem-sucedida ou como ferramenta de tomada de consciência. Rosa buscou uma ruptura deixando de tentar atender ao critério social de dominação branca migrando para a valorização da identidade negra, inclusive chega a trazer uma citação que faz alusão a uma frase dita, em 2017, por Angela Davis em uma conferência ocorrida na Bahia: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Davis, 2017, s/p). Luíza buscou solucionar essa questão redirecionando seu foco para os estudos e deixando a vida amorosa temporariamente de lado.

As participantes que negaram, não trouxeram em seus relatos experiências afetivas negativas que tenham atribuído diretamente à raça. Tereza, chega a pontuar um caso de racismo que enfrentou, mas por não lembrar de outros momentos em que algo assim ocorreu, não acredita na existência de alguma implicação significativa. Contudo, o relato trazido é de extrema importância, pois ela foi enquadrada no papel de babá que supostamente estava a serviço de uma mulher branca e para evitar prolongar a situação não revelou ser mãe de sua própria filha. Há uma violência significativa nessa breve interação que, de certa forma, reafirma o papel social

normalmente reservado para mulheres negras na sociedade brasileira e tem resquícios históricos advindos dos quase quatro séculos de escravidão no país, claramente ainda não superado (Pereira, 2011).

Já Maya, relaciona a ausência de repercussão da sua raça na afetividade por estar presente em espaços majoritariamente negros, o que mostra um contraponto à fala de Rosa que associa a rejeição a estar em espaços predominantemente brancos. Felipa alega que não tinha a busca por uma relação amorosa como prioridade, então não tem certeza quanto a esse tema, ou optou por ignorar o ambiente que lhe parecia hostil.

Ainda se tratando da vida afetiva trouxeram o que contribuiu para a construção da afetividade e ideia sobre relacionamentos afetivos.

Olha, o convívio com minha avó, minha avó era muito amorosa. Então assim, você vai naqueles laços e o carinho que ela tinha com a gente. Era aquela contradição da minha casa com a casa da minha avó. Então, aquele carinho. (TEREZA).

Ah, tudo o que a gente faz é baseado no que a gente vê na nossa família. Então, toda minha construção foi baseada no que eu vivi na minha família (ROSA).

A minha avó, já cheguei a essa conclusão, eu acho que fui criada com muito amor. Entendi muito o que era amor, o que era cuidado na infância e eu acho que isso é uma referência da forma como eu me relaciono com as pessoas e talvez do pouco do que eu espero delas também. Pensando em relacionamentos afetivos sexuais aí... Eu não sei, eu acho que eu fui vivendo mesmo, porque assim, ao meu redor eu tenho exemplos diferentes, situações diferentes (MAYA).

Bom, acho que é uma relação familiar, principalmente com a minha mãe, com a minha avó, acho que foi isso. Ah, sempre fui tratada com amor, sempre fui tratada com carinho, sempre tive acolhimento quando eu precisei, eu nunca fiquei numa disputa de "ah, gosta mais de mim ou gosta mais de fulano", até porque eu sou filha única. Então isso acho que contribui, é tudo muito para você, todas as energias estão voltadas para você. Acho que é isso (LUÍZA).

Sim, acredito que muitas coisas. Eu acho que de muitas vivências negativas, eu acabei identificando o que eu não queria para mim. Então, se eu identifico o que eu não quero, acho que fica mais fácil saber o que eu quero. Com isso, na minha vida, eu nunca tive muito afeto, nunca tive carinho, nunca fui uma pessoa afetuosa. Ah, de carinho, de abraço, de beijo, de falar palavras carinhosas, nunca. E eu sempre achei que não, é uma coisa minha e tudo mais. Só que hoje eu vejo que eu sou uma pessoa afetuosa, eu só não tinha espaço para isso, eu não tive uma criação para isso, eu não tive pessoas para isso. Tudo o que eu vivi, durante a minha vida, durante a privação de afeto, a privação de amor, me fez entender que aquilo não era bom, então eu precisava de algo diferente daquilo, e o diferente é o que eu acredito hoje. Que envolve o respeito, carinho, atenção, dedicação, comprometimento, tudo que englobar um relacionamento saudável (FELIPA).

Majoritariamente elas colocam uma figura feminina como representação de cuidado, principalmente a avó. Enquanto no panorama geral da entrevista, o homem surgiu como referencial de opressão. Em busca de um exemplo de afeto, todas se voltam para a família e não para seus relacionamentos afetivo-sexuais.

Relembrando se já sentiram rejeição afetiva as participantes pontuam:

Não. Casal tem aquela coisa assim “hoje não”. Não chega a ser bem rejeição, é quase uma “pirracinha”, tipo assim: “Não, vou te castigar, hoje não” [risos]. Chega pra lá, hoje não, quero não”. Tipo assim, não é rejeição não, tá quase uma pirraça, uma brincadeira, sei lá. [...] Meu pai não deixou nós estudarmos e faltou a oportunidade depois, mais tarde. Eu vim estudar eu já era casada, sabe? [...] Militarismo, machismo... Ele foi militar. Ele achava que mulher era só para casar e ter filhos, para ele era um objeto que ele usava conforme queria, pelo tratamento. Ele desprezava minha mãe e com a gente também era assim. Quando minha mãe estava grávida, ele queria só filho, só homem. Então, mamãe contava que os partos eram em casa, ninguém ia para o hospital, nem nada, aquela coisa igual hoje. Ele chegava na porta e perguntava quando o neném chorava [...] “É macho ou fêmea?”, olha pra você ver. Aí a parteira falava “é menina”, ele nem entrava, virava e ia embora, e se fosse um menino aí ele entrava, pegava, aquela coisa, então assim... a rejeição, agora eu lembrei do que você falou, a rejeição afetiva é desde que nasci, no caso. Tem coisa que foge depois você vai pegando a linha, mas é isso. (TEREZA).

Quando eu disse que eu ia ter um namorado negro. Eu gosto de cara preto, mas os caras pretos aqui não querem mulher preta. Tem aquela construção de que o homem negro, quando faz sucesso, tem uma loira. Então, por mais que eu quisesse namorar um cara negro, eu só consegui namorar dois caras negros aqui. Os caras negros não queriam namorar. [...] Quando chegou aquela moda de inibidores... eu nunca fui uma menina seca, magrela, sempre fui uma mulher grande. Daí eu passei uns dez anos tomando inibidores de apetite para ficar magra e depois que eu parei aquilo ali eu tive um problema no útero, tive que tirar o útero e várias coisas. Eu engordei, engordei, engordei. Ali eu senti um pouco de rejeição, mas foi um tempo. Depois eu comecei a me enxergar como mulher preta, gorda e sensual. Mulher preta, gorda e gostosa. Mas por quê? Porque a minha terapeuta, a minha terapeuta é branca, não achei terapeuta preta aqui. E ela disse assim: “tu tens que mudar teus referenciais. Começa a seguir pessoas parecidas com você. É tão óbvio, mas eu não fazia isso. Aí eu comecei a seguir mulheres gordas, comecei a seguir mulheres gordas negras e ali eu vi aquelas mulheres fortes, bonitas, felizes, eu vi os caras gostando das mulheres, andando de short, andando como elas queriam, sabe, e aquilo me deu força e coragem (ROSA).

Eu acho que tem momentos da relação que isso aconteceu. Principalmente quando você pensa em uma relação como essa. Mas não era constante (MAYA).

Acho que no primeiro término de relacionamento que eu me senti rejeitada. Talvez no segundo também, da adolescência. Acho que eu fui trocada, existia uma pessoa, uma terceira pessoa e o rapaz preferiu ficar com ela (LUÍZA)

Já. [...] rejeitada com as amorosas acho que todas [risos]. De certa forma sim. [Me senti] muito mal, uma merda. Ao longo da minha vida eu me relacionei poucas vezes sério mesmo. De agora, na adolescência, e durante esse período foram relações bem casuais e não teve desenvolvimento afetivo a ponto de chegar a ser rejeitada (FELIPA).

Mais uma vez, de alguma forma, as participantes concordam entre si. Tereza foi a única que respondeu negativamente, mas, com o avanço da entrevista, lembrou da situação citada e mudou sua resposta. Com exceção dela, as entrevistadas dissertam sobre a rejeição afetiva especificamente em seus relacionamentos amorosos, manifestando uma valorização significativa do papel desses relacionamentos em suas vidas e na autopercepção. Destaca-se que por pressão estética, Rosa passou muito tempo atendendo a um critério de beleza definido pela sociedade e veiculado pela mídia, o que causou muito sofrimento pessoal. O se amar, fez toda a diferença.

Ao refletirem sobre a maneira que lidam com suas emoções, como se percebem e acreditam que o outro as veem, explanaram:

É essa coisa, uma hora desaba e outra hora enfrenta, é assim. [...] Nossa, eu sou exemplo para muita gente [se emociona]. As pessoas me veem como essa mulher forte, que lutou, que enfrentou e conseguiu. Eu casei aos 33, hoje tenho uma situação financeira razoável, mas já penei. [...] Eu tinha o quarto ano primário e tenho 62 anos. Na época, era só o quarto ano, que hoje é o quinto ano, quarta série. Então, quando eu vi a necessidade, eu vi que eu não ia dar conta sem estudar. Entrei, fiz EJA e consegui, fiz vestibular, eu já tinha 52 anos quando entrei para a faculdade, minha filha mais velha já tinha formado. A vida foi melhorando, foi mudando. Financeiramente também, né. Hoje eu tenho o que eu tenho... Consegui. Então, é por isso, as pessoas me veem assim, como exemplo (TEREZA).

Eu sou uma mulher forte, não trago desaforo pra casa. [...] Eu não arrego pra macho não, eu vou, eu falo, mas eu sempre fui assim, não é uma característica nova. [...] O meu ponto fraco é a família. Aí às vezes eu estou na televisão e passa aquela propaganda da Dorian, papai, mamãe na mesa, os filhinhos. Ah, eu choro porque aquilo ali é o que eu queria, porque me ensinaram que aquilo era bom. Eu nunca tive isso. Minha mãe sempre trabalhou 60 horas, de manhã, tarde, noite. Eu acho que é por isso que eu tenho logo cinco gatos e a cachorra velha aqui. [...] Acho que é essa coisa construída de que eu vou morrer sozinha, solitária, vou ficar pra tia, solteirona. [...] Ah, eu tenho fãs, mas quem tem fã também tem *hater*. Mas eu tenho mais fã. O pessoal que vem, “ah, onde é que tu vai? O que é que tu vai fazer esse final de semana?” “Ah, bora em tal lugar”. Eu sou muito alegre, sou muito feliz assim. Não sei o que acontece para a pessoa ser feliz, né. Sou muito grata às coisas, mas não sou aquelas pessoas “gratiliz”, não. Sou muito engraçada, eu sou muito otimista, acho que isso também atrai. Quando eu vou para um lugar, o pessoal quer sentar na mesa que eu estou. (ROSA).

Delicada não [risos] e forte também não. [...] Acho que hoje consigo entender bem o que eu sinto. Eu consigo ter um nível mínimo aí de controle sobre isso, de como que eu reajo e consigo tentar entender por que eu estou sentindo, a partir daí consigo ter algum domínio. Algumas vezes consigo até me posicionar quando acontece algum problema, alguma coisa, às vezes eu consigo me posicionar sobre algum desconforto. Acho que eu aprendi a me comunicar de uma forma em que a compreensão é facilitada. [As pessoas percebem como] Forte, durona, guerreira, que ódio que eu tenho do “guerreira” [risos] (MAYA).

Eu acho que eu sou uma pessoa equilibrada. Obviamente, eu tendo mais para um lado de tristeza, não consigo me sentir superfeliz quando é algo muito bom, tenho uma tendência a me sentir muito mais triste quando algo ruim acontece. Mas de forma geral, acho que eu sou equilibrada, nem sou delicada, nem muito durona, nem nada. Sou bem séria em relação aos meus sentimentos, não me abro muito. Acho que elas [as pessoas] me veem como uma pessoa que tem uma certa fragilidade porque eu sou bem pequenininha, baixinha, magrinha, porém, quando elas me conhecem mais afundo, conseguem notar que existe, obviamente, uma fragilidade, mas que não é tão escancarada quanto o meu biotipo. Eu me expesso pouco emocionalmente, não é algo tão simples para mim. Eu sempre choro, sou bem chorona, eu tento me privar... não tento me privar, mas assim, não é algo que eu faço com frequência, me abrir emocionalmente, mas acho que as pessoas compreendem mais no sentido de "tá chorando, nossa, não é para isso". Acho que existe uma barreira sim para compreender, até porque é difícil para eu falar, então se eu falo, sempre vem um show e aquele mix de "eu preciso me equilibrar e preciso falar". Então às vezes eu prefiro me equilibrar, do que falar (LUÍZA).

Depende. Me entendo como uma pessoa bem racional, mas estou aprendendo a lidar com o lado emocional. Eu era uma criança muito chorona, muito emotiva, tudo chorava, tudo me fechava, tudo ficava muito chateada. Fui crescendo, sendo regulada por isso. Então falei, "não, não sou assim" e comecei a me ver com uma pessoa muito durona, muito séria, muito fechada, muito fria. As pessoas me designavam como uma pessoa fria. Hoje em dia eu vejo que eu não sou, foi algo que impuseram em mim e eu aceitei. As pessoas ainda me percebem como uma pessoa muito séria ou muito fechada, mas eu sou assim mesmo em relação às que eu não tenho aproximação. Mas hoje, quando eu falo de relacionamento que traz conhecimento tem essa questão também, porque dentro do meu relacionamento eu consegui me entender como uma mulher que precisa de cuidados também. Eu posso ser frágil e isso não me deixa vulnerável, porque o meu medo de demonstrar sentimento é a vulnerabilidade, é demonstrar e ser rejeitada, ser julgada por isso e eu tenho desconstruído muito isso. Então a questão de sentimentos, emoções é algo que eu estou trabalhando bastante, tentando identificar o que eu sinto, como eu sinto, ainda tão em processo. Sim [se sente compreendida] (FELIPA).

Predominantemente há uma relação difícil com as próprias emoções, que, muitas vezes, parece colidir com as impressões de outras pessoas, chegando a influenciar a autopercepção delas, por conta de uma poda externa advindo da criação familiar ou de outras situações sociais. Nessa pergunta, Tereza retomou o discurso relatado anteriormente, evidenciando a marca da rejeição atravessando a condição de gênero feminino, de modo que acentuou a importância das experiências familiares na construção do seu afeto. No relato de Rosa, nota-se a idealização da família nuclear como fator de sofrimento que influencia diretamente na forma como ela enxerga a si e seu futuro.

Felipa destaca que encontrou uma conexão mais saudável com suas emoções no âmbito de seu relacionamento amoroso. Já Maya e Luíza, demonstram dificuldades

significativas em se expressar emocionalmente, além de prevalecer um sentimento de serem incompreendidas pelos outros.

Definindo a própria autoestima e autoamor expuseram:

Boa, boa, sou tranquila. Autoestima é assim, não vou falar elevadíssima não, mas elevada. Nossa, [me] amo! Eu sou aquele tipo de pessoa que me olho e fala “nossa, como é bonita” [risos]. Eu acho que isso faz parte, mesmo que você não seja, mas você se sentindo, você se amando isso aí que importa. [...] Não foi sempre que eu me achei assim não, talvez por causa dos filhos, marido, não sei. Mudei (TEREZA).

Ah, eu me amo pra caralho. Não é nem pra dizer pra caralho, eu me amo pra buceta! [...] Um dia a gente estava no campinho aberto, estava muito calor e eu estava de bermuda, top, camiseta e eu tirei a camiseta, fiquei só de top e bermuda. Sou muito bagunceira e eu rodando assim a camiseta, outra amiga minha tirou também e eu publiquei isso no Instagram, nos stories. Daí uma colega botou assim “eu queria ter essa tua coragem”, mandou pra mim no direct, eu disse “coragem de que? não entendi”, “de tu assim com o teu corpo, ficar de top”, eu disse “minha filha, a coragem é você que tem de sair da sua casa com essa sua cara” já dei o print, botei no Instagram, mandei no grupo da academia, nossa, a professora fez uma aula com todo mundo de top. Isso jamais aconteceria há uns cinco anos atrás, um ano atrás eu ia passar uma semana chorando nunca mais eu ia tirar a camiseta (ROSA).

Ah, eu gosto de mim. Eu gosto [risos]. Tem uma autocobrança muito forte, uma autocrítica forte, mas no geral eu gosto de mim. Aí quando eu percebo que eu estou muito na autocrítica falo “dá uma maneirada”. Acho que no geral sim [se gosta]. Tem aqueles momentos da adolescência que zoa, mas no geral sim. Eu não tenho grandes problemas (MAYA).

Eu acho que eu tenho uma autoestima mediana, não sou uma pessoa extremamente com autoestima lá em cima, mas eu sei de tudo que eu vivi, de toda minha trajetória, tenho consciência da pessoa que eu sou, mas que também tem algumas frustrações, eu acho que todo mundo tem isso, tem algumas frustrações, é isso. Eu gosto [de mim] (LUÍZA).

Media... eu não me sinto feia, horrível, mas eu não me sinto maravilhosa. Tem dia que eu acordo assim “pô, uma deusa” e tem dia que eu acordo assim “ah, estou normal”. Estou aprendendo a gostar (FELIPA).

Majoritariamente, se descrevem de forma em que não há muito enaltecimento próprio e trazem contrapontos. Contudo, prevalentemente, afirmam gostar delas mesmas, enquanto Felipa declara ainda estar aprendendo.

Após compreender um pouco mais a autopercepção das entrevistadas, elas compartilharam se costumam se sentir amadas e quais as pessoas responsáveis por lhes darem afeto.

Sim, muito. Vamos começar com o meu marido [risos]. Ele é muito carinhoso e meus filhos são assim, excepcionais, muito. Não tenho netos ainda, infelizmente. Meu sonho (TEREZA).

Minhas amigas. A minha mãe, coitadinha, agora que ela está abraçando. Carol, eu abraçava e ela ficava com o braço assim, ó [junta os braços retos ao corpo]. Ela teve todo esse problema, mas eu que sou amorosa, beijo

abraço minhas amigas. Pensei que seria como ela assim mais seca. Eu a beijava, mas ela não beijava não. Aí a minha terapeuta falou assim, “ó, vá abraçando que uma hora ela vai abraçar. Vá beijando que uma hora ela vai beijar.” Eu converso, vou lá, “oh mainha”, aí eu invento uma história que aconteceu com uma amiga minha, mentira, é, para dizer uma coisa para ela, mandar um recadinho. “Olha só a pessoa morreu e não abraçou, depois que estava morto, não tinha como abraçar.” Depois da pandemia, ela ficou com muito medo de morrer, eu acho aquilo ali mexeu com ela. Hoje ela já abraça, diz assim, “ah, eu também te amo”. Eu dizia, “mãe, te amo”, ela dizia “Eu também.” Mas “eu também” é uma frase, outra frase é “eu também te amo.” Não vou dizer “eu queria escutar isso para ser feliz.” Não, né. Eu não preciso escutar isso para ser feliz, não fiquei colocando, “ah só vou ser feliz quando a minha mãe me abraçar.” “Só vou ser feliz...” Não, se não vou ser feliz nunca (ROSA).

Sim. Eu tenho amigos, tenho família, tenho minha filha... Não há muito tempo eu conversei sobre isso na terapia. Cheguei, comentei com minha terapeuta e falei assim: “nossa, eu sou amada.” Porque eu estava em um lugar e três pessoas que eu não via há décadas, que não eram nem próximas a mim, vieram, tive uma recepção que eu falei “Pô, eu sou foda”, as pessoas gostam de mim. [...] Eu te digo que hoje eu tenho algumas compreensões que na época eu não tinha. Entender o que seria amor para o outro, que aquilo que estavam fazendo, que às vezes me irritava, era um amor, era um cuidado. Hoje eu consigo enxergar isso. Na época não, mas sim (MAYA).

Sim. Minha família, minha prima, que é a minha melhor amiga, minha mãe, meu namorado e meu amigo. Eu tenho vários amigos, é um erro falar um amigo só, então eu me sinto amada pela Rose, pelo Bernardo, pelo Paulo, pela Lorena, que é a minha outra prima também (LUÍZA).

Nossa! [risos] eu nunca me perguntei isso. Sim. Mas as pessoas da minha vida que [me amam] ... é a minha irmã e o meu namorado (FELIPA).

Diferente da pergunta anterior, todas afirmaram se sentir amadas e, predominantemente, com uma postura mais firme, sem fazer contrapontos e nem amenizar o quão queridas são por, principalmente, seus familiares, mas também amigos e companheiros amorosos.

Ainda se tratando de afetividade, as participantes trouxeram suas próprias definições, além de como recebem e demonstram afeto.

Afetividade para mim, eu creio que seja nossos sentimentos, o que a gente pode demonstrar para os outros, a forma de nos relacionarmos com as pessoas. Pode ser tanto sentimentos bons como, talvez, raiva. É um sentimento essa afetividade. Sou uma pessoa assim, eu demonstro bastante, eu tenho muito afeto com as pessoas, gosto muito de agradar. Aqui em casa gera um ciúme danado entre os irmãos, os genros. Eu quero agradar a todos, fazer aquilo que eles gostam. Então, para mim isso é afetividade. Até no momento de correção, se eu estou corrigindo é uma forma de afetividade, porque na correção você está pensando no bem da pessoa, então não deixa de ser também afetividade. Acho que essa relação da gente com os outros, dos outros para mim e eu também com os outros. É isso (TEREZA).

Acolhimento e respeito. Eu tenho uma figurinha, um meme, sei lá como é que chama, que são dois animais num desenho. Aí um estava bem chateado, o outro dizia “você está chateado?” “Tô” “Você quer acolhimento ou você quer conversar?” Aí ele dizia assim, “Eu quero acolhimento.” Aquilo ficou na minha

cabeça. Aí quando alguma amiga minha chega eu digo assim pra ela: “Tu quer um abraço ou tu quer conversar?” Porque tu tens que perguntar pra pessoa. Aí ela diz assim, “Não quero conversar agora não.” Pois, fica aqui, nós ficamos ali e tal. Às vezes a pessoa chora, às vezes não e se a pessoa pedir a minha opinião, eu dou. Se não, não. [...] Como é que eu demonstro afeto? Abraçando, beijando, acolhendo, escutando. Tem gente que demonstra afetividade fazendo coisas. “Olha, trouxe esse bolo pra você.” “Olha, costurei sua roupa.” “Olha, você chegou cansada, já lavei a louça.” Tem gente que é com abraço, afeto, beijando, fazendo carinho na cabeça, perguntando como é que foi seu dia, “Como é que você está? Está tudo bem com você? Quer conversar?” “Você está bem?” “Olha, trouxe esse saco de pipoca aqui pra você, que eu me lembro que é essa pipoca que você gosta.” Tudo isso é uma linguagem de amor e a gente tem que entender que amor não é só sexo, não é só beijo e abraço. Amor também é tudo isso. “Vamos tomar um café hoje?” Isso é amor e a gente tem que abrir a cabeça da gente e entender que tudo isso é amor. Tudo isso é afetividade (ROSA).

Quando a gente afeta positivamente os outros. Assim, quando a gente tem algum tipo de carinho, algum tipo de relação, que vem alguma troca positiva. [...] Como é que eu demonstro? Demonstro não [risos]. [...] É estar junto das pessoas, acho que isso que é o que me traz essa afetividade. Acho que a terapia ajuda muito nisso, de a gente olhar e entender o outro, a atitude do outro. E sim, é justamente perceber que saindo desse lugar, de que a gente tem essa visão de que todo mundo sabe o que está fazendo e aí, se todo mundo sabe o que está fazendo, a gente não precisa falar. Então a gente espera que o outro adivinhe o que a gente precisa e fica numa coisa assim. Hoje eu entendo que o outro tem as histórias deles, vidas deles e que algumas ações que chegam de alguma forma, às vezes nem muito clara, é uma forma de afeto, aquilo que a pessoa consegue dar, que a pessoa consegue fazer. A partir da terapia que me fez entender mais isso. Sempre fui muito compreensiva com o outro, mas agora eu entrei num lugar de meio que entender alguns movimentos de outro, de como podiam se expressar (MAYA).

Acho que amar, gostar de alguém, tratar a pessoa com carinho. [...] Eu sou uma pessoa que minha linguagem do amor é o cuidado, mas eu tenho muita dificuldade no toque, não sou uma pessoa que abraça as outras, beija... Sempre estou tentando prestar alguma coisa, fazer um favor, tentar demonstrar dessa maneira e falar. Falar eu acho que eu falo bem assim, trato as pessoas com carinho falando, mas o toque já é uma barreira. Minha família é bem nessa pegada, minha mãe não gosta muito, minha vó não gostava. Então, a gente demonstra afeto de outras formas. Eu estou aprendendo que as pessoas têm linguagens diferentes, antes, para mim, a linguagem que servia é falar. A pessoa tem que falar que gosta, a pessoa tem que falar... E aí eu percebo que as outras pessoas, às vezes, não falam até porque, por exemplo, o toque para mim não é uma questão, eu não gosto tanto, quando a pessoa fala, para mim, é melhor ouvir, eu gosto bastante de ouvir e eu gosto também quando a pessoa faz alguma coisa para mim. Acho que é uma demonstração de carinho (LUÍZA).

Nossa! Era para ter dado um Google antes [risos]. A afetividade eu entendo como um conjunto de fatores que envolvem uma relação no geral. A afetividade acho que envolve não só o carinho, não só o afeto, mas a compreensão, o respeito, a forma como o outro te vê. Acho que são coisas relacionadas a isso. Demonstro afeto em algumas ações, quando eu faço algo para a pessoa. Eu sei que a pessoa vai chegar atrasada e ela precisa comer, aí eu vou lá, faço a comida ou então ajeito alguma coisa ou eu dou o meu tempo para essa pessoa. Tipo “Eu vou tirar esse tempo aqui pra te dar atenção”. E eu recebo afeto de várias formas, no cuidado... Ah, eu também tenho essa questão do cuidado, eu não sei identificar como eu dou afeto. Então, sabe aquele processo de entender como é? Tem essa questão

também. Aí meu namorado fala, “não, porque você demonstra de vários jeitos.” Aí eu fico assim “uai” [risos], “me diga para eu poder entender”, porque às vezes eu não sei, às vezes, eu estou até sendo [afetuosa], mas para mim está tipo assim, “estou fazendo” e eu nem percebo a importância que aquela minha ação teve. E eu recebo afeto... ah, voltando! Eu começo a pensar em como recebo e percebo como eu dou também [risos]. Eu gosto de apoiar. Eu apoio, eu gosto de estar ali, ouvir, se deixar eu até dou solução, sei que é errado. Mas, me fazer presente na vida da pessoa, estar ali, não falando o tempo todo “eu te amo”, mas com ações mesmo. Eu recebo afeto no cuidado no dia a dia, na preocupação do “como você está?” “Tá bebendo água?” São de várias formas. Às vezes [percebo o afeto], a depender da pessoa. Se uma pessoa que eu não tenho muita aproximação vem eu não confio, tenho dificuldade em aceitar alguns tipos de ações. Se a pessoa estiver sendo afetiva comigo e eu perceber eu travo. Se eu perceber que eu estou fazendo algo muito ali [afetivo] eu travo também. Porque eu me sinto vulnerável, mas isso eu percebi que é de acordo com a pessoa. É um processo, eu tenho um processo para dar confiança e confiar no outro. Então, depois que eu confio, eu destravo mesmo (FELIPA).

Há uma dificuldade dominante em reconhecer diferentes linguagens de amor e de entender a própria forma de manifestar afetividade. Entretanto Rosa e Tereza, demonstram uma consciência significativa de como ocorre essa troca afetiva entre elas e as pessoas de suas vidas. Nota-se que a forma de afeto mais facilmente reconhecida pela maioria se trata de quando o outro faz algo prático e útil por elas e vice-versa. Majoritariamente, elas demonstram afeto no ato de cuidar e/ou servir.

Por fim, compartilharam as lições que aprenderam sobre amor ao longo da vida sendo mulheres negras.

A primeira assim no ranking é o respeito. Qualquer relacionamento que seja afetivo, amoroso, com seu cônjuge, amigo, filho, pai e mãe, é o respeito. Se não houver respeito, acho que não tem amor, não tem mais nada. E amizade que fica. Eu acredito assim, que às vezes o amor pode até acabar, mas vai ficar ali aquele carinho de amizade que não deixa de ser amor. Então, acho que é a base, o respeito (TEREZA).

Que eu tenho que me amar primeiro. Eu tenho que me amar em segundo e em terceiro (ROSA).

Eu acho que entender o outro, entender o que o outro dá. O que o outro consegue dar não vai ser sempre, necessariamente, o que eu espero. Essa necessidade de tentar trazer para o diálogo, esclarecer algumas coisas que ficam subentendidas e cada um subentende a partir da sua história e aí as coisas não se desenrolam. Acho que essa é uma lição. [...] A lição sobre mim mesma, acho que é uma relativamente recente, que eu achava que eu estava bem, preparada para um outro relacionamento e percebi que não é bem assim que a banda toca. Não é que eu não estou me sentindo preparada, eu inconscientemente corro (MAYA).

Eu acho que eu aprendi que a gente tem que se cuidar, a gente tem que se aproximar de pessoas como a gente, dar carinho para essas pessoas. Porque acho que falta afetividade. O que eu percebo é que a gente não está muito acostumada a fornecer esse tipo de coisa e as outras pessoas também estão carentes disso. Assim como a gente, eu como pessoa não recebo, o outro não recebe. E aí o que eu estou tentando é o exercício diário de “ah, tem alguém preto, vou me aproximar daquela pessoa e fazer o melhor, ser a

melhor pessoa, amiga que seja, melhor pessoa possível para ela, dar carinho, companheirismo, ser a rede de apoio dela”. No passado eu não fazia isso, não tinha muita noção do quanto isso é importante. Porque as pessoas brancas se apoiam e a gente está sempre sozinho, assim, está sempre a margem, nunca é a pessoa que é colocada no centro das relações mesmo, profissionais, educacionais, nunca é. Então se a gente não se unir vai ficar sempre de lado, nunca vai ter vantagem em qualquer ambiente. Então a gente precisa se resguardar, se colocar como prioridade na nossa vida e hoje eu faço isso, assim. Quando chega uma pessoa nova, se for preto, eu vou lá, “não, essa pessoa eu tenho que receber de braços abertos”, porque pode ser que eu seja a única pessoa que vá recebê-la. É o que eu percebo hoje é que inconscientemente, ou talvez conscientemente, as pessoas ao meu redor estão fazendo o mesmo, sabe. É muito legal esse movimento [...]. É sempre recíproco. Não sei se as pessoas têm dimensão disso, mas hoje é um exercício que eu faço e as pessoas estão sempre muito receptivas, mesmo aquelas pessoas que a gente nunca para e conversa sobre relações étnico-raciais, nunca. Mas ela sabe. Tipo assim, eu me reconheço e a pessoa se reconhece. É uma questão de reconhecimento mesmo (LUIZA).

Eu queria ter mais experiência para responder assim de uma forma melhor [...]. Como mulher Negra eu mereço coisas excepcionais. As lições que eu aprendi na vida é que eu não mereço nada menos do que eu posso oferecer. O mínimo, ele não é o bastante, ele é só o mínimo. Então, não me contentar com o pouco, não me contentar com migalhas, não me contentar com coisas supérfluas. Observar os sinais e se atentar aos detalhes, porque acho que é ali que está o amor. Ali que mora o amor. É no dia a dia, não é em coisas grandiosas, estão na rotina, é no cuidado do dia a dia. Então, as coisas que eu tenho aprendido sobre o amor é que o amor ele não é invejoso, ele não é ganancioso, ele não é possessivo, ele é leve, ele é respeitoso, ele é tranquilo. [...] É que o amor é você ter a pessoa sem precisar prender. Entender que a pessoa está ali porque ela quer estar e não porque você precisa dela, você está com a pessoa não por necessidade, mas por querer. Eu simplesmente quero e é isso, não sinto a necessidade. Acho que quando existe esse sentimento de necessidade não é amor. Porque pela minha vivência, tudo o que eu senti relacionado a adolescência, amor que tem que ter a pessoa ali, eu preciso da pessoa ali, eu necessito, [é] o sentido da minha vida. Não tem nada a ver com amor. Totalmente diferente disso. Porque quando a gente prende o outro, a gente não ama, a gente sufoca. E é isso que eu tenho aprendido (FELIPA).

As lições divididas por elas são diversas e se relacionam muito bem com as histórias particulares de cada uma, perpassando pelo âmbito pessoal e até social, como no caso de Luíza. É revolucionário que mulheres negras falem mais sobre o amor, para que se possibilite a cura, dado o tanto que o acesso ao afeto nos foi negado (hooks, 2010).

Esta subseção tratou de apresentar a explanação das participantes desta investigação mulheres negras de diferentes gerações enxergam, conceituam e trocam a afetividade. A próxima seção está dedicada a expor como elas definem a monogamia e as reflexões que possuem sobre o tema.

5.2 As mulheres negras e a monogamia: “não é bem uma escolha”

Nesta subseção, as participantes expuseram suas perspectivas acerca da monogamia e algumas das características inerentes a essa estrutura, como a família nuclear e o papel da religiosidade. Sobre a escolha desse modelo de relacionamento disseram que:

Sim [escolhi]. Para mim, é você viver com um homem maritalmente casada ou só morando junto. Para mim é isso, respeitando um ao outro. [...] Não é bem escolha, a gente vem de uma cultura monogâmica e minha família toda tem aquela coisa tradicional de casamento, marido, esposa, então você já cresce com aquilo e se adapta. Não é bem assim, você escolhe, você tem opções, claro, mas vem muito da cultura de como você foi criada e eu fui criada dessa forma dentro desses conceitos de monogamia [...]. Veio muito da cultura e não foi um momento difícil, já estava incutido em mim essa ideia, esse valor, digamos assim. Para a gente que foi criada com esses conceitos, passa a ser um desrespeito você estar com duas pessoas ao mesmo tempo ou mais, se for o caso. Mas é isso aí, não foi tão difícil a escolha não é assim, nem foi uma escolha, já foi uma coisa que veio, ao longo do tempo com a cultura (TEREZA).

Eu acho, particularmente, que a monogamia é supervalorizada. Acho que o que vale são os combinados de cada casal, trisal, o hétero, o homo. O que vale é o combinado. Porque a coisa monogâmica vem lá do rei que não queria dividir as coisas, que a mulher tivesse filho, enfim. O problema não é a monogamia, é o combinado, porque o que dói e machuca a pessoa, é a quebra do acordo. Nunca pensei, eu acho que foi uma coisa imposta até pela minha criação evangélica, que a mulher tem que estar mãe, esposa, empregada, doméstica, fazendo tudo e dando conta de tudo... profissional... e não pode estar cansada pra transar porque ele vai procurar na rua. Eu nunca pensei, [...] pensei eu acho quando peguei umas mensagens no celular dele, porque para mim era muito natural [...] (ROSA).

É quando você decide se relacionar exclusivamente com uma pessoa. Um a um. Não [escolhi], acho que veio aquelas regrinhas implícitas que todo mundo acha que conhece (MAYA).

Acho que é uma relação entre duas pessoas, onde não tem interferência de terceiros. Eu nunca pensei sobre isso [a escolha]. Acho que é o que eu vivencio assim (LUÍZA).

Eu acho que a monogamia é uma estrutura imposta pela sociedade, pela forma de se relacionar. É o que nos foi ensinado, desde sempre, é o conceito do relacionamento. Não [escolhi], [...] eu acho que a gente cresce nessa estrutura. Eu já me questionei e do meu ponto de vista me enquadro, me sinto bem assim (FELIPA).

Nota-se que, com exceção de Felipa, todas entendem monogamia como um modelo de relação que, majoritariamente, inclui se relacionar exclusivamente com uma única pessoa. Demonstraram estar refletindo pela primeira vez se a escolheram, conscientemente, durante a entrevista, geralmente concluindo que não. Segundo as entrevistadas, hoje elas se relacionam baseado no que lhes foi passado culturalmente, seja através da religião, família ou outros referenciais. Felipa, por sua vez, pontuou que acessa discussões sobre não-monogamia através da internet, o que a fez definir monogamia como uma estrutura social e refletir conscientemente se desejava seguir

essa forma de se relacionar, concluindo que sim. Nota-se, principalmente no discurso de Tereza e Felipa, que a monogamia é percebida de forma naturalizada como pertencente a sociedade, ultrapassando a família, que está no contexto sociocultural permeada por esses valores.

Se tratando dos seus planos de vida e a inclusão da possibilidade de construir uma família abordaram:

Nossa, meu sonho era ter filhos. A princípio eu era contra o casamento. Casei aos 33 anos, já tinha uma filha de 5 e assim, não estava nos meus planos casar. Mas sabe aquela coisa que acontece? [Risos] Meio que pressão do namorado, aquela coisa e acabou que nos casamos. Daí veio mais três filhos desse casamento. [...] [chorando] A minha mãe. A monogamia da minha mãe. Foi um casamento muito conturbado, meu pai batia muito nela. Então, para mim, casamento era isso. Foi o que eu convivi, aí não tinha na cabeça isso. Então, até conversava muito com ele, com o meu marido, de que eu jamais aceitaria esse tipo de comportamento, tinha medo. Medo. Pronto, era isso, o meu contra casamento (TEREZA).

Porque eu tive a minha filha muito cedo, com 18 anos. Então eu não tive esse momento que eu pensei “ah, vou construir minha família”. Não. Essa coisa que a gente vê na novela. A minha filha mais velha, ela estudou, conheceu o marido na faculdade. Daí eles decidiram depois de vários anos de relacionamento casarem e ainda não tiveram filhos, já são casados há uns 15 anos. Eu não tive essa oportunidade de pensar assim, “vou ter filho?” “não vou ter filho?” tinha que pensar assim: “Ó, vou trabalhar durante o dia e fazer minha faculdade à noite”. Era isso que eu pensava. Nunca eu tive tempo de pensar nada, eu estava sobrevivendo (ROSA).

Eu acho que depende, se for pegar esse modelinho de casar-se, ter filhos, esse modelinho não fez, nunca foi um objetivo. Eu acho que construir uma família também não era um plano, era algo que poderia acontecer, mas não estava desenhado. Eu não falei “nunca vou fazer”, mas também não era algo que eu quero fazer muito. Não tinha nada muito definido com relação a isso. [...] Para casar eu gostava da pessoa, casamento era importante para ele. Eu dei uma enrolada boa [...], mas, casei porque era importante para ele. [...] O filho foi planejado por uma questão biológica (MAYA).

Sempre fez parte dos meus planos, não na adolescência. Como era algo que era meio distante da minha realidade, não me relacionava com ninguém amorosamente, não fazia parte, não tinha planos, não tinha sonhos. Obviamente você vai crescendo e vai percebendo a necessidade, talvez, de ter um companheiro, alguém para contar mesmo fora do seu círculo familiar que você está acostumado. E aí eu comecei a pensar mais sobre isso, mais no período adulto, pós os 20 anos (LUÍZA).

No início da minha adolescência fazia [risos]. Principalmente por causa da religião, da igreja, a gente vem com aquela coisa “não, porque você tem que se casar, tem que ter filho, tem que ter uma família, pra ser feliz e tal”. E eu tinha essa visão. Eu tive um relacionamento bem rápido na adolescência e depois disso eu tirei essa visão, desmitifiquei essa visão de felicidade relacionada a casamento e à família, [...]. E recentemente eu não me vejo casando, aquela coisa toda, mas eu me vejo construindo a relação, morando junto, sendo algo assim (FELIPA).

Dentre todas, o assunto não surge com a leveza que é esperada socialmente, mesmo entre as duas que demonstraram maior desejo em construir uma família.

Tereza possui um referencial de casamento sofrível devido a relação dos pais, que, infelizmente, foi e é a realidade de milhares de mulheres (Brazão; Oliveira, 2010). A palavra que ela relacionava ao casamento não era amor e sim medo, então se afastava por autoproteção, iniciando um apenas após a insistência do esposo com o qual buscou garantir que nada que havia visto sua mãe passar se repetiria. Em contraponto, Felipa relacionava o casamento como a única forma de alcançar felicidade, ponto reforçado pela igreja, necessitando desmistificar essa ideia após uma experiência amorosa ruim na adolescência. As demais manifestam maiores preocupações com a própria sobrevivência e demais áreas da vida.

Acerca se há ou não efeitos da religiosidade no âmbito afetivo, as entrevistadas trouxeram o seguinte:

Acredito que sim, porque você é criada com aqueles valores religiosos e tudo, então impacta sim. E pela Igreja o casamento é para a eternidade, até que a morte os separe. Hoje eu penso assim: até enquanto houver amor e respeito. Mas está indo, está fluindo [risos]. Então se acabar acabou, se não até que a morte nos separe. Enquanto você frequenta [a igreja] é uma coisa. Depois que você está dentro, sabe, que você vive mesmo ali, você passa a ver de outra maneira. Você percebe o que acontece lá dentro, como as pessoas agem lá dentro e cá fora e para mim não tem que ter essa diferença. Você é aqui o que você é aqui (TEREZA).

Ah, completamente. A religião evangélica destrói tudo, inverte tudo. A religião evangélica é a cristã, né. A que prega esse Jesus, esse cristianismo horrível, [...] a submissão feminina, isso acaba, a gente não se ama, porque a gente não lê direito. Porque fala assim, que tu tens que amar o próximo como a ti mesmo, então tu tens que te amar para poder amar o próximo. A gente não se ama porque tudo é vaidade, você não pode se cuidar, não pode nada. Isso é muito ruim, me impactou muito negativamente. Aí eu chego no candomblé, que tem lansã, que tem figuras femininas tão fortes e empoderadas. A religião africana tem deusas, mulheres, que são guerreiras, que elas vão, que elas falam. Mas quando chega na realidade, eles botam a gente para limpar, botam a gente para limpar a cozinha, para varrer as coisas. Aí está se repetindo tudo nessa religião também. Eu estudei, estou lendo muito sobre o Candomblé e a Umbanda. O rapaz jogou para mim, falou “tu és lansã e Xangô”, eu falei, “ah, cara, finalmente!” Porque na igreja que eu ia, a mulher chegava até um ponto. Eu pregava, tudinho, mas não pode ser aquela pastora que prega no domingo com a igreja cheia. Daí eu pensei, “não, ali eu vou estudar o Candomblé e Umbanda e eu vou saber tudo, vou chegar lá e vou ser... Não. O machismo é uma coisa que ele vai entrando em todas as camadas da sociedade, na religião, em tudo, em tudo, em tudo. O patriarcado é especialista em detonar a mulher. [...] Eu também estou achando a religião do candomblé muito machista. Faz pouco tempo que eu estou indo, um ano e meio, e eu vejo na hora da limpeza do barracão depois que acaba. E estou ficando muito insatisfeita com isso, não sei nem o que é que eu vou fazer. Aqui tem muito aqueles “gratiliz”, que é o pessoal que se apodera do que quer de várias religiões, mas é todo mundo branco. Aqui os Pais de Santos são brancos. Aí eu já estou ficando também chateada com isso (ROSA).

Quando era criança, a minha família era espírita, minha mãe foi quase freira, mas sempre foi nada imposto. Muito sutil, muito suave. Quando eu era criança minha mãe falou assim: “eu não te coloquei, não te forcei para lugar

nenhum, a seguir nada pra que quando você crescesse e pudesse escolher seu caminho”. [...] Não [influenciou], eu acho isso extremamente positivo. Quando penso e reflito sobre isso, hoje eu falo “que bom.” Eu não tenho que ficar desconstruindo isso, essas crenças religiosas (MAYA).

Acho que sim. [...] É porque a religião dita algumas regras para dentro dos relacionamentos, o que pode, o que não pode. Acho que de certa forma, apesar de não frequentar, isso está muito enraizado, né. Muito no subconsciente (LUÍZA).

De certa forma sim, até o momento em que eu fazia parte. Quando a gente está imerso em algo acredita fielmente naquilo e leva para si, coloca como um molde da nossa vida. Preciso seguir esse script aqui, porque a minha vida vai ser feliz assim. A religião influenciou sim, até o momento em que eu comecei a me questionar e ver “pô, isso não está legal. Isso está fechado demais, retrógrado para a sociedade que a gente vive”. A religião, ela faz muito isso. É a estrutura, “porque a mulher ela tem que se casar pra ela ser feliz, e ela precisa ter um filho. E família, é homem, marido, mulher” e coisas que para mim não faz sentido nenhum, são ultrapassadas. A religião deveria acompanhar a atualidade, até porque são outras pessoas que estão ali ouvindo o que o pastor, o padre, seja lá quem for esteja pregando. Então tem que estar de acordo com o que a sociedade vive. Eu sentia, logo no início da adolescência [que] “Preciso”. “É isso que eu quero, é isso que eu necessito pra minha vida”. Inclusive, foi um dos fatores que me fez entrar em um relacionamento tão jovem. Porque essa necessidade junta a carência, ideologia de que você precisa estar com alguém, namorar, casar e me fez fechar muito minha mente em relação a isso, me fez colocar ali em uma caixinha fechada de que a minha vida só iria funcionar se tivesse um relacionamento, se entrasse na igreja de véu, grinalda e vestido. São coisas que, hoje em dia, não faz tanto sentido. Acho até bonito, mas não como uma meta de vida (FELIPA).

De acordo ao depoimento das entrevistadas a religiosidade influencia diretamente na forma como constroem seu afeto e o modelo de relacionamento calcado na monogamia heterossexual onde o papel da mulher é de submissão a figura masculina, inculcado nas religiões apontadas. Maya, por exemplo, agradece por não ter sido imersa em nenhuma religião, enquanto Rosa demonstra revolta com a forma que as religiões que frequenta(ou) tratam a figura feminina, sempre em um lugar de submissão. A fala de Felipa denota a perpetuação de um padrão hegemônico de família e a hipervalorização do casamento como caminho para alcançar a plena felicidade ao dizer que chegou a acreditar que sua vida só funcionaria se conseguisse entrar na igreja vestida de noiva. Nesse contexto, predominantemente, há uma postura de reinvenção, onde essas mulheres buscam se afastar daquilo que já não concordam e se aproximar de valores pessoais que elas desenvolveram. Tereza, por exemplo, traz a frase “até que a morte os separe”, que carrega um senso de incondicionalidade, abrindo margem para diversos tipos de violências, um temor primordial dela. Dessa forma, coloca uma condição, o amor e o respeito, pois já conhece o que a ausência de ambos pode ocasionar. Portanto, pode se afirmar um

impacto significativo da religiosidade na construção da afetividade e compreender a concepção de monogamia que as levou a estar nesse modelo de relacionamento.

Na próxima seção, continuaremos a abordar a monogamia, especificamente as reverberações dessa estrutura na vida pessoal de cada uma das participantes a partir dos seus relatos de experiência em relacionamentos amorosos.

5.3 O modelo monogâmico impactando os relacionamentos conjugais de mulheres negras: “todos os homens se beneficiam dos homens violentos”

Neste momento, as participantes compartilham vivências afetivas, assim como rememoraram referenciais que podem ter influenciado a forma como elas constroem relações hoje em dia. Além disso, abordaram como atravessaram a infidelidade masculina e conflitos dentro das suas relações.

Ao definir suas experiências em relacionamentos amorosos em pontos negativos e positivos exteriorizaram:

Com o pai da minha filha foi uma coisa meio estranha, sabe. Até hoje eu não entendo. Foi uma coisa muito repentina, tipo, uma fuga desse relacionamento de meu pai e minha mãe. Então eu topei a gente sair, ir para outra cidade. Só que aí não deu. [Pontos positivos] Só minha filha. [No casamento atual] ah muitos, muitos, além dos filhos. Uma pessoa muito boa, muito amiga. Graças a Deus deu certo. Então assim, acho que todo casal tem lá seus momentos de divergências, de contradições, mas é tranquilo. Ele é muito amigo, muito prestativo, amorosíssimo, tanto comigo quanto com os filhos. Se eu pedir uma estrelinha ele vai lá buscar. É um relacionamento bacana (TEREZA).

O outro que me casei daqui tive que ter medida protetiva. [...] Sim [sofreu violência física e verbal] e psicológica, que vem o pacote todo. E tive que gradear a casa, botar cadeado, o que salvou minha vida foi a rede de apoio. O primeiro marido também era meio agressivo e eu era muito nova para casar e tudo. Eu não conseguia administrar filhos, casa, trabalho, faculdade, casamento, pai abusivo. Aí não rolou o casamento. O que conheci aqui [...] um rapaz querido, amado, apesar que ele era branco, né. “Pô, branco do olho azul”. Eu pensei assim: “ah, mas sei lá, né.”. Saía profecia na igreja “que esse é o varão”, a igreja é uma merda para nós. Eu falei “vou” e no começo foi tudo bom. Aí a gente foi fazer um curso na igreja que chamava Casados para Sempre, que é um curso de ministério, é uma coisa para domar mulher, né. Para dizer que a gente tem que ser submissa. Eu estava fazendo a minha pós em gênero e diversidade e aquilo foi abrindo minha cabeça tanto. Aqui deu um nó e aí desandou tudo. [...] Eu disse ‘não, não quero estar aqui, aqui não está legal’ e o rapaz não quis, não aceitou que eu saísse da igreja e me separasse dele. Foi o terror, ele se revelou quem era. Fiquei seis anos casada com ele. Aí depois eu disse “sabe do que mais? não quero namorar mais não”. [...] Aí eu conheci em um aplicativo de namoro esse que eu estou e demorou. Que eu não tinha mais fé nisso aí. Mas o rapaz é gente boa pra caramba. Tanto que eu não fiquei com raiva dele, nada. Deu tudo certo, não teve agressão... um casamento massa, um relacionamento show. Mas o cara bebe pra caramba. [...] eu achei “Ah, não tem problema o cara bebe, mas ele não é agressivo”. Se eu não tivesse passado por aquele bêbado agressivo [pai], talvez eu não tivesse suportado isso aí. Quando tu passas por abuso, a tua régua é diferente. Eu li uma coisa essa semana, muito show, que todos

os homens se beneficiam dos homens violentos, porque o cara que é violento, tu ficas tão traumatizada que ele faz o mínimo e tu achas que aquilo é tudo. [...] As minhas duas filhas, a régua delas já é mais rente. Então, eu vejo o meu genro fazendo coisa que nenhum marido meu fez, meu pai jamais, que é uma coisa simples: Ele chega, ele recolhe a roupa. É claro que ele tem que recolher, ele não mora ali, mas para mim, que vim dessa construção, aquilo é um negócio extraordinário. [...] Teve [pontos positivos]. Do meu primeiro relacionamento, a minha filha. Do meu outro relacionamento também, a minha filha [risos]. Não tive mais nada de bom, não quero nada. Do rapaz que era evangélico, dele não tem nada de bom. Nesse último rapaz foi massa, eu também já estava mais confortável financeiramente. Então, a gente foi para muito lugar... quer dizer, dele mesmo... Sexo era muito bom, sexo sempre foi muito bom em todas as relações. Porque eu falava, “eu quero assim, eu quero assado e tal”. Não tinha muito tabus com essa coisa. Isso aí foi um ponto positivo. Esse meu último relacionamento foi bem legal, porque a gente viajou, porque o rapaz cozinha, faz umas comidas gostosas e tal. É um cara legal, gente boa, só teve esse problema (ROSA).

A complicada do rolê sempre foi eu [risos]. Falo isso após alguns anos de terapia e entendimento, ok. [...] o que teve de negativo sempre foi uma falta de parceria, maturidade e comprometimento com a relação da parte do outro. E hoje, nessa idade, entendo que também havia uma série de imaturidades da minha parte, de compreensão também do que eu queria de uma relação. Então, quando a gente parte do pressuposto de que todo mundo sabe o que está fazendo, ninguém sabe, a gente não conversa sobre isso. Os positivos, acho que vivemos várias experiências juntos. Viajamos, conhecemos família. Hoje, eu tenho um monte de sobrinhos que não são sobrinhos biológicos, mas vieram naquele pacote. Isso é algo que é muito positivo. Acho que é tipo assim, houve muitas boas experiências e vivências nesse intervalo (MAYA).

Acho que o primeiro relacionamento foi mais infantil, éramos bem mais novos, acho que tinha uma questão de necessidade de aproximação maior, de descoberta da pessoa. O segundo foi mais tranquilo, que era com um amigo, mas a gente acabou também não expondo isso para as outras pessoas. Acho que por uma questão mais minha, era alguém do meu ambiente de trabalho, então, estava meio que em *off*, mas também foi bem duradouro. É uma pessoa que eu confio bastante, permaneceu, sendo meu amigo. Por fim, esse relacionamento que eu estou, é um relacionamento acho que mais maduro. Eu consigo compreender que eu preciso me doar em uma parte, a outra pessoa precisa se doar e sou menos egoísta. Eu acho que nos outros relacionamentos eu tinha um egoísmo maior, assim: “Tem que ser do meu jeito, se não for do meu jeito, eu não quero”. E se acontecesse alguma coisa, eu bloqueava, “eu não quero mais”. Esse aí, eu estou aprendendo a enveredar por outros caminhos que, talvez, a maturidade tenha trazido (LUÍZA).

Ah, eu tive dois, um, quando eu tinha 15 anos e foi bem negativo mesmo, não teve nem pontos a ver e o de agora que eu vejo bastante pontos positivos, em comparação. O outro era um relacionamento abusivo, onde tinha dependência emocional, onde eu era muito dependente. Adolescente. Adolescente é tudo muito a flor da pele. [...] O de agora tem uma diferença, que é algo mais tranquilo, mais respeitoso. É bom de estar com a pessoa. É um relacionamento, acho que como deveria ser. A pessoa cresce junto. [...] Eu tenho apego por essa pessoa, essa pessoa me proporciona momentos bons e eu quero também proporcionar momentos bons para essa pessoa (FELIPA).

Observa-se que entre todas os pontos negativos parecem bem definidos, mas que algumas sentem dificuldade em trazer os positivos, destacando coisas boas que não necessariamente são méritos dos seus parceiros. Isso pode ser interpretado

como uma prevalência de experiências ruins nessas relações. Destaca-se que, na fala de Rosa, ela traz que “a régua é diferente” quando se passa por violências, seja física, psicológica, entre outras. Isso pode ser evidenciado quando pontua a ausência de agressão como um fator positivo da sua última relação, denunciando um maior nível de tolerância a situações desrespeitosas, a qual ela reconhece.

Especificamente sobre referência as relações amorosas pontuaram:

Eu não lembro, acredito que não. Esse tipo de relacionamento é uma coisa que vem da gente. Não é uma coisa que você copia, “eu quero ser assim”, o meu medo era ser igual a minha mãe, então eu tinha aquela resistência. Mas assim, querer copiar de alguém, ter essa referência não. Acho que é uma coisa que vem da gente. Eu sabia o que eu não queria [risos]. O que eu queria, eu deixei para o tempo, para o destino ou sei lá o que (TEREZA).

Não. Não, porque eu vim morar aqui e eu não tenho nenhuma família aqui. Então era o que eu via na novela, o que eu via nos filmes, aquela coisa irreal que não existia em canto nenhum. Eu gostava daquilo que eu via (ROSA).

Não. [...] Eu tenho de forma muito próxima situações de relações em que um é monogâmico e o outro não. Praticamente, domino esse assunto, posso escrever um livro sobre isso, mas nunca fiz, nunca tive esse tipo de comportamento. Talvez isso seja uma referência, mas eu não sei, eu acho que foi meio que vivendo (MAYA).

Não me espelhei em nenhum casal, nem no ciclo familiar, assim, para... “É algo que eu desejo ter”. Nunca foi assim. Acho que se isso acontecesse ok, mas se não acontecesse também está tudo tranquilo (LUÍZA).

Não. Muitos do que não queria (FELIPA).

Percebe-se a predominância de exemplos negativos entre as participantes, dos quais elas buscam se afastar, e a escassez de exemplos positivos. Rosa se espelhou em referenciais midiáticos, os quais definiu como irrealis. Por conta disso, algumas denotam uma artesanaria na forma de se relacionar para exercerem seu afeto da melhor forma possível para si.

Após as participantes expressarem os aspectos que serviram de referência, partindo de experiências anteriores pessoais ou familiares para delinear o que desejavam ou não dos relacionamentos amorosos monogâmicos em suas vidas, buscou-se entender como a infidelidade surge nesse contexto, questionando se elas se consideram fiéis, se já foram alvos de traição conjugal e o que fizeram quanto a isso.

Sim [sou fiel]. [...] Oh! Qual homem que nunca traiu? Me conta, você tem algum? Me apresenta [risos]. Eu sempre comento, quando a gente está em mesa de professores, principalmente, em escola. “Ah, porque meu marido nunca me traiu”. Eu só penso assim “Você não descobriu ainda” [risos]. Lógico que a gente não fala, você não vai estragar a vida da pessoa. Como é cidade pequena, às vezes você até sabe da traição, mas a esposa não

sabe. O que os olhos não veem, o coração não sente. Dizia minha mãe. Mas aconteceu sim, é bem doloroso, mas passou também. Hoje é outra pessoa, foi em outra época, ele bebia, hoje não bebe mais. Nós dois fizemos o mesmo curso da igreja, ele continuou e eu saí. Ele é mais maleável do que eu, tanto é que ele segura mais o relacionamento porque eu sou mais [...] [faz garras com as mãos] A eletricidade a flor da pele [risos]. [...] Nossa, você se sente um lixo, é muito complicado [ser traída]. [...] Aí você vai atrás dos porquês. E por quê? “Ah, porque eu estava longe”, já estava um mês, ele foi trabalhar fora, ficou um mês sem mim, aquela coisa toda. Um homem não é igual a gente mulher que consegue segurar. Ah, foi por isso, tal, tal, tal. Mas e o amor, onde ficou? o respeito, onde ficou? “Ah, foi um deslize”, é aquela coisa. Então, assim, conversamos. A princípio cheguei a dar entrada em papel para a separação, aquela coisa toda. Mas aí é complicado, você pensa em filhos, muita coisa. Eu estive [com] muitas mulheres separadas. “Isso acontece”, é aquele pano quente. “Isso acontece com todo mundo, releva, é uma pessoa boa, “Vamos torcer para não acontecer de novo”. E aí você começa a pensar: O que é que vai ser? Na época já tinha planos de estudo, mas não tinha começado ainda. Não há dependência financeira, porque eu toda a vida, mesmo a trancos e barrancos, sempre fui independente [...]. Mas eu acho que foi mesmo a afetividade e os filhos, pensar nos filhos, que me levou a aceitar. Porque, financeiramente, eu nunca dependi graças a Deus (TEREZA).

Agora sim [sou fiel], mas quando eu era mais nova eu aprontei bastante [risos]. Porque o meu pai traía muito a minha mãe, então não aprendi que o amor tinha respeito. Porque traição é falta de respeito com o combinado com a outra pessoa. Então, como eu não me senti respeitada em nada e eu vi tudo isso aí que a minha mãe aceitava, eu repeti tudo que o meu pai fez nas minhas relações. Até eu entender que eu tinha que respeitar o outro também foi um processo. [...] O meu medo é assim, porque antes de começar o meu relacionamento... durou oito anos. Ele trabalhou na Petrobras e eu pedi uns exames. “Poxa, cuidado com AIDS, vamos ficar de camisinha e tal”. Que a camisinha também não é uma coisa 100% segura, você sabe. Então, [pra] fazer sexo, eu não conseguia relaxar, porque eu tinha medo. “E se rasgar, se arrebentar, se for uma coisa que eu pegue”. Na verdade, o meu problema não era monogamia, era eu pegar alguma coisa e eu não queria, queria combinar. Eu tinha combinado que fosse uma coisa monogâmica. E na cabeça dele, ele acha que só sexo que é traição, na minha cabeça não é só sexo. Se, por exemplo, está conversando no celular com uma pessoa para mim é traição. Se está conversando, chamando meu amor, dizendo coisas assim, para mim já é traição. O sexo é só a coroação daquele combinado ali todo no telefone (ROSA).

Sim [sou fiel]. [...] Olha, acho que tem situações diferentes. Teve traição que eu me senti traída mesmo, arrasada. Teve traição que eu falei, “ah, tá bom”. Teve situações assim que eu morguei, não dei uma importância, não terminei o relacionamento. Porque eu acho que o relacionamento físico me importa menos do que os acordos, do que a traição dos combinados, entende? [...] Ah, chamo na “xinxá”. Vai ter que me explicar alguma coisa, “vem cá, vamos conversar, você vai ter que me explicar sobre isso aí”. Já terminei [relacionamentos por isso] (MAYA).

Sim [sou fiel]. Até certo ponto. Acho que a fidelidade perpassa por muitos caminhos, não é só o ato de trair, mas às vezes quando você está desestimulado acaba deixando outras pessoas falando, contando do seu relacionamento, daquilo que te magoa ou que você está insatisfeito, para outra. Eu considero isso uma forma de infidelidade. [...] Já [fui traída]. [Me senti] péssima, é uma dor, machuca. É triste você se colocar nessa posição, confia na pessoa. Mas depois também passa. [...] Chorei, briguei, falei, escrevi textão [...] terminei duas relações. [...] Demora mais, assim, para confiar na pessoa. Eu, por exemplo, tentei prolongar mais essa definição de namoro. “Ah, enquanto eu estou ficando, não tem problema”. Porque aí a

pessoa faz o que quer e você faz o que quer. Acho que postergo muito essa confirmação de que "ah, é um relacionamento sério" para poder não me magoar (LUÍZA).

Sim [sou fiel] e já [fui traída]. Eu já desconfiava durante o relacionamento e descobri de tanto perguntar, logo após a gente ter terminado. A dúvida, né. Porque a pessoa não sabe se aquietar com a situação, ela quer buscar mais. Aí eu perguntei, ele confirmou e a sensação foi muito horrível. Porque eu acho que não é só o ato de trair, eu acho que a traição ela envolve outras coisas, porque se fosse só o ato. Mas é todo processo até ali, a mentira, manipulação, enganação, falsidade. Todo esse processo, até chegar na traição, eu acho que é muito mais doloroso. Porque não tem como você só cometer o ato, tem um processo ali. Sabe aquela sensação de "eu fui feita de idiota", porque eu estava o tempo toda desconfiada, mas eu fui manipulada a acreditar que não, que eu estava errada, estava inventando coisa, era a maluca da história. Enfim, aquela situação bem merda. Me senti um nada, como se toda minha credibilidade fosse jogada no lixo. [...] Aceitei, acho que eu não tinha muito que fazer (FELIPA).

A infidelidade conjugal é posta em um lugar de tanta importância que chega a ser descrita por Tereza como algo capaz de estragar a vida de alguém, sendo esse alguém, normalmente, uma mulher. Quase todas as entrevistadas se definiram como fiéis em seus relacionamentos, apenas uma relatou já ter traído. De forma unânime as participantes relataram terem sido traídas em algum momento e a maioria mais de uma vez. Socialmente, a traição masculina é bem mais aceita e normalizada, como reflete bem a fala de Tereza que enfatiza não haver homens que não traiam, enquanto mulheres conseguem "segurar" melhor. Ressalta-se que a traição surge de forma subjetiva, possuindo diversas facetas que vão além do envolvimento sexual com alguém fora da relação, sendo definida, geralmente, como o rompimento do que foi acordado entre o casal.

Depois de abordar a perspectiva das entrevistadas sobre a infidelidade, explicitaram a postura diante de outros tipos de conflitos dentro dos seus relacionamentos monogâmicos:

Olha, eu sou meio explosiva [risos]. Bem explosiva. [...] Eu te falei que ele que segura mais, ele já é mais calmo. Quando ele vê que eu estou nervosa, ele cala, não responde e o que me deixa nervosa é ele não responder. Eu quero que ele responda, que ele brigue talvez. Aquela coisa. Mas aí ele se cala, sai de perto, porque ele me conhece e sabe que eu sou explosiva. Então assim, eu não sei, eu não aprendi muito ainda a lidar não. Sou bem conflituosa (TEREZA).

Eu tenho que resolver conversando. Conversando e eu quero provas, coisas. Tudo, tudo eu quero consertar, quero resolver conversando. Se der para conversar. Se a pessoa for agressiva, você não consegue conversar, se grita, você não consegue conversar, se fala palavrão você não consegue conversar. Você conversa com quem consegue conversar (ROSA).

Eu tento conversar, mas por exemplo, esse relacionamento mais longo nos últimos tempos, eu conversava e o outro não. Eu estava num lugar de falando

sozinha. Eu falava, o outro achava que estava ouvindo, entrava em um “vou pensar e depois te respondo”, numa conversa assim. Houve um momento em que eu achei que eu estava surtando e fui parar no psiquiatra. Expliquei a situação e falei, “isso não está normal”. O psiquiatra falou que psicologicamente eu não tinha nada grave, mas o emocional estava bem derrubado por conta disso. [...] Hoje eu entendo que havia [abuso emocional], naquele momento eu não tinha essa visão. Hoje, entendendo que é abuso, eu diria sim que foi um relacionamento abusivo, mas de uma forma “leve”, difícil até de perceber e entender. Mas tinha um abuso psicológico e emocional ali (MAYA).

Fazendo comparativo, antes era isso, bloqueava, não quero falar mais com você, término e tal. Hoje eu consigo lidar melhor, de conversar que “era isso que está fora do lugar, a gente precisa se acertar e tal”. Acho que lido de forma mais equilibrada mesmo. “Ah não é porque briguei que eu vou terminar”, “não é porque eu estou chateada que eu vou bloquear e vou tirar minha foto do WhatsApp”, que era algo que eu fazia (LUÍZA).

Eu estou aprendendo a conversar isso, expor. Conflitos nem sempre são ruins, eu tento tirar essa ideia de que conflito é briga, confusão. Não. Conflito ocorre entre duas ou mais pessoas que estão ali e têm pensamentos diferentes e tudo mais. Hoje em dia quando eu percebo que tem um conflito, eu chamo para conversar, eu tento expor como eu me sinto diante daquilo, como aquilo que me afeta e espero ser compreendida. Se não for, paciência também (FELIPA).

No geral, há uma postura de mediação do conflito através da conversa, buscando a forma mais pacífica possível de resolução, desde que isso seja possível, como destacado por Rosa e Maya em referência às relações abusivas que já enfrentaram. Tereza, por sua vez, se rotula como uma mulher conflituosa, enquanto seu marido assume o papel de mediador.

Nesta seção, evidenciamos a perspectiva das participantes sobre construção afetiva de mulheres negras em seus relacionamentos monogâmicos. Em seguida apresenta-se a seção teórica, que implicou nas reflexões dos depoimentos do qual emergiram as categorias de análise em diálogo com o bojo teórico deste trabalho.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO: O QUE MUDOU E O QUE PERMANECEU

Durante a pesquisa de campo, surgiram temas em comum entre as candidatas. Destarte, este capítulo se dedica a investigar tais similaridades as agrupando em três categorias, a fim de explorar a relação da mulher negra e afetividade; submissão feminina no relacionamento monogâmico, assim como sua relação com as instituições família e religião frente o acesso ao conhecimento acadêmico; a experiência na trajetória de vida moldando a construção dos seus relacionamentos e o quanto as mudanças históricas e da posição da mulher na sociedade alterou seu papel na relação monogâmica, em busca de “relações mais igualitárias”.

6.1 Afetividade como obra em progresso com alicerces fixos na história pessoal

Quando as depoentes abordam o tema afetividade, nota-se uma variedade de autodefinição que parte da própria história pessoal para definir o que entende ou não por afeto e o que está aprendendo a partir da vivência. Portanto, a afetividade não surgiu necessariamente através de demonstração física ou falada, se apontou mais a atenção e o cuidado ao outro. Isso pode estar muito relacionado ao fato que, tradicionalmente, o cuidar é uma atividade atribuída ao gênero feminino, e com a forma que famílias negras brasileiras constroem e demonstram afeto, como avaliado pela pesquisadora Hordge-Freeman (2018 *apud* Oliveira, 2019), que conceitua o termo “capital afetivo”, como a forma que uma sociedade que possui um sistema racializado utiliza para distribuir de maneira desigual o afeto, sendo este um recurso destinado em maior volume a quem mais se aproxima da branquitude.

Essa distribuição desigual fornece a base para que, em uma mesma família, algumas pessoas construam projetos pessoais mais ambiciosos, completem a educação formal e sejam capazes de contornar com mais facilidade questões de autoestima que outras, cujos traços físicos e comportamentos se distanciam mais da normatividade hegemônica branca (Almeida, 2019, p. 228).

Como visto, a escassez desse “capital afetivo” pode surgir por conta da desvalorização do gênero feminino ou na resistência em ofertar carinho ou palavras de afeto. Dessa forma, mulheres negras precisaram se reinventar para construir a própria maneira de expressar e receber afetividade, contudo muitas demonstram dificuldade no processo de compreender a si e ao outro, pois na própria criação não identificam uma diversidade de linguagens de afeto já que foram limitadas a reproduzir o que entendiam como carinho no seio familiar. Essa característica dialoga com o que foi abordado no subcapítulo 2.2 dessa pesquisa, denunciando uma dificuldade

persistente entre mulheres negras na relação com a própria afetividade, entrelaçada com a história familiar que reforça uma ferida profunda. Como destacado por hooks (2021), o amor cura, mas esse trajeto é ainda mais facilitado quando se tem afeto para lembrar.

O amor cura. Quando somos feridos nos espaços onde deveríamos conhecer o amor, é difícil imaginar que o amor realmente tenha o poder de mudar tudo. Não importa o que tenha acontecido em nosso passado: quando abrimos nosso coração para o amor, podemos viver como se tivéssemos nascido de novo, sem esquecer o passado, mas vendo-o de uma forma nova, deixando que ele viva dentro de nós de uma nova maneira. Seguimos adiante com a percepção renovada de que o que já passou não pode mais nos machucar. Ou ainda: se em nosso passado fomos amados, sabemos que não importa a presença ocasional do sofrimento em nossa vida, pois sempre voltaremos para a calma e a felicidade recordadas. A lembrança atenta nos permite reunir outra vez os pedaços e os cacos de nosso coração. É assim que a cura começa (hooks, 2021, p. 165).

No entanto, o amor é uma jornada de aprendizado, e como frequentemente observado, os exemplos existentes nem sempre são inspiradores, especialmente quando envolvem violência doméstica, abuso psicológico e outras formas prejudiciais. Essa realidade pode levar as mulheres negras que testemunham tais situações a internalizarem uma sensação de inferioridade, tornando-as mais vulneráveis diante dos agressores, uma vez que a tolerância à violência pode aumentar consideravelmente. Da mesma forma, a infidelidade masculina pode se tornar normalizada devido à exposição a inúmeros casos nas relações que cercam essas mulheres.

Ao reconhecer a falta de exemplos saudáveis, é possível buscar alternativas opostas às experiências vivenciadas, como modelos pré-estabelecidos que não correspondam à realidade do observador e que não tenham sido concebidos com esse propósito. Um exemplo disso é a família Dorian, que representa a idealização de uma família feliz, mas que é, na verdade, um modelo baseado na concepção higienista de família, caracterizada pela brancura, classe média, cisgeneridade e heterossexualidade (Mansanera; Silva, 2000).

A crença em determinados modelos de valores impostos pela discursiva e propaganda da classe dominante são assimilados como legítimos pelos dominados, as famílias pobres acreditam, por exemplo, que o modelo de família ideal é aquele constituído por um pai provedor e mantenedor, por uma mãe dona-de-casa, dedicada aos cuidados e criação dos filhos e estes, por sua vez, obedientes e devotados aos pais, todos vivendo em harmonia e felicidade no mesmo lar (família nuclear burguesa). Entretanto, a realidade vivida pelas famílias da periferia pobre paulistana, difere desse modelo de família pensada – a família Dorian –, uma vez que as condições

econômicas, sociais e culturais não são as mesmas que aquelas da classe dominante (Santos, 2011, p. 13).

Quando uma comunidade inteira tem, sistematicamente, seu direito ao afeto negado ao longo da história e a repressão desse sentimento se converte em estratégia de sobrevivência, a jornada se torna mais desafiadora do que o necessário (hooks, 2010). Dessa maneira, podemos abordar a expressão da afetividade feminina negra como uma obra em andamento, na qual não podemos modificar a fundação, mas podemos nos distanciar dela, conferir novos significados e reaprender. Observa-se que as entrevistadas, majoritariamente, pontuam não ter crescido com referenciais de relacionamentos amorosos românticos, mas identificaram o que não gostariam de ter em suas vidas, tentando se distanciar para sobreviver em meio ao que lhe foi oferecido.

Pessoas negras não são incapazes de amar, são carentes de oportunidade para fazê-lo e se for concedida a possibilidade de nos reinventarmos, a cada geração, conseguiremos nos distanciar progressivamente desse padrão de afeto colonizado (Fernandes, 2022). Contudo, para alcançar tal mudança, é crucial que consigamos viver plenamente, sendo evidente que esse cenário ainda se mostra distante, pois há décadas de histórias nas narrativas dessas mulheres, mas, mesmo assim, observamos notáveis similaridades, tendo em vista que ainda se enfrenta os mesmos paradigmas. A naturalização de determinados costumes culturais tem invisibilizado importantes violências e, conseqüentemente, a luta contra elas.

Destaca-se que, mesmo em meio a esse contexto, a figura feminina surge como referência de cuidado e afeto, sobretudo a avó. Mesmo os homens que ocupam papéis familiares significativos, como pai e avô, não chegam a ser tidos como referencial, reforçando que mulheres ocupam papéis como responsáveis não só dos afazeres diários, mas também da manutenção da amabilidade no seio familiar. Se a figura feminina carrega esse peso por si só, como ele impacta as idosas negras? Muitas delas ocupam a posição de único referencial de cuidado, evidenciando que mulheres negras, de alguma forma, têm sobrevivido afetivamente e repassado isso para as próximas gerações. Se trata de um discurso comum que evidencia que, principalmente mediante a escassez, elas podem estar salvando gerações afetivamente. A filósofa e pesquisadora Djamila Ribeiro aborda em seu livro “Cartas

para minha avó”, a influência dessa figura na sua vida em muitos âmbitos, mas principalmente o afetivo.

Dizer que eu não tenho avó é negar a sua influência na minha vida, o amor que me protegeu e curou, é negar parte de mim. [...] Eu não me afundo na amargura, pois tive uma avó que ensinou que chá de boldo também cura (Ribeiro, 2021, p. 93 e 129,).

Ribeiro dialoga com hooks (2010) ao colocar o amor no lugar de cura. Mesmo que estejamos acostumados a falar do amor romântico e que esse, de certa forma, também seja o alvo dessa pesquisa, o amor de mulheres pretas merece destaque, pois demonstra estarem fazendo um árduo trabalho ao cuidar de si mesmas e dos outros.

Nas idosas negras podemos encontrar a representação social das intersecções de gênero, raça, classe e geração e como esses marcadores impactam mulheres negras ao longo da vida (Akotirene, 2019). Muitas delas exercem um papel matriarcal em suas famílias, centralizando as demandas afetivas, financeiras ou qualquer outra atividade de organização doméstica, muitas vezes sem apoio dos outros membros, sendo sobrecarregadas e se tornando mais vulneráveis a ansiedade (Barbosa; Rabelo; Fernandes-Eloi, 2020). Tamanha responsabilidade não parece justo com elas, mas é em mãos negras, femininas e velhas que temos encontrado amparo historicamente.

Segundo Barbosa, Rabelo e Fernandes-Loi (2020), “o exercício de múltiplos papéis e a centralidade na família pode gerar um custo à matriarca, com impacto negativo na sua saúde mental e na sua percepção de funcionalidade familiar” (p. 104). Tal resultado não é de se surpreender, mas parece distante de ser superado. Quando afeto não for mais capital escasso dentro de um sistema racializado que oprime tudo que se afasta da branquitude, talvez esse quadro mude e nossas idosas possam descansar (Almeida, 2019). Portanto, “compreender a matriarcalidade no contexto brasileiro é reivindicar a luta pela humanização da mulher negra e pela desconstrução dos estereótipos negativos e imaginários institucionalizados a respeito de seu papel” (Barbosa; Rabelo; Fernandes-Eloi, 2020, p.97).

Portanto, mulheres negras estão se reinventando afetivamente, mesmo com o pouco que, muitas vezes, lhes é ofertado. Elas cuidam de homens e outras mulheres negras que podem vir a ocupar o mesmo posto. Tamanha responsabilidade também desgasta e exige uma mudança de postura ao pautarmos afetividade, para que não

seja vista apenas como o ato simbólico de um abraço, mas como ferramenta de libertação que deve ser exercida por todos nós e não pode, nem deve ser privilégio de poucos. É necessário cuidar de quem cuida, mas para isso precisamos entender nossa relação com a afetividade e se o que estão apresentando como tal de fato nos serve.

A próxima seção tratar-se-á da submissão feminina presente na monogamia e nos discursos das entrevistadas, retomando a discussão do capítulo 2.1, mas buscando entender como surge no contexto dessas mulheres e como elas vislumbram o papel da família, religião e acesso à educação.

6.2 Vínculo inevitável: submissão feminina em pauta

Não há na entrevista pré-elaborada perguntas que tratem diretamente da submissão feminina, ainda assim o tema surgiu com muita naturalidade no campo, sendo, inclusive, nomeado por algumas das entrevistadas. Apresentou-se de diferentes formas, sendo mais contundente entre as mulheres mais velhas, o que pode se dar tanto pela maior experiência de vida como pela discrepância de realidade entre elas e as entrevistadas mais jovens. A religião e a família surgiram como instituições de causa e manutenção dessas relações de poder, enquanto o conhecimento se mostrou essencial para o rompimento de paradigmas como a submissão feminina.

A submissão feminina é essencial para manter a monogamia como retratado na seção 2.1. Nos defrontamos com relatos de mulheres que sofreram, às vezes, ainda muito novas, com o gênero sendo utilizado como forma de diminuí-las. Quando se cresce em um contexto de violência, seja ela física, psicológica e/ou simbólica, onde se atribui desvalorização ao gênero feminino, é exigida muita energia para se desvencilhar dessa ideologia conservadora que sustenta a submissão da mulher no contexto familiar e na relação monogâmica (Engels, 2019). Dessa forma, se reforça a base da cultura patriarcal, a dominação masculina, que utiliza de diversos meios para manter a mulher nesse lugar de submissão a fim de legitimar a própria supremacia (Almeida; Grossi, 2012). Portanto, quando garotas presenciam figuras femininas que são referenciais para elas sendo alvos de violência a marca que fica reverbera muito além do roxo na pele. Segundo Almeida (2005) “na realidade, a conduta violenta é aprendida no âmbito de determinado lugar ou experiências infantis – presenciado, vivenciado – maus-tratos, desvalorização da mulher de referência –

mãe, tia, avó” (p.180). Uma espécie de mensagem é passada e, geralmente, avisa que aquela mulher deve tomar cuidado em como se porta, o que fala, o que pensa, o que escolhe e como se apresenta, pois, há consequências. Uma criança que presencia sua mãe agindo de forma a se tornar palatável para o homem com quem casou, a fim de evitar retaliação, irá assimilar esse comportamento de sobrevivência e buscar ferramentas que a distanciem dessa realidade, como visto no capítulo anterior.

Se mais garotas crescessem sem ver suas mães, avós, tias e primas sendo subjugadas, principalmente pelas mãos de quem, teoricamente, deveria ama-las, a relação com a própria autoestima, concepção de amor e cuidado poderia ser bem diferente. Entretanto, a realidade é outra e a palavra medo surgiu em torno de 14 vezes durante as entrevistas, com maior frequência entre aquelas que relataram violências. Pois, o medo é fundamental para manter mulheres submissas, tolerantes e receosas até mesmo com o que, hipoteticamente, deveria ser bom, como o amor. Dessa forma, a submissão feminina e, conseqüentemente, a dominação masculina não são apenas comuns como necessárias para produzir futuras mulheres sem voz e manter o sistema funcionando, pois no âmbito familiar que se tem um fragmento da representação dos nossos papéis sociais (Narvaz; Koller, 2004).

Destarte, nos encontramos em um contexto em que a violência contra a mulher é extremamente comum, pois viemos de décadas de aceitação e normalização da mesma, principalmente quando advindas dos seus esposos ou pais, figuras masculinas de poder, necessitando de diversas campanhas feministas para que a sociedade começasse, no mínimo, a discutir as problemáticas por trás disso (Brazão; Oliveira, 2010). Ainda assim, ao ligar os noticiários ainda nos deparamos com o horror do feminicídio, violência e estupros constantemente.

Não se admite mais o ditado “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Hoje a sociedade brasileira reconhece que a violência sofrida pelas mulheres é um problema social, que envolve toda uma teia de relações. Ou seja, não diz respeito só a mulher, mas à sociedade. Instituímos, com as diversas ações do movimento, que estamos diante de uma questão social, que exige ação política e também esforço reflexivo para a mudança de paradigmas. O feminismo foi responsável pela compreensão partilhada de que o espaço privado não é o lugar da privacidade. Ao contrário, este espaço tem sido para muitas mulheres, o lugar da privação onde, historicamente, as mulheres permanecem grande parte das suas vidas, com o cotidiano impregnado de proibições. Às mulheres foi negado o direito a ter segredo, a se organizar e a ter autonomia. Por isso seguimos na luta feminista, tratando de discutir e desatar os nós do patriarcado e das estruturas de classe, raciais

e étnicas que perpassam a dominação sobre as mulheres (Brazão; Oliveira, 2010, p. 12).

Quando o abuso se torna o comum, mulheres toleram cada vez mais e se contentam com pouco. Parafraseando Rosa, mesmo os homens que não são violentos se beneficiam dessa estrutura, pois são enaltecidos apenas por cumprirem o que qualquer mulher faz. Algo visível quando o básico é rotulado como extraordinário por ter sido feito por um homem, como os afazeres domésticos. Esses são exemplos da situação que vivenciamos socialmente entre o avanço e o retrocesso da condição da mulher na sociedade brasileira.

A religião, sobretudo a cristã, tem um papel importante na manutenção desses papéis, mediando os interesses patriarcais enquanto internaliza nas mulheres diversas formas de repressão sexual e valores de obediência (Narvaz, 2006). Será na família que esses preceitos serão exercitados, facilitando a ocorrência de abusos e dificultando uma tomada de consciência que facilite denúncias. “A igreja e a família constituem-se em mecanismos disciplinares e disciplinantes à submissão dos corpos e das subjetividades às relações de violência, sobretudo às subjetividades femininas” (Narvaz, p. 8, 2006). Ainda hoje esses ideais estão sendo reforçados pela religião cristã, se baseando nos textos da bíblia sagrada e acompanhados do incentivo ao não questionamento de Deus.

Mas quem é você, ó homem, para questionar a Deus? "Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: 'Por que me fizeste assim?'" O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso? (Romanos 9:20-21).

Mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido, como ao Senhor, pois o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, que é o seu corpo, do qual ele é o Salvador. Assim como a igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres estejam em tudo sujeitas a seus maridos (Efésios 5:22-24).

A família nuclear se trata do polo monogâmico que reflete a posição da mulher na sociedade como um todo, onde se espera que ela sirva, obedeça e cale-se, enquanto o cristianismo justifica divinamente o porquê deve fazer isso, pois “a mulher sábia edifica a sua casa; mas a tola a derruba com as próprias mãos” (Provérbios 14:1). Se espera que a mulher aceite os abusos, os relativize e ressignifique a partir da fé, para que não seja a responsável pela destruição do seu lar. “Portanto, o que Deus uniu, ninguém separe” (Mateus 19:6). Aplicando a mesma lógica, a infidelidade masculina se apresenta como mais uma forma de subjugar a sexualidade feminina, enquanto vulnerabiliza a mulher emocionalmente e expõe sua saúde física, dado que

aumenta o risco de contração do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e que a confiança entre o casal pode determinar o uso ou não uso de preservativos, aumentando as chances de transmissão de IST's no caso de infidelidade (Brito; Cavalcanti, 2014).

Apesar disso, há uma normalização da traição masculina e, até mesmo, em ciclos femininos pode ser observada uma pressão social para que a traição seja vista a partir de uma outra perspectiva, levando em consideração tudo que o homem não leva ao trair, como filhos e a própria história do casal. Enquanto isso, majoritariamente, as mulheres seguem a fidelidade à risca, evitando até mesmo comportamentos que, subjetivamente, podem ser interpretados como traição. Então, se confirma o caráter da fidelidade ser, na maioria das vezes, exclusivamente feminina, um controle exercido sob corpos e emoções de mulheres que não se estende ao masculino com a mesma ênfase (Engels, 2019). Nota-se que a infidelidade tem o poder de impactar significativamente a autoestima da mulher traída e abalar sua confiança, a ponto de assumir um novo relacionamento seja visto como um risco (Brito; Cavalcanti, 2014).

Dessa forma, mulheres são alvos de múltiplas formas, muitas vezes silenciosas e normalizadas, de violência. Entretanto, por conta do grupo participante dessa pesquisa ter como similaridade importante o acesso ao conhecimento acadêmico, nota-se que o mesmo surgiu como forma de emancipação em alguns casos. Segundo Bourdieu (1999), a Família, Igreja, Escola e Estado agem de maneira orquestrada na formação e permanência das opressões e dominação masculina.

É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. [...] Por fim, a Escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarca (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas [...]. De fato, é toda a cultura acadêmica, veiculada pela instituição escolar, que, em suas variáveis tanto literárias ou filosóficas quanto médicas ou jurídicas, nunca deixou de encaminhar, até época recente, modos de pensar e modelos arcaicos [...]. Mas ela é, ao mesmo tempo, como veremos, um dos princípios mais decisivos da mudança nas relações entre os sexos, devido às contradições que nela ocorrem e às que ela própria introduz (Bourdieu, 1999, p. 103-105).

Contudo, como pontuado por Bourdieu (1999), a escola também se torna fator de mudança ao falar sobre a pluralidade de arranjos familiares e sexualidade, assim como sobre mulheres para além de esposas e mães, tornando a dominação masculina, outrora indiscutível, como alvo de debate. Deste modo, reforça-se que não há como construir o sistema educacional, sem que ele esteja aliado a um projeto político que vise a emancipação e transformação da realidade de grupos sociais marginalizados, transgredindo com o ideal eurocêntrico que permeia as instituições de ensino (hooks, 2013).

De todos os fatores de mudança, os mais importantes são os que estão relacionados com a transformação decisiva da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais como o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares (em consequência, sobretudo, da elevação nos índices de divórcios) [...] (Bourdieu, 1999, p. 107)

Porém, as mulheres negras ainda estão distantes do acesso igualitário a educação. De acordo com o Observatório da Branquitude e o Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra) (2023), em 2010 o número de mulheres brancas com ensino superior era três vezes maior que o de negras, números similares surgiram nas taxas de analfabetismo e acesso à educação básica. Entre 2010 e 2019, houve aumento significativo da frequência de mulheres negras no ensino superior, mas ainda é 12,9% inferior ao de mulheres brancas. Ressalta-se que, a inserção no ensino superior faz com que muitas dessas mulheres enfrentem uma jornada tripla ou quadrupla, pois conciliam trabalho, tarefas domésticas, estudos e, muitas vezes, cuidados com terceiros, tornando a jornada educativa muito mais árdua (Souza, 2021).

Ainda que haja um acesso desigualitário à academia, as informações estão repercutindo com mais força devido a ascensão das discussões sociais, tanto fora quanto dentro da internet, assim coisas tidas como de caráter indiscutível, como a própria monogamia, estão sendo postas em pauta e alcançado as novas gerações com maior força. Antes, muitos só haviam ouvido falar sobre poliamor ou não-monogamia a partir das músicas de Raul Seixas, mas hoje ao colocar uma palavra-chave sobre o assunto na barra de busca do Twitter (ou X), por exemplo, você se depara, facilmente, com milhares de pessoas discutindo a temática cotidianamente.

Portanto, temos a Igreja ou a moral cristã, que independe de seguir ou não a religião, assim como a Família sendo instituições essenciais para a manutenção do

patriarcado, utilizando da monogamia como uma das ferramentas de controle mais bem sucedida. Paralelamente, a educação, que muitas vezes ainda ocupa o papel de disseminar estigmas, surge também como ferramenta de emancipação que auxilia mulheres a se desvencilhar de estorvos que, há séculos, lhes vem sendo atribuídos.

Incentivado pelos movimentos sociais, como o feminismo e movimento negro, e a disseminação de informações a partir da internet e veículos midiáticos, é nítido que houve mudanças nas últimas décadas referente ao papel da mulher, perpassando pelo campo histórico, cultural, religioso, familiar e individual. Consequente, o lugar da mulher nas relações também está começando a se alterar. Para melhor compreensão, vamos analisar as principais mudanças passíveis de observação nos discursos dessas mulheres, associando ao contexto sócio-histórico em que estava em curso. Assim como a mudança do papel da psicologia durante o mesmo tempo.

6.3 Reconfigurando: a experiência pessoal e mudanças sociais impactando o papel da mulher na monogamia

Tratou-se da história da monogamia e o que a rege desde sua consolidação como estrutura, contudo não podemos ignorar as mudanças sociais, especialmente as feministas, e como elas estão influenciando o papel da mulher nesse sistema, antes restrito aos rótulos de mãe-filha-esposa, ou qualquer outro, que denote servidão ao mundo masculino. Importante salientar que, como qualquer ferramenta de opressão, essa também deve ser extinguida, para que as pessoas tenham liberdade de criar e se reinventar a cada relação que construírem, sem um modelo pré-concebido como norma que oprima e talhe o que não lhe apraz. Contudo, o sistema capitalista e monogâmico ainda existe e é necessário sobreviver, começando por pequenas e grandes revoluções dentro dele. Dessa forma delineou-se brevemente o contexto sócio-histórico das décadas correspondente ao nascimento e vivência das participantes da pesquisa.

No início da década de 1960 o divórcio ainda não era previsto em lei, as mulheres só haviam conquistado o direito ao voto há menos de trinta anos e estavam acessando, pela primeira vez, a pílula anticoncepcional e o direito a trabalhar sem a autorização do marido. Todos esses fatores eram muito malvistas pelos conservadores, especialmente a maior autonomia da mulher sobre o próprio corpo, favorecendo até mesmo o desincentivo ao uso das pílulas contraceptivas ao associá-las com a promiscuidade (Vargas; Benchimol; Umbach, 2014).

Em 1964 se deu início à Ditadura Militar, que contou com uma mobilização significativa de grupos femininos se organizando politicamente para ir às ruas a favor, exemplo das Marchas da Família com Deus pela Liberdade (Ridenti, 1990), que em diversos registros fotográficos da época tem como protagonistas mulheres brancas. Essas mulheres legitimavam o regime, enquanto reforçavam o papel da mulher enquanto mãe-filha-esposa e chegaram a movimentar grande apoio popular ao golpe (Ridenti, 1990). Quando já em ascensão, a ditadura instaurou a censura, que andava lado a lado com a misoginia, desaprovando tudo que pudesse valorizar a imagem da mulher frente a sociedade (Teles, 2015).

Houve, de maneira especial, a censura aos assuntos referentes às mulheres, sob alegação da defesa da família, da moral e dos bons costumes. A Revista Realidade, n. 10, de janeiro de 1967, foi totalmente vetada pela censura por abordar o resultado de uma pesquisa sobre o que as brasileiras pensavam. Foram entrevistadas 1.200 mulheres sobre casamento, parto e maternidade, sexualidade, religiosidade. [...] O mesmo aconteceu com o Jornal Movimento n. 45 quase dez anos depois, em 1976. O jornal tratava da situação das mulheres no trabalho, até as tabelas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) foram totalmente censuradas, a edição não chegou sequer às bancas. E também com Cassandra Rios (1932-2002), escritora de contos eróticos lésbicos, que foi a primeira mulher best-seller (chegou a vender um milhão de exemplares), teve a sua editora proibida de funcionar em 1976, pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão. Foi a escritora mais censurada na ditadura (Teles, 2015, p.1006-1007).

Enquanto isso, onde estavam as mulheres negras? Não é surpresa que, de forma ainda mais expressiva que hoje, elas ocupavam em massa o posto de empregadas domésticas, sendo ignoradas durante muitos anos pelo feminismo hegemônico, protagonizado por mulheres brancas, que, muitas vezes, eram suas patroas (Rocha; Silva, 2022). Um fator muito específico também atingia esse grupo em particular, a esterilização.

Os serviços públicos de saúde não ofereciam sequer informação e/ou orientação sobre o uso de contraceptivos. Sem acesso à assistência à saúde reprodutiva, a população feminina ficou à mercê das esterilizações e do uso inadequado de anticoncepcionais. O país passou a ter altos índices de esterilização feminina. Em Pernambuco, 18,9% das mulheres de 15 a 44 anos estavam esterilizadas, por meio de ligadura de trompas. Em Manaus, 33% das mulheres encontravam-se com as trompas ligadas, no Piauí, 17% e, em São Paulo, 15%. Estavam excluídas destes cálculos aquelas mulheres esterilizadas em decorrência de abortos inseguros ou pelo uso inadequado de anticoncepcionais ou do dispositivo intrauterino (DIU). Chegamos a uma situação absurda de reduzir drasticamente a natalidade em áreas de baixíssima densidade demográfica, como a Amazônia (Teles, 2015, p. 1006).

Entre as mais diversas violências, mulheres negras se organizaram pela luta por direitos. Desde 1950, no Rio de Janeiro, já existia o Conselho Nacional de Mulheres Negras, que deu voz a elas, sendo responsável por impulsionar a luta por

direitos das empregadas domésticas e fortalecer o feminismo negro mais a frente, na década de 1970. Ainda no Rio de Janeiro, em 1960 aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Jovens Empregadas Domésticas, que contou com representantes de várias partes do país e foi protagonizado por Laudelina de Campos Melo, uma mineira grande defensora dos direitos das mulheres e empregadas domésticas (Rocha; Silva, 2022). A Associação de Empregadas Domésticas fechou durante a ditadura e essas mulheres precisaram se organizar ainda mais na luta por acesso à direitos trabalhistas, como a Carteira de Trabalho.

Durante esse período a psicologia assumiu, no geral, o papel de ferramenta normalizadora, não se opondo a um regime violento, cerceador e ditatorial por conta de uma suposta postura neutra, ainda que houvesse resistência essa era uma minoria não bem vista (Scarparo; Torres; Ecker, 2014). Assim, psicólogos se organizaram a partir de conselhos atrelados aos interesses do Estado, não oferecendo risco para a Ditadura Militar e se afastando de qualquer movimento de luta contra o Estado e a favor dos direitos humanos se utilizando de justificativas corporativistas (Hur, 2012).

Para que a efetivação das garantias de direitos humanos previstos constitucionalmente ocorra, é preciso transformar a sociedade e o modo como ela está organizada. A psicologia precisa colaborar com a transformação social buscando a superação das desigualdades ao invés de empenhar-se na adaptação dos sujeitos, seja com processos seletivos que excluem diversidades ou com a rotulação através de diagnósticos daqueles que não adaptam a um modo de vida social desigual (Scarparo; Torres; Ecker, 2014, [s. p.]).

Sendo assim, o foco da psicologia se concentrava na defesa da profissão, mas sem assumir riscos maiores. Entretanto, por interesse do Estado, as pautas referentes aos exames psicotécnicos acabavam por receber mais atenção e alguns profissionais chegavam a colaborar diretamente com métodos de tortura de presos políticos (Scarparo; Torres; Ecker, 2014). Apenas uma minoria buscava fazer ações sociais que se opusessem à Ditadura e que viriam a favorecer a luta antimanicomial na próxima década (Scarparo; Torres; Ecker, 2014).

Concomitantemente, o feminismo estava crescendo consideravelmente, agora surgindo em conversas cotidianas e alcançando as chamadas donas de casa.

Questões concernentes ao casamento e à sexualidade passaram a ser debatidas em mesas de bar, na década de 70, quando ler *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, passou a ser obrigatório àquelas que intentavam subverter a ordem machista estabelecida. Mas interessa-nos lembrar o fato de que a questão do “feminino”, especificamente, não se encontra dissociada de um contexto bem mais abrangente: o espírito

inovador da época. É como se a luta feminina fosse uma batalha contra qualquer tipo de repressão, não exclusivamente àquela restrita aos lares das senhoras bem-casadas (Vargas; Benchimol; Umbach, 2014, p.83).

Com isso, mulheres negras continuavam a se organizar politicamente a partir do movimento negro, apresentando o Manifesto de Mulheres Negras em 1975 no Congresso de Mulheres Brasileiras, demarcando formalmente as divisões raciais inerentes ao movimento feminista (Santos, 2020). Nessa época, em meio à Ditadura Militar, ascensão do debate feminista e o início da demarcação racial na mesma luta, Tereza era uma adolescente e Rosa ainda uma criança. Portanto, cresceram em uma época que diversos direitos básicos ainda eram tão recentes ou nem haviam sido alcançados e não se tinha leis que aparassem mulheres, muito menos as negras. Dessa forma, não é de se surpreender que elas sejam as que mais relatam violências ao longo da sua história.

No início da década de 80, o divórcio havia se tornado um direito há pouco tempo, diversos coletivos de mulheres negras e o próprio Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, estavam dando seus primeiros passos e logo se consolidariam (Santos, 2020). Também nesse período as manifestações em combate à violência contra a mulher ganharam força e o movimento, iniciado em Belo Horizonte, chamado “Quem ama não mata” repercutiu, não só no Brasil, mas em diversos países, através de campanhas, protesto em frente à tribunais e caminhadas contra assassinos de mulheres (Brazão; Oliveira, 2010).

Nessa mesma década de 80, cresceram as mobilizações pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização do Brasil. Vivíamos um momento de efervescência dos movimentos sociais brasileiros. O movimento feminista, então, foi retomado com muita força, assim como o movimento negro, que despontava em várias partes do país. Das mobilizações sociais e das telas de TV ecoava rebeldia (Brazão; Oliveira, 2010, p. 23).

Na TV já se exibiam programas que abordavam a sexualidade feminina e lares desarmoniosos como o Malu Mulher, temas tabus que geraram revolta e mobilização entre as mulheres conservadoras (Brazão; Oliveira, 2010). Nesse período, o hip hop ascende no Brasil e bailes *black* começam a popularizar o rap, enquanto o feminismo negro toma forma e luta pela não universalização da mulher, trazendo a discussão interseccional para um movimento que só visava o gênero de mulheres brancas, enquanto mulheres negras eram vistas apenas como negras (Coutinho, 2010). A exemplo, foi fundado por Lélia Gonzalez e Zezé Motta, o grupo Luiza Mahin vinculado ao MNU, Lélia também criou o Nzinga, um coletivo de mulheres negras no Rio de

Janeiro que ganhou grande expressão pelo país discutindo raça e gênero entre mulheres negras (Santos, 2020).

Se tratando de casamento, nessa época, mulheres negras ocupavam mais de 50% da população de mulheres solteiras, viúvas ou separadas, além de serem as que menos se casam consensualmente, comparada a mulheres brancas e homens brancos e negros (Pacheco, 2004). Esses dados abrem espaço para as discussões sobre a solidão da mulher negra que são afloradas até hoje. Também foi na década de 1980 que se criou a primeira Delegacia da Mulher em São Paulo.

Durante esse período discussões sobre as condutas inadequadas e até criminosas de psicólogos a favor do Estado ditatorial iniciaram, ainda acompanhadas de muitas tentativas de justificar, individualizando culpas de forma que ainda isentava o Estado (Scarparo; Torres; Ecker, 2014). Entretanto, foi a partir da década de 1980 que as pautas raciais ganharam mais força dentro da psicologia, e se buscou compreender com mais ênfase os efeitos do racismo na subjetividade de negros brasileiros, além de haver uma ascensão dos debates referentes à psicologia social (Schucman; Martins, 2017).

É, portanto, através da pressão e articulação das organizações negras e de diferentes psicólogas, mulheres negras, como Neusa Santos Souza, Edna Roland, Edna Muniz, Maria Jesus Moura, Maria Aparecida Silva Bento, Isildinha Baptista Nogueira, entre outras, que a temática das relações raciais e do racismo começa desde a década de 1980 até os dias atuais a tomar corpo na produção de conhecimento dentro da área da Psicologia, nos debates com a categoria e também na atuação dos psicólogos (Schucman; Martins, 2017, p. 181).

Figuras femininas negras lideraram o movimento de discussão do racismo e o papel da psicologia tanto como mantenedora dessas opressões, assim como ferramenta que poderia ser utilizada para a diminuição do sofrimento da população negra.

No fim dos anos de 1980 finalmente findava a Ditadura Militar. No mesmo ano, 1988, a Constituição reconhece mulheres como iguais aos homens. Ainda em 1988, o Gelédes - Instituto da Mulher Negra é fundado por grandes nomes de intelectuais brasileiras, tendo como diretora Sueli Carneiro, bem como, já existiam espaços como o Centro de Mulheres de Favela e Periferia, no Rio de Janeiro; Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, no Maranhão; Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista e Casa de Cultura da Mulher Negra em São Paulo (Rodrigues; Prado, 2010; Santos, 2009). Um pouco depois, em 1991, o MNU colocou como capa do seu jornal o que

viria a ser conhecido como uma das campanhas mais importantes do movimento, contendo a foto de um casal cisgênero, composto por um homem e uma mulher negra, se beijando e acompanhada do trecho da poesia “Bandeira” de Lande Onawale: “Reaja à Violência Racial: beije sua preta em praça pública” (Rosa, 2022), incentivando o amor entre pessoas negras e trazendo a afetividade como ferramenta de revolução. Também é no início dos anos de 1990 que há um maior volume de mulheres adentrando a universidade, contudo elas se concentravam em graduações relacionadas ao cuidado, ainda reafirmando o papel normalmente relacionado ao feminino socialmente (Euclides, 2017).

De um lado, há um crescimento significativo, impulsionado pelos avanços educacionais, da inserção de mulheres em ocupações não manuais, caracterizadas por maior formalização e melhores rendimentos. No polo oposto, crescem as ocupações de menor qualidade com alta informalidade e menor renda voltadas para pessoas com baixa escolaridade. As mulheres que começam a se movimentar para ocupações de nível superior são predominantemente brancas, enquanto há uma forte concentração de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico. As mulheres provenientes das classes mais pobres (majoritariamente negras) dirigem-se para os empregos domésticos, de prestação de serviços e também para os ligados à produção na indústria; enquanto as mulheres de classe média, devido às maiores oportunidades educacionais, dirigem-se para prestação de serviços, para áreas administrativas ou de educação e saúde (Bruschini; Lombardi *apud* Lima; Rios; França, 2013, p.56).

Inicia-se os anos 2000, a era digital e período da segunda geração de mulheres a nascer já com o direito ao voto. Em 2001 o Brasil se compromete a adotar políticas de reparação à população negra. Enquanto isso, em 2002, a falta de virgindade antes de contrair matrimônio não pôde mais ser motivo para anulação do casamento e, ainda na infância de Felipa, foi institucionalizada a Lei Maria da Penha (Wilbert, 2021). Essa época também é demarcada pela ascensão dos alisantes de cabelo, que atinge, principalmente, a estética da população feminina negra. Nesse período a representação feminina na TV declina novamente e é atravessada por estereótipos sexistas (Brazão; Oliveira, 2010).

Foi nos anos 2000 que o CFP estabeleceu normas de atuação para que profissionais da psicologia tivesse uma prática que visasse o antirracismo e a postura contras outros tipos de preconceitos, se aliando com maior ênfase a fomentação dos Direitos Humanos (CFP, 2017).

Mais de uma década depois da institucionalização desse tema no Sistema Conselhos de Psicologia, a despeito da conjuntura política brasileira não ser a mesma, e que iniciativas públicas, privadas e do próprio CFP tenham sido feitas para o enfrentamento ao racismo contra a população negra, ainda

assim, de maneira geral, as(os) psicólogas(os) em sua grande maioria continuam distanciadas(os) das discussões referentes ao fato do racismo humilhar, manter o(a) negro(a) na situação de pobreza e subalternização e perpetuar a imagem falaciosa de que essa é uma população transgressora e danosa (CFP, 2017, p. 17).

Desde o início desse século a psicologia busca se consolidar como atuante nas causas sociais, objetivando contribuir com o desmantelamento de práticas de violência e dominação contra populações marginalizadas, incluindo as contribuições da própria psicologia (CFP, 2017). No capítulo três dessa pesquisa foram descritas algumas iniciativas da psicologia direcionadas a população negra. Ainda há um longo caminho, mas é perceptível que houveram mudanças significativas no papel da psicologia frente as mazelas sociais.

No início da segunda década dos anos 2000 foi institucionalizado o dia da Consciência Negra, há Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, inicia o Movimento Black Lives Matter e o feminicídio é reconhecido como crime hediondo. Além disso, há o retorno da valorização do cabelo crespo, dessa vez, através do chamado ciberativismo, que utilizou do poder da internet para amplificar vozes silenciadas socialmente.

Os processos de globalização permitiram o surgimento de novos espaços de discussão e mobilização política, conduzindo à busca por outras possibilidades de viver a diversidade dos cabelos crespos e cacheados, ambos em sua raiz capilar natural, de maneira que a discussão seja ampliada, respeitada e valorizada, possibilitando que, nós mulheres negras, tenhamos condições políticas e identitárias de viver nossa beleza crespa e cacheada, na diáspora. Por isso acreditamos que o movimento surgido na primeira década deste século reinicia uma discussão a respeito do uso do cabelo natural como ferramenta de reflexão política, porém de uma perspectiva única e diferenciada, pois tem seu início no ambiente virtual, indo para fora dele através de encontros e marchas, com pautas de discussão específicas (Lopes; Figueiredo, 2018, p.37).

Portanto, as mulheres nascidas nos anos 2000, ainda muito novas, foram expostas a uma forma nova e bem mais rápida de disseminação de informação, em um contexto consideravelmente mais favorável a movimentações políticas organizadas. Nessas circunstâncias, temas que demorariam mais para alcançá-la, seja por ser pouco conhecido ou por tabu, agora estava a um clique de distância. Assuntos como relacionamento abusivo se popularizaram junto ao termo “*boy lixo*”, com listas de formas de identificar homens potencialmente abusivos e como pedir ajuda.

Dentre as várias possibilidades dos grupos em espaços virtuais, o combate ao racismo divulgação de campanhas de violência contra as mulheres,

permite, não apenas o acesso a diversos tipos de informação, como também possibilita o conhecimento a determinadas situações que se configuram como discriminatórias, racistas e machistas, o que é de fundamental importância, para que se pense ações de combate a esses tipos de comportamentos. Dentro desses grupos mulheres se sentem acolhidas, para falar de si, de suas experiências, com pessoas que elas não conhecem além o virtual e, encontram apoio em muitas situações o que se configura como um mecanismo de ação para possibilitar a autonomia. Assim, é importante pensar que mulheres negras crespas e cacheadas estão se reunindo em coletivos e grupos virtuais, se organizando também em encontros fora do ambiente virtual, com objetivos específicos, que podem ir desde a pauta de diversas demandas, até o fortalecimento dos laços criados dentro dos grupos virtuais (Lopes; Figueiredo, 2018, p. 37-38).

Contudo, apesar dos muitos avanços, a ascensão da extrema direita tem se mostrado um risco para as mulheres, sobretudo as negras. Nenhum direito é garantido e ainda mais rápido que avançamos conseguimos retroceder, como pôde ser visto mais nitidamente durante o governo Bolsonaro, onde vivenciamos um líder de Estado como porta-voz de diversas ideias reacionárias (Camacam; Ribeiro; Pasqualini, 2019). Visualizamos questões teoricamente superadas retornando com força, a ascensão de grupos reacionários, fascistas e masculinistas, tudo sendo reforçado com mentiras e distorções encaminhados em massa a partir de mídias sociais (Camacam; Ribeiro; Pasqualini, 2019). Da mesma forma, a violência contra a mulher cresceu, assim como o feminicídio, principalmente com o uso de arma de fogo devido a flexibilização do porte, tendo a cada 10 vítimas de feminicídio armado 7 mulheres negras (Tiscoski, 2022). Os movimentos sociais permanecem lutando, mas enfrentam tempos extremamente difíceis. Portanto, “a reinvenção do atraso em nosso país envolve, assim, a reposição do passado nas relações presentes de produção, trabalho e reprodução da vida, renovando e aprofundando as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero (Camacam; Ribeiro; Pasqualini, 2019, p. 129).

Devido o “boom” de informações as mulheres nascidas nos anos 2000 estiveram imersas no contexto sócio-histórico mais distinto em relação as gerações anteriores, vivenciando e alcançando ainda mais conquistas do gênero feminino. Nada obstante, de formas diferentes, os mesmos paradigmas parecem perpetuar todas as histórias aqui contadas e seus direitos parecem cada vez mais ameaçados.

Contudo, é possível observar no contexto sócio-histórico e até mesmo nas mulheres que não participaram dessa pesquisa, mas foram evocadas por suas mães ou filhas participantes, que o papel e a postura das mulheres dentro das relações têm passado por alterações significativas que vão depender da conjuntura em que estão inseridas e a própria história pessoal, tanto familiar quanto amorosa. Tereza, Rosa,

Maya, Luíza e Felipa nunca se viram e partiram de lugares completamente diferentes, tanto geográfico quanto socialmente, mas suas histórias se cruzam, revelando avanços e feridas que atravessam gerações de mulheres negras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como finalidade compreender como a monogamia impacta a construção da afetividade da mulher negra, a partir da aplicação de uma entrevista semiestruturada em um grupo de cinco mulheres negras de diferentes gerações. A pesquisa apresentou, brevemente, uma explanação do conteúdo sobre a construção da monogamia como estrutura social e os papéis dos indivíduos, levando em consideração, principalmente, gênero, raça e classe, no intuito de traçar as incumbências atribuídas a mulheres negras na monogamia. Também de maneira breve, se abordou o papel da psicologia, aliada ao racismo científico, na manutenção de marginalização de grupos sociais. Na pesquisa de campo, se abordou a monogamia e afetividade a partir da ótica pessoal das entrevistadas, conhecendo suas histórias e de onde elas partem. Dessa forma, detectou-se diversas similaridades na maneira em que viveram e enxergam suas relações e seu papel como mulher negra.

Nota-se que as mulheres negras, independentemente da idade, expressaram que o contexto cultural, familiar e religioso são elementos fundantes na escolha do formato do relacionamento, contudo, a maioria delas afirma não ter escolhido a monogamia conscientemente, o que denota quão enraizada a monogamia está socialmente, a ponto de ser tida como natural.

Majoritariamente, as participantes expressam ter vivido ou presenciado a violência contra a mulher, seja física, emocional, psicológica ou simbólica. Tal característica, surge mais fortemente entre as mulheres mais velhas, que também demonstraram maior senso de urgência em sobreviver, o que não as levou a priorizar a busca por relacionamentos amorosos. Todas vivenciaram a infidelidade, o que impactou significativamente na autoestima e senso de confiança para se relacionar, fazendo elas sofrerem, se diminuírem e até se afastarem de relacionamentos para evitar novos sofrimentos. Nenhuma afirmou ter referências positivas de outros relacionamentos amorosos que serviram de modelo para seus relacionamentos pessoais.

A maioria afirma acreditar que há impacto da raça na forma em que construíram e vivem sua afetividade, assim como influência significativa da religião, sobretudo a cristã, atuando na perpetuação da submissão feminina dentro de relacionamentos amorosos. Todas demonstram proximidade com temáticas sociais e o acesso à

educação de mostrou essencial para a redefinição do papel feminino e negro socialmente.

Ao definirem afetividade relacionaram a impactar de forma positiva ao outro e, para isso, recorrem mais à demonstrações de afeto que envolvem o ato de servir do que demonstrações físicas ou faladas. A maioria relatou alguma forma de escassez afetiva. Todas afirmam já terem vivenciado a rejeição, mas se sentem amadas.

Mesmo com a discrepância de gerações entre as participantes, várias similaridades surgiram, denunciando paradigmas que, ainda com todo o avanço e acesso a informações, não foram superados, especialmente, a figura feminina surgindo em suas histórias ainda no lugar de cuidado e submissão, associada a rótulos e ideais da família nuclear e o machismo impactando diretamente a autopercepção de mulheres, as fazendo se ver menor do que são.

Referente ao papel da psicologia, nota-se que ela foi uma essencial aliada do Estado para exercer dominação sobre populações marginalizadas, atuando contra mulheres, negros, pessoas com deficiência e até inimigos políticos no período da ditadura. Entretanto, atualmente o CFP tem buscado regulamentar a prática do profissional de psicologia a fim de colaborar com a saúde mental de populações vulnerabilizadas e extinguir antigas práticas violentas que estão ou estiveram presentes na psicologia. O aumento de produções acadêmicas na área voltado para a subjetividade de grupos sociais marginalizados demonstra um avanço significativo.

Os resultados desta pesquisa permitem apontar que a monogamia, enquanto estrutura social ainda dominante, exerce uma influência significativa na afetividade das mulheres negras. Ao estarem distantes do ideal da família nuclear branca, mulheres negras acabam por serem acometidas com grande força pelas mazelas reservadas às mulheres nessa estrutura, como violência masculina, autodepreciação, subalternização, servidão e inacessibilidade a direitos básicos.

O histórico da escravidão e o constante apagamento da luta feminista negra, contribui para que mulheres negras ainda estejam vários passos atrás da luta por direitos das mulheres. Assim como a falta de acesso à uma afetividade sadia e pensada por elas impossibilita que mulheres negras vivam uma vida plena.

Salienta-se que, como limitação dessa pesquisa, não foram abordados tópicos referentes a realidade LGBTQIAPN+, pois todas as participantes são cisgêneros e heterossexuais. Dessa forma, nem todos os pontos irão contemplar mulheres negras da comunidade LGBTQ+. Também não foram discutidas particularidades referentes ao homem negro na estrutura monogâmica, devido o enfoque na figura feminina negra, então não há como afirmar que, ao tratar de dominação masculina, homens negros contribuam da mesma forma para o sistema, levando em consideração que o patriarcado é fundamentalmente branco.

Como possibilidade de futura ampliação e aprofundamento dessa pesquisa seria interessante investigar o papel de movimentos sociais que buscam discutir a monogamia como ferramenta de opressão e viver na contramão da mesma, a exemplo da não-monogamia política. Assim como explorar os conceitos de poliamor, relações livres, anarquia relacional, entre outros.

Desse modo, foi possível compreender como a monogamia impacta a afetividade feminina negra, o que elas entendem por monogamia e como vivenciam sua afetividade. Em vista disso, a afetividade ainda se mostra negligenciada nas pautas sociais quando comparada a outros debates, mas essencial para a construção de sujeitos que consigam se desvencilhar de estigmas e possam influenciar a criação de outros indivíduos mais saudáveis afetivamente.

A afetividade tem ligação direta em como nos vemos e como vemos ao outro e se ela for exercida sob o parâmetro do opressor, continuaremos a reverberar o que tem nos subjugado há séculos. Diante desse cenário, se mostra essencial explorar a afetividade feminina negra a partir de outros ângulos, diversificando a discussão acadêmica que tem focado tanto na solidão dessas mulheres em detrimento de outras questões. Assim, será possível acolhê-las e contribuir para a transformação das dinâmicas afetivas na comunidade negra. Nesse sentido, a psicologia emerge como uma possível grande aliada. Baseado em hooks (2010) conclui-se que o amor é revolucionário e mulheres negras tem direito a amar em paz.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 113 p.

ALMEIDA, M. Famílias negras e socialização racial: o que podem os afetos? Sobre a obra de Elizabeth Hordge-Freeman" A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras". **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 225-230, 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/1529/1443>. Acesso em: 11 nov. 2023

ALMEIDA, J. **A BÍBLIA SAGRADA**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1864.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

ALMEIDA, S.; GROSSI, P. O Trabalho do Assistente Social com Mulheres em Situação de Violência Conjugal: espaço de atenção na formação profissional. *In*: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, 20., Córdoba. **Anais [...]** Córdoba, Universidad Nacional de La Plata, 2012.

ALMEIDA, S. Reflexões sobre violência doméstica: algumas contribuições para (re) pensar a violência contra crianças, adolescentes e mulheres. **História Unisinos**, v. 9, n. 3, p. 177-183, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5798/579866845004.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023

ANDRADE, J. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, [s. v.], n. 18, p. 265-300, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/wcjHdhYJbhgRqhPQxfrBnFQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2019.

BARBOSA, V. S; RABELO, D. F; FERNANDES-ELOI, J. Indicadores de Saúde Mental e do Clima Familiar de Idosas Negras Matriarcas. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 12, n. 2, p. 94-107, 2020. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3599>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BENÍTEZ, M.; MATTOS, A. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. *In*: SIQUEIRA, *et al.* **Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019. p. 67-94.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2 ed. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BONI, V; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRAZÃO, A; OLIVEIRA, G. (orgs.). **Violência contra as mulheres: uma história contada em décadas de lutas**. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2010.

BRITO, R.; CAVALCANTI, P. Infidelidade masculina e violência sexual: Sentimentos das mulheres que as vivenciaram. **Ciência et Praxis**, [s. l.], v. 7, n. 14, p. 13-18, 2014. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/2141>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CALHEIRO, I; OLIVEIRA, E. D. Igualdade ou desigualdade de gênero na África? Pensamento feminista africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 93-110, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php>. Acesso em: 23 mai. 2023.

CAMACAM, S; RIBEIRO, L.; PASQUALINI, J. Mulheres brasileiras face ao avanço do neoliberalismo e da extrema-direita. **Lutas Sociais**, [s. l.], v. 23, n. 42, p. 124-138, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/12005>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CHECA, M. **A psicologia diante de demandas escolares nos Centros de Referência de Assistência Social em Salvador-BA**: apontamentos ético-políticos. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/34339>. Acesso em: 16 jul. 2023.

COELHO, N. **Observando a Palmitagem?: Percepções de relacionamentos interraciais entre membros de um grupo afrocentrado do Facebook**. Tese (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/7874>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, agosto de 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017. ISBN: 9788589208673.

COROSSACZ, V. Abusos sexuais no emprego doméstico no Rio de Janeiro: a imbricação das relações de classe, gênero e "raça". **Temporalis**, Vitória, v. 14, n. 28, p. 299-324, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/8214/6157>. Acesso em: 04 maio 2023

COUTINHO, L. **Antônia sou eu, Antônia é você: identidade de mulheres negras na televisão brasileira**. 2010. Tese (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4417/1/423848.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

CURI, P.; RIBEIRO, M.; MARRA, C. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro: v. 72, [s. n.], p. 156-169, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v72nspe/12.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2023.

DINO. Mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio no país. **Valor Econômico**. 20 de jul. de 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/>

dino/noticia/2022/07/20/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-feminicidio-no-pais.ghhtml. Acesso em: 15 nov. 2022.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, [s. l.], [s. v.], n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40602004000200012&script=sci_abstract. Acesso em: 17 nov. 2023.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**; tradução Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

EUCLIDES, M. S. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, R. **Negritude e não monogamia: as micropolíticas do amor**. Rio de Janeiro: ÁFRICAS/FAPERJ; Autografia, 2022.

FONTANELLA, B.J.B; CAMPOS, C.J.G; TURATO, E.R. Coleta de dados na pesquisa clínica-qualitativa: uso de entrevistas não-dirigidas de questões abertas por profissionais da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 5, p. 812-820, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/Khv_FsGT6xf5yxKXTq_Q5PkRN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 29 mar. 2023.

GUSMÃO, G. F. N. “SENDO O DITO ESCRAVO CASADO E TENDO D'ESTE CASAMENTO UM FILHO, NÃO PODE POR VENDA SER SEPARADO DE SUA MULHER”: algumas reflexões sobre a família escrava na Bahia e a lei do ventre livre. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 8., Feira de Santana. **Anais Eletrônicos** [...]. Feira de Santana: ANPUH-BA, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477697548_ARQUIV_O_anpuh-2016-GiovannaGusmao.pdf . Acesso em: 28 maio 2023.

hooks, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, b. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.

hooks, b. Vivendo de amor. **Portal Geledés**, 09 mar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

HOLOCAUSTO BRASILEIRO. Direção: Armando Mendz e Daniela Arbex. Produção: Daniela Arbex e Alessandro Arbex. Barbacena, MG: History Channel Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jlentTu8nc4&t=2689s> . Acesso em: 25 mai. 2023

HUR, D. Políticas da psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. **Psicologia. USP [online]**, v. 23, n. 1, p. 69-90, 2012. ISSN 0103-6564. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/sxGtLPVtks5k7jhGpJL8yMK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2023.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docentes.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 29 mar. 2023.

LEAL, M. *et al.* A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, [s. l.], v. 33, sup. 1, e. 00078816, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LybHbcHxdFbYsb6BDSQHb7H/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Apesar%20de%20terem%20menor%20chance,06%2D2%2C08> . Acesso em: 15 nov. 2023.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica!**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, M; RIOS, F; FRANÇA D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). *In: Marcondes et al. (orgs.). Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013. p. 53-80.

LOPES, D.; FIGUEIREDO, Â. Fios que tecem a história: o cabelo crespo entre antigas e novas formas de ativismo. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, [s. l.], v. 6, n. 8, 2018.

MACIEL, M. A eugenia no Brasil. **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, [s. v.], n. 11, p. 121-143, 1999. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31532/000297021.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 maio 2023.

MANSANERA, A.; SILVA, L. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicologia em estudo**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 115-137, mar. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/VSY9ddmBqr4ZmNXgDJr6j9g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MASIERO, A. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 199-206, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/6fKdkGCxdZmynQVvXWMGRdH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MEDEIROS, M. Pesquisas de abordagem qualitativa. **Rev. Eletr. Enf.** [Internet], v. 14, n. 2, p. 224-5, abr.jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/13628/11615>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MOREIRA, V. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 29-52, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/8NtfwpkYdxps33XTh6t3QhQ/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/09/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 03 maio 2023.

NARVAZ, M. Submissão e resistência: As mulheres e a religião *In: Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, 2.*, 2006, São Leopoldo. **Anais Eletrônicos** [...] São Leopoldo: Núcleo de Pesquisa de Gênero da EST - Escola Superior de Teologia, 2006, p. 1-13.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. Famílias, gêneros e violências: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. **Violência, gênero e políticas públicas**, [s. l.], v. 2, [s. n.], p. 149-176, 2004.

NO BRASIL, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. São Paulo: **Carta Capital**, 14 dez. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-63-das-casas-chefiadas-por-mulheres-negras-estao-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

NOGUEIRA, I. B. O corpo da mulher negra. **Pulsional Revista de Psicanálise**, v. 13, n. 135, p. 40-45, 1999.

NÚÑEZ, G.; DE OLIVEIRA, J.; LAGO, M. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artefaria narrativa indígena. **Teoria e Cultura**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 127-147, 2021.

OLEGÁRIO, M.; AQUINO, M. Discursos sobre a afetividade feminina: falando e aprendendo a amar. *In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10.*, 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: UFSC, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386354528_ARQUIVO_MariadaLuzOlegario.pdf. Acesso em: 31 maio 2023.

OLIVEIRA, M. HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras. São Carlos: EDUFSCAR, 2018. **Conexão Política**, v. 8, n. 1, p. 103-106, 2019.

PACHECO, A. **Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <https://cdn.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

PEREIRA, B. De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e 'lugar' das mulheres negras no pós-abolição. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26.*, 2011, São Paulo. **Anais Eletrônicos** [...] São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf. Acesso em: 03 maio 2023.

PINHO, L. História da Sexualidade Feminina. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PB, 8., 2008, Guarabira. **Anais Eletrônicos** [...] Guarabira: ANPUH-PB, 2008. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2009%20-%20L%C3%BAcia%20de%20F%C3%A1tima%20Souto%20Pinho%20TC.PDF. Acesso em: 12 abril 2023.

RESENDE, L. Maridos e ex-maridos são responsáveis por 90% dos feminicídios no Brasil. **CNN**, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/maridos-e-ex-maridos-sao-responsaveis-por-90-dos-feminicidios-no-brasil/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

RIBEIRO, D. **Cartas para minha avó**. Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, P. S. **Preconceito de classe social**; Brasil Escola, 2011. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/preconceito-classe-social.htm>. Acesso em: 03 mai. 2023.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/QBnBNdHBv3pLJNdMWp4bL4k/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ROCHA, E; SILVA, L. O. Quando a sociedade resiste à liberdade: A longa luta das empregadas domésticas por Direitos Trabalhistas no Brasil. **História Revista**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 124-145, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/73861>. Acesso em: 16 nov. 2023.

RODRIGUES; PRADO. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, p. 445-456, 2010. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/psoc/a/GYt9tjpSqnHgy6tV7JF8D6c/> > Acesso em: 16 nov. 2023.

ROSA, C. **“Beije sua preta em praça pública”**: da apropriação do corpo à apropriação do espaço. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35720>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SANTOS, B; HAACK, M. História social da escravidão sob a perspectiva interseccional: mulheres escravizadas e as experiências de maternidade (Rio Grande do Sul, século XIX). *In*: SCOTT, A.; CARDOZO, J.; SILVA, J. (orgs.). **História das Mulheres no Brasil Meridional**. 1 ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2018. p. 244-273.

SANTOS, C. ENGELS, Frederich: A origem da família, da propriedade privada e do estado. (Der Ursprung der familie, des privateigentaums und des staats. **JurisWay**, 2013. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=11198#:~:text=Gens%20significa%20C%20em%20geral%20C%20descend%20Ancia,civiliza%20A7%20A3o%20e%20mesmo%20depois%20dela%E2%80%9D . Acesso em: 04 maio 2023.

SANTOS, F. Políticas Públicas de Educação e Participação da Família na Formação Escolar Dos Filhos. **Itinerarius Reflectionis**, [s. l.], v. 7, n. 1, 2011.

SANTOS, S. B. dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e cultura**, v. 12, n. 2, p. 275-288, 2009. Disponível em < <https://www.redalyc.org/pdf/703/70312344007.pdf> >. Acesso em: 16 nov. 2023.

SANTOS, S. Movimento de Mulheres Negras no Brasil: Rompendo com os silenciamentos e protagonizando vozes. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/24506/20285>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SCARPARO, H.; TORRES, S.; ECKER, D. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. **Revista Epos**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 57-78, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2178700X2014000100004&script=sci_artt_ext. Acesso em: 25 nov. 2023.

SCHUCMAN, L.; MARTINS, H. A psicologia e o discurso racial sobre o negro: Do “objeto da ciência” ao sujeito político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 37, n. espec., p. 172-185, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CFM99XdXn4rxMPVjz5j5shy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SCOTT, J. W. Entrevista. **Revista de Estudos Feministas**, v. 6, n. 1, p. 114-124, 1998. Disponível em <<http://daltonorellana.info/wpcontent/uploads/sites/968/2015/05/La-entrevista.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

SILVA, F. Psicologia no contexto da ditadura civil-militar e ressonâncias na contemporaneidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 37, n. espec., p. 82-90, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/JMpjMQGgz8rq7tmqShFCLGc/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SILVA, M. **A solidão da mulher negra: a “cor do amor” nos relacionamentos conjugais**. 2021. Tese (Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia) - Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO), Ceará, 2021. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/PSICOLOGIA/P1513.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

SIMÕES, N. Número de mulheres brancas com ensino superior é três vezes maior que o de negras. **Terra**, 2023. Disponível em: <http://www.terra.com.br/nos/numero-de-mulheres-brancas-com-ensino-superior-e-tres-vezes-maior-que-o-de-negras,022c177cf6dd03cf1f3ce632ac4fc365ij7ougyu.html>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SOUZA, F. **Eugenia negativa no Brasil: Renato Kehl e suas lições de eugenia**. 2013. Tese (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SOUZA, R. S. de. **Mulheres negras, acesso e permanência no ensino superior público: desafios e construções para o serviço social**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/18982>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SOUZA, V.; SANTOS, R. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 7, n. 3, p. 745-760, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/LpSkSW9hyH6jXDXDdYn7k9w/?format=pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

TELES, M. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 1001-1022, 2015. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v23n3/1806-9584-ref-23-3-01001.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

TISCOSKI, G. Arma de fogo é instrumento mais utilizado em assassinatos de mulheres no Brasil. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/11/17/arma-de-fogo-e-instrumento-mais-utilizado-em-feminicidios-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2023.

VARGAS, A.; BENCHIMOL, A.; UMBACH, R. A mulher nos anos 60: frágil ou subversiva?. **Literatura e Autoritarismo**, [s. l.], v.1, n.24, p.81-94, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1679849X15916>. Acesso em: 16 nov. 2023.

VASCONCELLOS, M. Pierre Bourdieu: A herança sociológica. **Educação & Sociedade** [online], v. 23, n. 78, p. 77-87, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kDqCgM8Svv4XpskKMV5DZPN/?format=html&lang=pt>. Acesso em 01 jun. 2023

VIEIRA, F. D; SILVA, E. G da. O instituto do matrimônio e os efeitos de sentido de "casamento" no decreto de 3 de novembro de 1827 e no decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890. **REDISCO** [online], v. 8, n. 2, p. 22-30, 2015. Disponível em <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2536> Acesso em: 26 maio 2023.

VILELA, R. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. **Agência Brasil**, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais#:~:text=As%20mulheres%20representam%2092%25%20das,inferior%20a%20um%20sal%C3%A1.> Acesso em: 15 nov. 2022.

WILBERT, M. Quando uma de nós morre: as notícias de feminicídio nos portais online catarinenses. *In*: BENAZZI, L. *et al.* **Caderno de Resumos – 2020**: 10ª Jornada Discente. Florianópolis: PPGJOR; UFSC, 2021. Disponível em: https://jornadadiscentepggjor.paginas.ufsc.br/files/2022/02/CADERNO_RESUMOS_2020-1.pdf#page=37. Acesso em: 17 nov. 2023.

APÊNDICE A - Roteiro da entrevista semiestruturada

Questões introdutórias de identificação

- 1- Nome.
- 2- Idade.
- 3- Escolaridade.
- 4- Qual o seu gênero?
- 5- Qual a sua orientação sexual?
- 6- Como se declara racialmente?
- 7- Se considera monogâmica?
- 8- Tem religião? Se sim, qual?
- 9- Onde nasceu e cresceu?
- 10- Se considera pertencente a que classe social?
- 11- Tem filhos?
- 12- Se sim, gosta da maternidade?
- 13- Você é ou já foi casada?
- 14- Se sim, como definiria essa experiência pra você?

Trajetos da vida afetiva

- 1- Você acredita que ser uma mulher negra impactou sua vida afetiva? Se sim, como? Se não, por que?
- 2- Você sabe o que é monogamia? Se sim, em algum momento você escolheu conscientemente se relacionar assim ou nunca pensou sobre isso?
- 3- O que você entende como afetividade? Como recebe e demonstra afeto?
- 4- Casar e construir uma família (em caso de filhos) fazia parte dos seus planos? Se não, o que mudou?
- 5- Como definiria os relacionamentos que você já teve? Pontos positivos e negativos.
- 6- Como era a relação dos seus pais? Eles eram referenciais de relacionamento pra você? Se não, quem era?
- 7- Tem alguma lembrança, da relação dessas duas pessoas, que você considera marcante?
- 8- Em caso de haver religião, ela impacta na forma como você se relaciona? Se sim, como?

- 9- Já se sentiu rejeitada afetivamente nas suas relações?
- 10- Qual sua relação com as suas emoções? Se considera forte, “durona”; sensível, delicada? Como sente que as pessoas ao redor te percebem? Se sente compreendida?
- 11- Como você descreveria sua autoestima? Gosta de você?
- 12- Você se sente amada? Quem são as pessoas que mais te dão afeto?
- 13- Se considera fiel dentro do seu relacionamento amoroso? Já foi traída alguma vez na vida? Se sim, como se sentiu e o que fez em relação a isso?
- 14- Como você lida com conflitos dentro do seu relacionamento?
- 15- Quais são as lições mais importantes que você aprendeu sobre amor ao longo da vida sendo uma mulher negra?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I COLEGIADO DE PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N^o 466/12 DO
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____
 Documento de Identidade n^o: _____ Sexo: F () M ()
 Data de Nascimento: ____ / ____ / ____
 Endereço: _____ Complemento: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____
 Telefone: () _____ / () _____ / _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1.PESQUISA SEMIESTRUTURADA:

2.ANA CAROLINA FERNANDES S. ARAUJO;..Estudante

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: A CONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE DA MULHER NEGRA NA MONOGAMIA, de responsabilidade da pesquisadora e orientadora **Meire Pereira Checa**, docente da Universidade do Estado da Bahia. Esta pesquisa tem como objetivo investigar como a monogamia afeta a construção da afetividade da mulher negra. Caso concorde em participar do estudo, você responderá a uma entrevista semiestruturada. A realização desta pesquisa, ainda que não lhe traga benefícios diretos enquanto participante, contribuirá para aumentar a compreensão acerca desta questão para o avanço do conhecimento científico e ajudar outras pessoas a acessar cuidados adequados dentro do campo da psicologia e promover qualidade de vida. Devido a coleta de informações a senhora poderá sentir algum desconforto de ordem emocional ao lembrar de alguns momentos de sua vida. Caso isso ocorra e seja de seu interesse, poderemos lhe encaminhar para serviços de atendimento psicológico gratuitos disponíveis na cidade. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, a Sra não será identificada. Caso queira, a senhora poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que a senhora apresentar poderão ser esclarecidas pela estudante, através do email anacarolfsa@gmail.com. Caso queira, poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia, no endereço Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de

Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: cepuneb@uneb.br. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADORA RESPONSÁVEL:

Endereço: Rua Tenente Valmir Alcântara, 182, Bloco L, apt. 204. CEP: 41.150-520 **Telefone:** (71) 99113-4876 **E-mail:** anacarolfsa@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: cepuneb@uneb.br

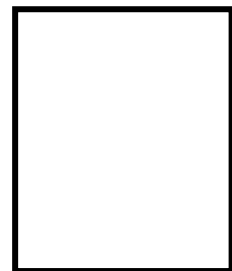
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pela pesquisadora sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa _____ e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa



Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

Assinatura do professor responsável
(orientador)

APÊNCIDE C – Termo de confidencialidade**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Assumimos o compromisso de preservar a privacidade e a identidade dos participantes da pesquisa intitulada “A CONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE DA MULHER NEGRA NA MONOGAMIA” cujos dados serão coletados através de formulários, em redes sociais, com a utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto.

Os resultados serão divulgados de forma anônima, assim como os termos de consentimento livre e esclarecido guardados em pastas de arquivo em computador próprio pelo período de 05 (cinco) anos sob a responsabilidade do Pesquisador/a Ana Carolina Fernandes Santos Araujo. Após este período, os dados serão destruídos.

Salvador,de.....de 2023

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
Meire Pereira Checa	
Ana Carolina Fernandes Santos Araujo	

APÊNDICE D - Termo de autorização para gravação de voz e/ou registro de imagens (fotos e/ou vídeos)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ E/OU REGISTRO DE IMAGENS (FOTOS E/OU VÍDEOS)

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: A CONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE DA MULHER NEGRA NA MONOGAMIA que tem como pesquisadora responsável Meire Pereira Checa e pesquisadora discente Ana Carolina Fernandes Santos Araujo. Esta pesquisa pretende investigar como a monogamia afeta a construção da afetividade da mulher negra.

Gostaríamos de solicitar sua autorização para efetuar a gravação de voz e/ou o registro de fotos e/ou vídeos, concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados com os seguintes direitos:

1. Ter acesso ao vídeo e/ou à gravação e transcrição dos áudios;
2. Ter a garantia que o vídeo e/ou áudio coletados serão usadas exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas e eventos científicos;
3. Não ter a identificação revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas, utilizando apenas a transcrição do que foi dito acompanhada de um nome fictício escolhido pela participante.
4. Ter o vídeo e/ou áudio obtidos de forma a resguardar a privacidade e minimizar constrangimentos;
5. Ter liberdade para interromper a participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse do vídeo.

Você não é obrigado a permitir o uso do seu vídeo e/ou áudio, porém, caso aceite, será de forma gratuita. Garantimos que sua imagem ou voz não será utilizada em publicações de livros, revistas ou outros documentos científicos.

O vídeo e/ou áudio coletados serão: Um vídeo gravado durante a entrevista semi-estruturada online.

Consentimento de Autorização de Uso de Imagens (fotos e/ou vídeos)

Após ter sido esclarecido sobre as condições para a minha participação no estudo, eu, _____
autorizo a captação de:

- () Minhas imagens (fotos e/ou vídeos)
 () minha voz
 () minhas imagens (fotos e/ou vídeos) e minha voz

Assinatura do pesquisador

Assinatura do participante da pesquisa

_____, ____ de _____ de _____.

APÊNDICE E - Termo de compromisso do pesquisador**TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR**

Declaro estar ciente das normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos e que o projeto intitulado “A CONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE DA MULHER NEGRA NA MONOGAMIA” sob minha responsabilidade será desenvolvido em conformidade com a Resolução CNS 466/12, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, da não maleficência, da justiça e da equidade.

Assumo o compromisso de apresentar os relatórios e/ou esclarecimentos que forem solicitados pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia; de tornar os resultados desta pesquisa públicos independente do desfecho (positivo ou negativo); de comunicar ao CEP/UNEB qualquer alteração no projeto de pesquisa, via Plataforma Brasil.

Salvador,de.....de 2023

.....

Assinatura do responsável pelo projeto

APÊNDICE F - Termo de autorização institucional da proponente**TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PROPONENTE**

Autorizo a pesquisadora Ana Carolina Fernandes Santos Araujo a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado “A CONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE FEMININA NEGRA NA MONOGAMIA” o qual será executado em consonância com as normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos.

Declaro estar ciente que a instituição proponente é responsável pela atividade de pesquisa proposta e que será executada pelos seus pesquisadores/as, além de dispormos da infraestrutura necessária para garantir o resguardo e bem-estar dos participantes da pesquisa.

Salvador, ____ de _____ de 2023

.....
Assinatura e carimbo do
responsável institucional

APÊNDICE G - Declaração de concordância com o desenvolvimento de projeto de pesquisa

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE PESQUISA

Declaro estar ciente do compromisso firmado com a execução do projeto intitulado “A CONSTRUÇÃO DA AFETIVIDADE FEMININA NEGRA NA MONOGAMIA”, vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que será desenvolvido na forma apresentada e aprovada pelo CEP da Universidade do Estado da Bahia sempre orientado pelas normativas que regulamentam a atividade de pesquisa.

Salvador, ___ de _____ de 2023

Nome do orientador(a) e orientando(a)	Assinatura
Meire Pereira Checa	
Ana Carolina Fernandes Santos Araujo	

APÊNDICE H – Parecer com substanciado do CEP



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Construção da Afetividade da Mulher Negra na Monogamia

Pesquisador: Meire Pereira Checa **Área**

Temática:

Versão: 1

CAAE: 73512823.9.0000.0057

Instituição Proponente: Universidade do Estado da Bahia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.294.321

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa apresentado Universidade do Estado da Bahia, campus I – DEDC Salvador/UNEB

Bacharelado em Psicologia Desenho:

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado em Salvador, Bahia, onde abordará um público composto por cinco mulheres negras, cada uma com diferença de pelo menos 10 anos entre suas idades. O grupo irá abranger faixas etárias dos 20 aos 60 anos. A pesquisa será importante para contribuir com a análise e compreensão da construção da afetividade feminina negra na estrutura monogâmica, a partir de discussões e articulação de informações que facilitem o entendimento desse processo, uma vez que ainda há escassez de dados e um debate dedicado a esse assunto. Portanto, esta pesquisa visa preencher esse vazio, trazendo à tona uma temática historicamente invisibilidade, inclusive dentro da psicologia, área que deveria estar ciente dos fatores que influenciam a subjetividade de um segmento tão relevante da população brasileira. Além disso, outras disciplinas acadêmicas, como as ciências sociais, poderão utilizar as informações disponibilizadas para enriquecer as discussões sobre gênero e raça no contexto do país.

Resumo:

Este trabalho se debruça em pesquisar o processo de construção da afetividade de mulheres

Endereço:	Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,		
Bairro:	Água de Meninos - site www.ceb.uneb.br	CEP:	40.460-120
UF: BA	Município: SALVADOR		
Telefone: (71)3612-1330	Fax: (71)3612-1300	E-mail:	cepuneb@uneb.br / www.ceb.uneb.br

negras brasileiras dentro da monogamia. O embasamento teórico pautou as mudanças do papel da mulher dentro da família com a constituição do modelo monogâmico, incluindo a abordagem do papel da mulher negra no Brasil a partir da perspectiva interseccional. Também, foram consultados dados demográficos para a compreensão de conceitos e fenômenos essenciais, bem como, fontes complementares a temática referente ao tema em tela. O objetivo geral delineado é investigar como a monogamia afetou(a) a construção da afetividade da mulher negra e para isso foram delimitados os seguintes objetivos específicos: Identificar como a mulher negra vivencia sua afetividade; compreender a concepção do que é a monogamia para essas mulheres; analisar como esse processo impacta a vida afetiva de mulheres negras em relacionamentos conjugais. A abordagem metodológica adotada é de cunho qualitativo, optando pelo método exploratório e interseccional. Utilizaremos enquanto instrumento uma entrevista semiestruturada. O público que participará da pesquisa serão cinco mulheres negras aleatórias atravessadas por distintos marcadores sociais. Esperamos que a contribuição desta pesquisa venha promover cuidados dentro da psicologia referentes à construção da afetividade nas mulheres negras.

Objetivo da Pesquisa:

Hipótese:

A pesquisa busca compreender como a afetividade feminina negra é influenciada por fatores sociais, históricos e culturais específicos, que podem ser diferentes dos padrões estabelecidos para outras mulheres e grupos sociais participantes da mesma estrutura monogâmica, gerando nuances específicas na construção da afetividade desse grupo.

Objetivo Primário:

Investigar como a monogamia afetou(a) a construção da afetividade da mulher negra.

Objetivo Secundário:

Identificar como a mulher negra vivencia sua afetividade; compreender a concepção do que é a monogamia para essas mulheres; analisar como esse processo impacta a vida afetiva de mulheres negras em relacionamentos conjugais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e Benefícios informados conforme orienta a Resolução nº 466/12.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível.

A metodologia proposta bem como os critérios de inclusão e exclusão e cronograma são compatíveis com os objetivos propostos no projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

- 1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Dentro da eticidade;
- 2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade
- 3 – A autorização institucional da proponente: Em conformidade
- 4 – A autorização da instituição coparticipante: Não se aplica
- 5 - Folha de rosto: Dentro da conformidade
- 6 – Modelo do TCLE: Em conformidade
- 7 – Modelo do Assentimento: Em conformidade
- 8 – Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Em conformidade

Recomendações:

Recomendamos que o pesquisador responsável acesse as instruções para a construção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponível em <http://www.uneb.br/comitedeetica/files/2011/04/Termo-de-Consentimento-Livre-e-Esclarecido.doc>

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.73512823.9.0000.0057

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situaç
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2179127.pdf	24/08/2023 20:24:49		Aceit
Outros	Confidencialidade.pdf	24/08/2023 20:23:46	Meire Pereira Checa	Aceit
Outros	Proponente.pdf	24/08/2023 20:23:18	Meire Pereira Checa	Aceit
Outros	Compromisso.pdf	24/08/2023 20:22:30	Meire Pereira Checa	Aceit
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	24/08/2023 20:21:42	Meire Pereira Checa	Aceit
Declaração de concordância	Concordancia.pdf	24/08/2023 20:20:43	Meire Pereira Checa	Aceit
Orçamento	ORCAMENTO.docx	24/08/2023 19:00:52	Meire Pereira Checa	Aceit
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	21/07/2023 17:43:48	Meire Pereira Checa	Aceit
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCC.docx	21/07/2023 17:36:16	Meire Pereira Checa	Aceit
Folha de Rosto	Folha.pdf	21/07/2023 17:30:19	Meire Pereira Checa	Aceit

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 12 de Setembro de 2023

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))